



Universidade Federal Fluminense

**RELATÓRIO DE AUDITORIA
RA Nº 005 / 2020**

Setembro de 2020

Serviço Público Federal
Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal Fluminense
Conselho de Curadores
Auditoria Técnica

Relatório de Auditoria - RA

Tipo: Avaliação

Área auditada: Departamento de Contabilidade e Finanças – DCF / PROPLAN

Subárea: Coordenação de Contabilidade - CCONT

Atividade do PAINT 2020: Demonstrações Contábeis do 1º Semestre/2020

Auditoria Interna Governamental

Atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização. Deve buscar auxiliar as organizações públicas a realizarem seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos.

Auditoria de Avaliação

Atividade de auditoria interna governamental que consiste no exame objetivo da evidência, com o propósito de fornecer ao órgão ou entidade da Administração Pública Federal uma avaliação tecnicamente autônoma e objetiva sobre o escopo da auditoria (Instrução Normativa nº 3, de 09 de junho de 2017).

RESUMO

No 1º Sem/2020, a Universidade Federal Fluminense apresentou um patrimônio valorizado, aproximadamente, em R\$ 1,8 bilhão, sendo sua situação patrimonial líquida, cerca de R\$ 935 milhões, na qual o valor positivo se deveu a resultados de exercícios anteriores. Na comparação com o 1º Sem/2019, o Patrimônio Líquido da Universidade, no 1º Sem/2020, apresentou uma redução de 7,30%. Comparando ao exercício anterior, a situação patrimonial da UFF reduziu seu déficit em 94%, no 1º Sem/2020; em função, principalmente, da redução das seguintes despesas: diminuição de 87,90% dos recursos financeiros recebidos de outros órgãos, mediante Termos de Execução Descentralizada (TED's); desvalorização dos imóveis em 91,43%; e redução de 29,12% em Serviços de Terceiros.

Os recursos orçamentários aprovados para a Universidade para o exercício de 2020 totalizaram R\$ 2,43 bilhões; sendo a receita orçamentária prevista na ordem de R\$ 689,69 milhões. Foram efetivamente realizadas R\$ 14,10 milhões, das quais estiveram totalmente relacionadas às Receitas Correntes; não havendo, portanto, realização de Receitas de Capital no período analisado. Verificou-se um déficit de arrecadação de R\$ 675.587.599,31. As despesas orçamentárias apresentaram uma dotação inicial de R\$ 2,48 bilhões e atualizada de R\$ 2,43 bilhões. Das despesas totais, R\$ 1,61 bilhão foram empenhados, R\$ 1,90 bilhão liquidados e R\$ 917,73 milhões pagos, restando um saldo da dotação orçamentária de R\$ 842,87 milhões (valores a empenhar) em 30/06/20.

Em relação aos Restos a Pagar de exercícios anteriores, a Universidade iniciou o ano de 2020 com a inscrição de “Restos a Pagar Não Processados - RPNP” (Não Liquidados até o exercício anterior) total de R\$ 134,52 milhões e de “Restos a Pagar Processados - RPP” (Liquidados até o exercício anterior) um total de R\$ 152,78 milhões. Considerando os montantes de RPNP e RPP, a UFF pagou um total de R\$ 202,06 milhões durante o 1º Sem/2020, permanecendo um saldo total de Restos a Pagar de R\$ 84,39 milhões em 30/06/20.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Balanço Patrimonial	20
Quadro 02 - Demonstração das Variações Patrimoniais	22
Quadro 03 - Balanço Orçamentário – Receitas	24
Quadro 04 - Balanço Orçamentário – Despesas	25
Quadro 05 - Restos a Pagar Não Processados (RPNP)	25
Quadro 06 - Restos a Pagar Processados Liquidados (RPPL)	26
Quadro 07 - Balanço Financeiro	28
Quadro 08 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa	30
Quadro 09 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo - 1º Semestre/2020	34
Quadro 10 - Créditos a Receber por Cessão de Pessoal - 1º Semestre/2020	35
Quadro 11 - Estoques - 1º Semestre/2020.....	38
Quadro 12 - Dívida Ativa Não Tributária / Longo Prazo - 1º Semestre/2020	40
Quadro 13 - Bens Móveis - 1º Semestre/2020	42
Quadro 14 - Bens Imóveis - 1º Semestre/2020	46
Quadro 15 - Obras em Andamento - 1º Semestre/2020	50
Quadro 16 - Ativo Intangível - 1º Semestre/2020	54
Quadro 17 - Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária por UG - 1º Semestre /2020.....	60
Quadro 18 - Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária por UG - 1º Sem/2020.....	61
Quadro 19 - Serviços de Terceiros PJ - 1º Sem/2020 X 1º Sem/2019.....	65
Quadro 20 - Consumo de Materiais - 1º Sem/2020 X 1º Sem/2019.....	66
Quadro 21 - Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária por UG - 1º Sem/2020.....	67
Quadro 22 - Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	72
Quadro 23 - Despesas de Exercícios Anteriores por Credor - 1º Semestre/2020...	73
Quadro 24 - Despesas Correntes e de Capital por Grupo e Elemento – 1º Sem/2020 x 1º Sem/2019.....	75

Quadro 25 - Despesas por Modalidade de Contratação - 1º Sem/2020 x 1º Sem/2019	77
Quadro 26 - Despesas com Locação de Mão de Obra - 1º Semestre/2020	78
Quadro 27 - Despesas com Energia Elétrica por Fornecedor - 1º Sem/2020 X 1º Sem/2019	80
Quadro 28 - Despesas com Água e Esgoto por Fornecedor - 1º Semestre/2020 ..	82
Quadro 29 - Despesas Empenhadas - PNAES – 1º Sem/2020 X 1º Sem/2019	88
Quadro 30 - Aumento de Algumas Despesas Contratuais – PNAES - 1º Semestre/2020.....	89
Quadro 31 - Despesas Empenhadas, Liquidadas, Pagas e a Pagar – PNAES - 1º Semestre/2020.....	91
Quadro 32 - Auxílio Financeiro a Estudantes - PNAES - 1º Semestre/2020.....	93
Quadro 33 - Maiores Valores Contratuais dos TEDs - 1º Sem/2020 (Valores Acima de R\$ 100 mil)	95
Quadro 34 - Valores Contratuais de TED's Não Recebidos - 1º Sem/2020 ...	96

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Créditos a Receber Decorrentes de Folha de Pagamento – 1º Semestre/2020	37
Tabela 02 - Receita – Venda de Livros, Periódicos e Assemelhados	39
Tabela 03 - Obras em Andamento - Por Unidade Gestora Executora - 1º Semestre/2020	51
Tabela 04 - Montante de Obras em Andamento sem movimentação financeira do 1º Sem/2019 até o 1º Sem/2020	51

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 01 - Organograma do Departamento de Contabilidade e Finanças	31
Gráfico 01 - Alocação – PNAES - 1º Semestre/2020 (%).....	92

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AC	Ativo Circulante
AGIR	Agência de Inovação/PROPI
AH	Análise Horizontal
ANC	Ativo Não Circulante
APF	Administração Pública Federal
AT/CUR	Auditoria Técnica/Conselho de Curadores
AV	Análise Vertical
BF	Balanco Financeiro
BO	Balanco Orçamentário
BP	Balanco Patrimonial
CAP/SAEP	Coordenação de Administração Patrimonial/SAEP
CAS/PROAES	Coordenação de Apoio Social/PROAES
CASP	Contabilidade Aplicada ao Setor Público
CCONT/DCF	Coordenação de Contabilidade/DCF
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGU	Controladoria-Geral da União
COSO	Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission
CUR	Conselho de Curadores da UFF
CUV	Conselho Universitário da UFF
DAP/PROGEPE	Departamento de Administração de Pessoal/PROGEPE
DCASP	Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público
DCF/PROPLAN	Departamento de Contabilidade e Finanças/PROPLAN
DO/PLOR/PROPLAN	Divisão de Orçamento/Coordenadoria de Orçamento e Custo/PROPLAN
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais
EBSERH	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
EDUFF	Editora Universitária da UFF
ETCO	Escritório de Transferência do Conhecimento/AGIR/PROPI
FEC	Fundação Euclides da Cunha de Apoio a UFF
HUAP	Hospital Universitário Antônio Pedro
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Industrial/Ministério da Economia
IPSAS	<i>International Public Sector Accounting Standards</i> (Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público)

MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MTFC	Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
NBC T	Normas Brasileiras de Contabilidade - Técnicas
NBC T SP	Normas Brasileiras de Contabilidade - Técnicas Aplicadas ao Setor Público
NEs	Notas Explicativas
NS	Norma de Serviço
OFSS	Orçamento Fiscal e de Seguridade Social
PA	Parecer de Auditoria
PAINT	Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PC	Passivo Circulante
PF/UFF	Procuradoria Federal/Universidade Federal Fluminense
PL	Patrimônio Líquido
PLAP/PROPLAN	Coordenadoria de Projetos com a Fundação de Apoio/ PRO-PLAN
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PROAD	Pró-Reitoria de Administração
PROAES	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PROGEPE	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PROMISAES	Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento
PROPI	Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação/UFF
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RA	Relatório de Auditoria
RP	Restos a Pagar
RPNP	Restos a Pagar Não Processados
RPP	Restos a Pagar Processados
RPPS	Regime Privado de Previdência Social
SA	Solicitação de Auditoria
SAEP	Superintendência de Arquitetura, Engenharia e Patrimônio
SEM	Semestre
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais do Governo Federal
SISAP	Sistema de Administração Patrimonial

SOF/MP	Secretaria de Orçamento e Finanças/Ministério do Planejamento
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
STI	Superintendência de Tecnologia da Informação
STN/MF	Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda
TCU	Tribunal de Contas da União
UFF	Universidade Federal Fluminense
UG	Unidade Gestora
UGE	Unidade Gestora Executora
VPA	Varição Patrimonial Aumentativa
VPD	Varição Patrimonial Diminutiva

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	13
	Metodologia	15
	Limitações e Restrições	16
	Visão Geral do Trabalho	16
2.	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	18
2.1	Balanço Patrimonial (BP)	19
2.2	Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)	21
2.3	Balanço Orçamentário (BO)	23
2.4	Balanço Financeiro (BF)	26
2.5	Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)	29
2.6	A Contabilidade na UFF	31
2.6.1	Objetivos Estratégicos das Demonstrações Contábeis	32
2.6.2	Divulgação das Demonstrações Contábeis	32
3.	RESULTADO DOS EXAMES	33
3.1	Análise do Balanço Patrimonial	33
3.1.1	Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	33
3.1.1.1	Créditos a Receber por Cessão de Pessoal / Curto Prazo	35
3.1.1.2	Créditos a Receber Decorrentes da Folha de Pagamento.....	37
3.1.2	Estoques	37
3.1.3	Dívida Ativa Não Tributária / Créditos a Longo Prazo	39
3.1.4	Bens Móveis	41
3.1.4.1	Depreciação Acumulada de Bens Móveis.....	43
3.1.5	Bens Imóveis	45
3.1.5.1	Obras em Andamento	49
3.1.5.2	Depreciação Acumulada de Bens Imóveis.....	52
3.1.6	Intangível	54
3.1.6.1	Softwares	55
3.1.6.2	Marcas, Direitos e Patentes Industriais	56
3.2	Análise da Demonstração das Variações Patrimoniais	58
3.2.1	Análise das Variações Patrimoniais Aumentativas (Receitas)	58
3.2.1.1	Exploração e Venda de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	59
3.2.1.2	Transferências e Delegações Recebidas.....	59
3.2.1.3	Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	61
3.2.2	Análise das Variações Patrimoniais Diminutivas (Despesas)	62
3.2.2.1	Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	63

3.2.2.2	Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo.....	64
3.2.2.3	Transferências e Delegações Concedidas	67
3.3	Análise do Balanço Orçamentário	68
3.3.1	Receitas Orçamentárias	68
3.3.2	Despesas Orçamentárias	68
3.3.3	Resultado Orçamentário	69
3.3.4	Restos a Pagar	70
3.3.4.1	Restos a Pagar Não Processados (RPNP)	70
3.3.4.2	Restos a Pagar Processados (RPP)	71
3.3.4.3	Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	71
3.3.5	Despesas de Exercícios Anteriores (DEA)	72
3.3.6	Despesas Corrente e de Capital por Grupo de Despesa e Elemento	74
3.3.7	Despesas por Modalidade de Contratação	76
3.3.8	Outras Despesas	78
3.3.8.1	Despesas com Locação de Mão de Obra	78
3.3.8.2	Despesas com Energia Elétrica	79
3.3.8.3	Despesas com Água e Esgoto	81
3.4	Análise do Balanço Financeiro	83
3.4.1	Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)	87
3.4.2	Termos de Execução Descentralizada (TED)	94
3.5	Análise das Demonstrações dos Fluxos de Caixa	96
4.	ACHADOS DE AUDITORIA	97
4.1	Achados de Auditoria do 1º Semestre de 2020	97
4.2	Achados de Auditoria de Semestres Anteriores	99
5.	RECOMENDAÇÕES	105
6.	CONCLUSÃO	108
ANEXO I	- MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA E ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA	111
ANEXO II	- ACERVO VIRTUAL (PROPRIEDADE INTELECTUAL DA UFF)	118
ANEXO III	- RECEITAS PRÓPRIAS.....	121
ANEXO IV	- REAVALIAÇÃO DE ATIVOS.....	122
ANEXO V	- DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS.....	123
ANEXO VI	- INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS.....	124
ANEXO VII	- PERDAS INVOLUNTÁRIAS	125
ANEXO VIII	TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA (TED) – REPASSES RECEBIDOS PELA UFF – 1º SEM/2020	126

INTRODUÇÃO

Nos anos 90, o Conselho Universitário (CUV) objetivando minimizar a dificuldade na apreciação e aprovação do processo de contas anual, posto à exiguidade do prazo, indicou ao Conselho de Curadores (CUR) que procedesse a análise dos balanços contábeis trimestrais visando subsidiar todo Colegiado de informações contábeis, orçamentárias e financeiras de forma mais detalhada. Em 1998, foi aprovada a Decisão CUR nº 01/1998¹, que oficializou a demanda deste trabalho à Auditoria Interna, na busca de maior agilidade no processo de aprovação de contas. Em 2017, a periodicidade foi modificada pela Decisão CUR nº 004/2017², a qual determinou que a análise parcial feita pela Auditoria Técnica (AT), sobre as demonstrações contábeis, passasse a ser elaborada semestralmente.

Adicionalmente, como previsto no parágrafo único do art. 5º do Regimento Geral da UFF³, a Auditoria Técnica subsidia o CUR contribuindo para melhor desempenho de suas atribuições estatutárias e regimentais. Corroborando com essa determinação, o artigo 7º do Regimento Interno do CUR⁴ prevê que a AT auxilie os Conselheiros na obtenção de informações técnicas e, por conseguinte, o Regimento Interno da AT⁵ trata:

ART. 3º - A Auditoria Técnica desempenhará suas atribuições, objetivando dar apoio técnico ao processo decisório do Conselho de Curadores, especialmente nas seguintes áreas:

(...)

d) prestações e tomadas de contas, inclusive **apreciação de demonstrativos contábeis** parciais e de suprimentos; (...). (Grifo nosso). (Resolução CUV nº 94/2009).

De acordo com o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna de 2020 – PAINT 2020, o objetivo da auditoria foi o de emitir um parecer sobre as Demonstrações Contábeis do 1º semestre de 2020, tema escolhido com base no risco de ocorrência do evento de “haver inconsistência dos saldos contábeis”. Esse evento provoca prejuízo à consolidação do Balanço Geral da União; entretanto, tal risco identificado pode ser mitigado pelo Departamento de Contabilidade e Finanças (DCF), por meio de um acompanhamento mensal efetivo.

¹ Boletim de Serviço – UFF de 16/02/98, Ano XXVIII – nº 027, seção III, p.10.

² Boletim de Serviço – UFF de 04/12/2017, Ano LI – nº 215, seção III, p.028-029.

³ Regimento Geral da UFF.

⁴ Regimento Interno do CUR.

⁵ Regimento Interno da Auditoria Técnica/CUR.

Com o objetivo de fortalecer a gestão, por intermédio de uma avaliação abrangente dos “controles internos da gestão” de diversas áreas da Universidade, esta atividade de auditoria contempla, especificamente, “o alcance da salvaguarda de ativos e aspectos de conformidade com leis e regulamentos” (CGU, 2017, p.15)⁶. A tipificação da presente avaliação de auditoria é “financeira”, “de demonstrações contábeis”, de “conformidade” (*compliance* - em inglês), e de uma forma geral, de “aprimoramento dos controles internos da gestão” (CGU, 2017, p.14).

Quanto ao aprimoramento dos controles internos da gestão, primeiramente, compreende-se que os resultados dos controles internos das diversas unidades administrativas refletem nos registros contábeis, ou seja, na situação patrimonial, financeira e orçamentária da instituição. É comum a condição de regularidade de uma conta contábil estar relacionada à eficácia do controle interno de uma determinada função pertencente à estrutura da entidade, na qual duas ou mais unidades administrativas podem estar envolvidas. Nesse contexto, o trabalho de avaliação dos controles internos voltados aos registros contábeis alinha-se à proposta do modelo conceitual de um sistema de controle interno, utilizado mundialmente por diversas organizações públicas e privadas, do *Committee of Sponsoring Organization of the Treadway Commission (COSO)* ⁷⁸, que definiu:

Controle interno é um processo conduzido pela estrutura de governança, pela administração e por outros profissionais da entidade, e desenvolvido para proporcionar segurança razoável com respeito à realização dos objetivos relacionados a operações, divulgação e conformidade.(COSO, 2013, p.7).

Ao avaliar a conformidade de determinadas contas contábeis - sendo a conformidade contábil, um dos objetivos institucionais; bem como, o acompanhamento da sua regularidade, por meio de um monitoramento semestral - sendo o monitoramento, um dos cinco componentes de controle interno do modelo COSO, a Auditoria poderá solicitar informações, questionar situações atípicas encontradas (grandes variações, ausências

⁶ Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal.

⁷ O modelo de “Controle Interno – Estrutura Integrada” do COSO propõe um “sistema de controle interno, útil para as organizações no desenvolvimento e na manutenção de sistemas alinhados aos objetivos do negócio e adaptado às constantes mudanças no ambiente empresarial” (COSO, 2013, p.3). Ele parte do pressuposto que os diversos níveis da “estrutura da entidade” (desde a entidade total, até a alta administração, os departamentos, as subunidades, as áreas funcionais etc.) possuem **relações dinâmicas, interativas e integradas** com os “objetivos institucionais” e os “componentes de controle interno”. Sugere ainda, que cada componente do controle interno permeie as três categorias de objetivos (operacional, divulgação e conformidade) e aplique-se a todas elas.

⁸ O COSO é um comitê de iniciativa do setor privado, patrocinado e financiado em conjunto por entidades das áreas de contabilidade pública e privada, auditoria interna e finanças (*American Accounting Association – AAA; American Institute of Certified Public Accountants (AICPA); Financial Executives International – FEI; Institute of Management Accountants – IMA; e The Institute of Internal Auditors – IIA*).

de registros) e recomendar às áreas envolvidas atender determinações legais ligadas às suas responsabilidades. Pode, também, sugerir à Contabilidade e a todos os setores responsáveis pela existência/ausência de saldo daquela conta contábil, melhorias nos seus controles internos.

Esta Auditoria Interna realizou verificação e análise semestral da situação patrimonial, orçamentária e financeira, a partir das Demonstrações Contábeis da Universidade, abrangendo a totalidade dos seus recursos públicos (saldos totais acumulados).

Metodologia

Este trabalho contou com informações e dados extraídos dos sistemas SIAFI, Tesouro Gerencial e SIASG, planilhas e quadros elaborados pelo Departamento de Contabilidade e Finanças da UFF, e outras consultas à legislação brasileira e bibliografias que abordam assuntos pertinentes à auditoria interna e governamental.

As avaliações das contas contábeis foram realizadas a partir das análises vertical e horizontal. A Análise Vertical é utilizada nos cálculos em percentuais dos Demonstrativos Contábeis, em que é mensurado o impacto de cada item ou evento, em relação ao total de um determinado grupo de contas contábeis. Dessa mencionada análise, o resultado final obtido indicará se o impacto teve uma grande ou pequena materialidade e/ou relevância em comparação ao total.

A Análise Horizontal é realizada para mensurar o desempenho de um determinado item ou evento em certo período. Dessa análise, o resultado final obtido indicará se o desempenho foi positivo ou negativo, e o montante da variação de determinado item poderá mostrar, também, a criticidade no decorrer dos períodos. Outros tipos de análises foram realizados, como cálculos e conferências de saldos aos sistemas informatizados.

O método de seleção dos dados, aplicado para a realização das análises, fez-se por meio de amostragem aleatória e não probabilística (não estatística). Para tanto, foram utilizados os critérios de relevância, materialidade e criticidade dos atos e fatos contábeis, na análise das variações que afetaram ou não o Patrimônio Líquido da UFF.

Com o intuito de responder às questões de auditoria referentes à regularidade, à eficiência e à eficácia dos controles contábeis; bem como, aos prováveis controles de outras unidades administrativas da Universidade, também responsáveis e coparticipantes das informações e registros contábeis, foram realizadas verificações de saldos, mo-

vimentos e análises dos resultados das principais Demonstrações Contábeis, e especificamente, de algumas contas que carecem de maior controle por parte das áreas auditadas e outras que vêm sendo objeto de ressalvas em relatórios/pareceres de auditoria anteriores.

Assim, procederam-se: análises vertical e horizontal, confronto das informações das Demonstrações Contábeis divulgadas pelo DCF e/ou recebidas por esta Auditoria com os registros constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e indagações à área auditada.

O resultado da análise deste relatório pode direcionar a atuação da Auditoria Interna em determinadas áreas administrativas que apresentaram possíveis indícios de fragilidade em seus controles internos, diante da verificação de grandes variações financeiras em determinadas contas contábeis ou da ausência de registros.

A seleção das contas analisadas sempre varia de um semestre para outro, em função do dinamismo presente no ambiente orçamentário e financeiro da entidade. As variações das contas, muitas vezes, ocorrem em função das decisões e cumprimentos dos gestores frente às mudanças dos eventos externos à instituição, como no caso das determinações do governo federal que influenciam diretamente nos resultados das instituições públicas. Portanto, esses eventos refletem na situação patrimonial, financeira e orçamentária da Universidade. Logo, este trabalho carece de constante aprimoramento e atualização a cada período analisado.

Limitações e Restrições

Ocorreram limitações no trabalho, em função da ausência de respostas e/ou respostas parciais em algumas solicitações de auditoria; bem como, intempestividade no prazo de atendimento.

Visão Geral do Trabalho

O presente relatório foi elaborado e formatado de acordo com a nova *Orientação Prática: Relatório de Auditoria*⁹ da CGU de 2019 e conta com seis capítulos, que apre-

⁹ Uma orientação que contribui para a qualidade da comunicação e da redação dos relatórios de auditoria. Esta “Orientação Prática”, portanto, tendo em vista a importância da comunicação de resultados e a necessidade de se contribuir para o alcance de elevada qualidade dos relatórios

sentam a seguinte sequência: para uma apresentação inicial do assunto, o primeiro capítulo traz em sua estrutura, esta introdução, envolvendo um breve histórico sobre a origem da sua demanda, identificação do seu planejamento, objetivo da análise, natureza e classificação da auditoria utilizada, abrangência, finalidade, forma e alcance dos trabalhos e a metodologia.

O segundo capítulo traz informações sobre os conceitos, a estrutura e os valores das Demonstrações Contábeis referentes ao período analisado, em confronto com o mesmo período do ano anterior, e ainda, informações gerenciais sobre o Departamento de Contabilidade e Finanças da UFF. A aplicação e os resultados das análises foram apresentados no terceiro capítulo, destacando as contas contábeis selecionadas que apresentaram maiores variações e outras contas demandadas pelo CUR para acompanhamento contínuo.

O quarto capítulo apresenta uma enumeração dos achados de auditoria (ou observações), que representam as constatações resultantes das análises¹⁰ da comparação entre o critério preestabelecido pela equipe de auditoria e a condição real encontrada durante a realização dos exames.

O quinto capítulo apresenta as recomendações de auditoria às unidades auditadas, relacionando-as aos achados de auditoria identificados no capítulo anterior. O sexto capítulo apresenta as conclusões da equipe de auditoria, permitindo responder se houve conformidade nas Demonstrações Contábeis, destacando possíveis situações críticas verificadas por meio de análises.

emitidos pela CGU, tem como objetivo principal promover a competência profissional dos auditores nessa etapa, em conformidade com os princípios que pautam a prática da atividade de auditoria interna governamental, nos termos do item 38 do Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental'. Controladoria-Geral da União, Brasília, 2019, p.2).

¹⁰ "Achado é o resultado da comparação entre um critério preestabelecido pela equipe de auditoria durante a fase de planejamento e a condição real encontrada durante a realização dos exames". Ele "pode indicar conformidade ou não-conformidade com o critério, bem como registrar oportunidades para melhoria ou boas práticas". (CGU, *Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal*, p.98, 2017, Brasília).

2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP)¹¹ devem ser elaboradas e publicadas de acordo com a Lei nº 4.320/1964, o Decreto-Lei nº 200/1967, o Decreto nº 93.872/1986, a Lei nº 10.180/2001 e a Lei Complementar 101/2000. Além dessa legislação, a Contabilidade Pública deve obedecer aos normativos, manuais, instruções de procedimentos contábeis e plano de contas editados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Esses instrumentos encontram-se em consonância às Normas Brasileiras de Contabilidade - Técnicas Aplicadas ao Setor Público (NBC T SP), editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT SP 16.1 a 16.11)¹² foram publicadas em 2012 pelo CFC, as quais trouxeram vantagens à administração pública, destacando-se a geração de informações úteis à tomada de decisões por parte dos gestores públicos, a possibilidade de comparabilidade entre os entes da federação e entre diferentes países e a melhoria no processo de prestação de contas à sociedade e aos tribunais e órgãos de controle.

Dentre as novidades relacionadas, está a mudança da ênfase do objeto do estudo contábil na administração pública; deixou de ser orçamentária, passando a se tornar patrimonial. Tal mudança determinou que a apropriação das receitas obedecesse ao princípio do Regime da Competência, e não mais ao Regime de Caixa, fazendo com que a Contabilidade Pública viesse a traduzir, em primeiro lugar, a riqueza patrimonial da entidade, para num segundo enfoque, o aspecto orçamentário.

Destaca-se o objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) constante do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), atualizado conforme as convergências às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS)¹³:

(...) fornecer aos seus usuários informações sobre os resultados alcançados e outros dados de natureza orçamentária, econômica, patrimonial e financeira das entidades do setor público, em apoio ao processo de tomada de decisão, adequada prestação de contas, à transparência da gestão fiscal e à instrumentação do controle social. (Portaria Conjunta STN/SOF nº 1, 2014, 6ª ed., p.303).

¹¹ Também conhecidas como “Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor público (RCPG’s)”.

¹² Conselho Federal de Contabilidade, Brasília, 2012.

¹³ As Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, do inglês *International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)*, foram editadas pelo *International Public Sector Accounting Standards Boards (IPSASB)*.

As demonstrações contábeis são: a) Balanço Patrimonial; b) Demonstração das Variações Patrimoniais; c) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido¹⁴; d) Demonstração dos Fluxos de Caixa; e) Balanço Orçamentário; f) Balanço Financeiro; e, g) Notas Explicativas. A Auditoria Interna da UFF, enquanto usuária das informações contábeis aplicou as demonstrações dos itens “a”, “b”, e “d” até “g” em seu objeto de análise (escopo do trabalho), constante do Capítulo 3.

2.1 Balanço Patrimonial (BP)

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que apresenta, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade por meio de contas representativas do patrimônio. Os atos potenciais também são registrados nesse balanço, em contas de compensação (natureza de informação de controle). Essa demonstração é basicamente segregada entre ativo, passivo e patrimônio líquido.

Os ativos representam os bens e direitos que permitem análises sobre a liquidez da entidade. Classificados como Ativo Circulante (AC) quando satisfizerem a um dos seguintes critérios: estiverem disponíveis para realização imediata; e tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data do encerramento do período representado pelas demonstrações contábeis. Os demais bens e direitos são classificados como Ativo Não Circulante (ANC).

Os passivos representam as obrigações que permitem análises sobre o endividamento da entidade. Devem ser classificados como circulantes quando corresponderem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais passivos são classificados como não circulantes.

O Patrimônio Líquido (PL) é a diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida no Balanço Patrimonial como patrimônio líquido. A situação patrimonial líquida pode ser um montante positivo ou negativo.

No Quadro 01, apresentamos o Balanço Patrimonial da UFF contendo os saldos acumulados até o 1º Sem/2020 comparando-o ao 1º Sem/2019, como segue:

¹⁴ Esta demonstração contábil é obrigatória para as empresas estatais dependentes, constituídas sob a forma de sociedades anônimas; porém, facultativa aos demais órgãos e entidades dos entes da Federação.

Quadro 01 - Balanço Patrimonial

(R\$)

BALANÇO PATRIMONIAL											
ATIVO						PASSIVO					
ESPECIFICAÇÃO	1º sem/2020	AV %	1º sem/2019	AV %	AH% (A/B)	ESPECIFICAÇÃO	1º sem/2020	AV %	1º sem/2019	AV %	AH% (C/D)
	SALDO (A)		SALDO (B)				SALDO (C)		SALDO (D)		
ATIVO CIRCULANTE	228.434.789,80	12,83	247.619.004,37	15,41	-7,75	PASSIVO CIRCULANTE	845.613.056,24	47,50	598.282.802,62	37,24	41,34
Caixa e Equivalentes de Caixa	181.915.629,10	10,22	193.682.310,74	12,06	-6,08	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	252.071.896,98	14,16	199.354.321,82	12,41	26,44
Créditos a Curto Prazo	27.630,47	0	27.630,47	0	0	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	11.431.881,86	0,64	19.754.285,91	1,23	-42,13
Divida Ativa Não Tributária	27.630,47	0	27.630,47	0	0	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0	0	10.073,94	0	-100
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	42.455.321,93	2,38	46.108.663,83	2,87	-7,92	Provisões de Curto Prazo	0	0	0	0	0
Adiantamentos Concedidos	23.188.349,54	1,30	30.540.251,33	1,90	-24,07	Demais Obrigações a Curto Prazo	582.109.277,40	32,70	379.164.120,95	23,60	53,52
Outros Créditos a Rec e Valores	20.359.906,96	1,14	16.530.109,54	1,03	23,17						
(-) Ajuste para Perda Demais Cred/ Valor Créditos a Curto Prazo	-1.092.934,57	-0,06	-961.697,04	-0,06	13,65						
Estoques	4.036.208,30	0,23	7.800.399,33	0,49	-48,26						
Mercadoria para Revenda	3.208.017,18	0,18	3.208.017,18	0,20	0,00						
Almoxarifado	827.656,04	0,05	4.591.847,07	0,29	-81,98						
Outros Estoques	535,08	0	535,08	0	0						
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.551.756.540,48	87,17	1.358.874.595,93	84,59	14,19	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0	0	0	0	0
Ativo Realizável a Longo Prazo	4.479.360,78	0,25	4.399.621,81	0,27	1,81	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	0	0	0	0	0
Créditos a Longo Prazo	4.479.360,78	0,25	4.399.621,81	0,27	1,81	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0	0	0	0	0
Divida Ativa Não Tributária	7.078.771,11	0,40	7.224.379,13	0,45	-2,02	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	0	0	0	0	0
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo	-2.599.410,33	-0,15	-2.824.757,32	-0,18	-7,98	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0	0	0	0	0
Imobilizado	1.539.658.348,14	86,49	1.352.084.856,22	84,16	13,87	Provisões de Longo Prazo	0	0	0	0	0
Bens Móveis	344.644.093,89	19,36	275.684.281,10	17,16	25,01	Demais Obrigações a Longo Prazo	0	0	0	0	0
Bens Móveis	361.456.041,16	15,98	284.433.972,26	17,71	27,08	Resultado Diferido	0	0	0	0	0
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-16.811.947,27	-0,49	-8.749.691,16	-0,54	92,14	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	845.613.056,24	47,50	598.282.802,62	37,24	41,34
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	0	0	0	0	0						
Bens Imóveis	1.195.014.254,25	67,13	1.076.400.575,12	67,00	11,02	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Bens Imóveis	1.200.251.538,30	60,63	1.079.403.682,43	67,19	11,20	ESPECIFICAÇÃO	1º sem/2020	AV %	1º sem/2019	AV %	AH % (E/F)
(-) Depr./Amortiz/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-5.237.284,05	-0,17	-3.003.107,31	-0,19	74,40	Patrimônio Social e Capital Social	0	0	0	0	0
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	0	0	0	0	0	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	0	0	0	0	0
Intangível	7.618.831,56	0,43	2.390.117,90	0,15	218,76	Reservas de Capital	0	0	0	0	0
Softwares	7.618.831,56	0,43	2.390.117,90	0,15	218,76	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0
Softwares com Vida Útil Definida	0	0	0	0	0	Reservas de Lucros	0	0	0	0	0
Softwares com Vida Útil Indefinida	7.618.831,56	0,13	2.390.117,90	0,15	218,76	Demais Reservas	0	0	0	0	0
(-) Amortiz Acumulada de Softwares	0	0	0	0	0	Resultados Acumulados	934.578.274,04	52,50	1.008.210.797,68	62,76	-7,30
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	0	0	0	0	0	Resultado do Exercício	-15.901.517,60	-14,99	-266.848.704,53	-16,61	-94,04
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	0	0	0	0	0	Resultados de Exercícios Anteriores	882.191.309,71	71,63	1.275.076.117,41	79,37	-30,81
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	0	0	0	0	0	Ajustes de Exercícios Anteriores	68.288.481,93	3,84	-16.615,20	0	-411.100,06
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	0	0	0	0	0	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	934.578.274,04	52,50	1.008.210.797,68		-7,30
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e	0	0	0	0	0						
Direitos de Uso de Imóveis	0	0	0	0	0						
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	0	0	0	0	0						
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	0	0	0	0	0						
Diferido	0	0	0	0	0						
TOTAL DO ATIVO	1.780.191.330,28	100	1.606.493.600,30	100	10,81	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.780.191.330,28	100	1.606.493.600,30	100	10,81

Fonte: SIAFI/DCF; formatação AT/CUR.

Obs.: Algumas contas com saldos zerados foram suprimidas.

2.2 Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

Essa demonstração apresenta as variações que provocam alterações no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício; e também variações qualitativas ou permutativas que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

As variações patrimoniais aumentativas e diminutivas são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público e que afetam o resultado:

- 1) Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA): aumentos na situação patrimonial líquida da entidade, que representam as receitas.
- 2) Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD): diminuições na situação patrimonial líquida da entidade, que se referem às despesas.

Conforme esclareceu o DCF:

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos, ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

(DCF/PROPLAN, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 2º Trimestre 2020)

O Quadro 02 apresenta essas variações, contendo as análises vertical e horizontal:

Quadro 02 - Demonstração das Variações Patrimoniais

(R\$)

VARIÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	2020	AV %	2019	AV %	(A/B)
	SALDO (A)		SALDO (B)		AH %
VARIÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.467.471.038,07	100,00	1.845.986.520,97	100,00	-20,50
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	12.837.801,28	0,87	11.004.207,06	0,60	16,66
Venda de Mercadorias	21.814,21	0,00	86.780,54	0,00	-74,86
Vendas de Produtos	43.732,73	0,00	500,00	0,00	8646,55
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	12.772.254,34	0,87	10.916.926,52	0,59	16,99
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	295,99	0,00	8.463,94	0,00	-96,50
Juros e Encargos de Mora	295,99	0,00	2.259,34	0,00	-86,90
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00	6200,19	0,00	-100,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	0,00	0,00	4,41	0,00	-100,00
Transferências e Delegações Recebidas	1.326.576.142,04	90,40	1.373.913.663,58	74,43	-3,45
Transferências Intragovernamentais	1.324.426.952,03	90,25	1.363.700.186,84	73,87	-2,88
Outras Transferências e Delegações Recebidas	2.149.190,01	0,15	10.213.476,74	0,55	-78,96
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	125.373.509,90	8,54	452.554.484,84	24,52	-72,30
Reavaliação de Ativos	5.968.389,66	0,41	1.539.201,66	0,08	287,76
Ganhos com Incorporação de Ativos	85.293.096,73	5,81	430.179.076,21	23,30	-80,17
Ganhos com Desincorporação de Passivos	34.112.023,51	2,32	20.836.206,95	1,13	63,72
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2.683.288,86	0,18	8.505.701,55	0,46	-68,45
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	2.683.288,86	0,18	8.505.701,55	0,46	-68,45
VARIÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.483.372.555,67	100,00	2.112.835.225,50	100,00	-29,79
Pessoal e Encargos	642.728.016,68	43,33	601.926.216,80	28,49	6,78
Remuneração a Pessoal	518.098.313,95	34,93	479.900.384,91	22,71	7,96
Encargos Patronais	100.131.147,73	6,75	90.508.121,39	4,28	10,63
Benefícios a Pessoal	24.340.378,83	1,64	31.226.322,59	1,48	-22,05
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	158.176,17	0,01	291.387,91	0,01	-45,72
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	445.389.390,04	30,03	399.566.363,21	18,91	11,47
Aposentadorias e Reformas	365.658.171,97	24,65	329.707.123,37	15,60	10,90
Pensões	73.619.751,94	4,96	68.304.817,94	3,23	7,78
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	6.111.466,13	0,41	1.554.421,90	0,07	293,17
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	112.453.200,96	7,58	175.731.284,12	8,32	-36,01
Uso de Material de Consumo	4.078.250,16	0,27	25.465.768,17	1,21	-83,99
Serviços	104.217.700,10	7,03	149.213.233,39	7,06	-30,16
Depreciação, Amortização e Exaustão	4.157.250,70	0,28	1.052.282,56	0,05	295,07
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.440.831,30	0,10	880.538,85	0,04	63,63
Juros e Encargos de Mora	1.271.680,90	0,09	833.495,94	0,04	52,57
Descontos Financeiros Concedidos	169.150,40	0,01	47.042,91	0,00	259,57
Transferências e Delegações Concedidas	195.612.042,46	13,19	242.744.557,38	11,49	-19,42
Transferências Intragovernamentais	194.246.562,89	13,09	238.627.701,97	11,29	-18,60
Transferências e Instituições Privadas	0,00	0,00	86.374,97	0,00	-100,00
Transferências ao Exterior	5.000,00	0,00	4.783,56	0,00	4,52
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.360.479,57	0,09	4.025.696,88	0,19	-66,21
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de	70.801.518,56	4,77	675.503.149,06	31,97	-89,52
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes	23.726.972,17	1,60	276.971.673,38	13,11	-91,43
Perdas Involuntárias	31.940,63	0,00	802.777,09	0,04	-96,02
Incorporação de Passivos	46.164.538,92	3,11	381.374.278,42	18,05	-87,90
Desincorporação de Ativos	878.066,84	0,06	16.354.420,17	0,77	-94,63
Tributárias	134.060,31	0,01	173.287,78	0,01	-22,64
Contribuições	134.060,31	0,01	173.287,78	0,01	-22,64
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	14.813.495,36	1,00	16.309.828,30	0,77	-9,17
Incentivos	14.812.659,91	1,00	16.287.386,13	0,77	-9,05
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	835,45	0,00	22.442,17	0,00	-96,28
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-15.901.517,60	100,00	-266.848.704,53	100,00	-94,04

Fonte: SIAFI – 1º Semestre 2020 e 2019

Obs.: Algumas contas com saldos zerados foram excluídas.

2.3 Balanço Orçamentário (BO)

O Balanço Orçamentário é a demonstração contábil que tem a finalidade de evidenciar as receitas previstas e as despesas realizadas, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário do período analisado.

Os Quadros 03 e 04 apresentam, resumidamente, os valores do Balanço Orçamentário, referentes ao período sob análise, contendo a demonstração das receitas previstas e realizadas e a evidenciação dos saldos das despesas orçamentárias no mesmo período. Também fazem parte do BO a exposição dos valores ainda não pagos pela Universidade, referentes a exercícios anteriores: o demonstrativo da execução dos Restos a Pagar Não Processados (RPNP) e o demonstrativo da execução dos Restos a Pagar Processados (RPP), constantes nos Quadros 05 e 06, respectivamente.

Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro, estando a sua execução condicionada aos limites fixados à conta das fontes de recursos correspondentes, com base na legislação vigente. O conceito de Restos a Pagar está ligado aos Estágios da Despesa Pública, representados pelo Empenho, Liquidação e Pagamento.

Os Restos a Pagar Não Processados são aqueles que no momento da inscrição a despesa estava empenhada; porém, ainda não liquidada. A liquidação é a fase da despesa orçamentária na qual reconhece que o credor, de posse do empenho correspondente: a) forneceu o material, parcial ou totalmente; b) prestou o serviço, parcial ou totalmente; ou c) executou a obra; contudo a entrega do bem, do serviço ou da obra, encontra-se em fase de análise e conferência. Portanto, o RPNP indica que esses fatos citados (alíneas “a”, “b” e “c”) ainda não ocorreram.

Os Restos a Pagar Processados (ou Liquidados) são aqueles que no momento da inscrição a despesa estava empenhada e liquidada. A liquidação é a fase da despesa orçamentária em que o credor, de posse do empenho correspondente: a) forneceu o material, parcial ou totalmente; b) prestou o serviço, parcial ou totalmente; ou c) executou a obra; contudo a entrega do bem, do serviço ou da obra, encontra-se em fase de análise e conferência.

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	AV %	SALDO
RECEITAS CORRENTES	28.651.456,00	28.651.456,00	14.103.666,69	100,00	-14.547.789,31
Receitas Tributárias	-	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	2.983.591,00	2.983.591,00	1.377.755,69	9,77	-1.605.835,31
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	2.983.591,00	2.983.591,00	1.377.755,69	9,77	-1.605.835,31
Valores Mobiliários	-	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	3.392,55	0,00	3.392,55
Receita Industrial	-	-	43.732,73	0,31	43.732,73
Receitas de Serviços	25.667.865,00	25.667.865,00	11.243.230,45	79,72	-14.424.634,55
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	25.667.865,00	25.667.865,00	11.243.230,45	79,72	-14.424.634,55
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	1.435.555,27	10,18	1.435.555,27
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	1.426.601,63	10,12	1.426.601,63
Demais Receitas Correntes	-	-	8.953,64	0,06	8.953,64
RECEITAS DE CAPITAL	661.039.810,00	661.039.810,00	-	-	-661.039.810,00
Operações de Crédito	661.039.810,00	661.039.810,00	-	-	-661.039.810,00
Operações de Crédito Internas	661.039.810,00	661.039.810,00	-	-	-661.039.810,00
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	689.691.266,00	689.691.266,00	14.103.666,69	100,00	-675.587.599,31
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	689.691.266,00	689.691.266,00	14.103.666,69	100,00	-675.587.599,31
DÉFICIT	-	-	1.602.519.622,99	-	1.602.519.622,99
TOTAL	689.691.266,00	689.691.266,00	1.616.623.289,68	-	926.932.023,68

Fonte: SIAFI Web

Quadro 04 - Balanço Orçamentário - Despesas

(R\$)

DESPESA								
DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPEAS EMPENHADAS	DESPEAS LIQUIDADAS	AV %	DESPEAS PAGAS	AV %	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPEAS CORRENTES	2,270,431,177.00	2,249,983,726.00	1,605,555,932.32	1,089,612,326.64	99.90	916,662,307.68	99.88	644,427,793.68
Pessoal e Encargos Sociais	1,957,505,028.00	1,961,096,002.00	1,435,637,526.00	981,762,750.44	90.01	822,038,190.10	89.57	525,458,476.00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	312,926,149.00	288,887,724.00	169,918,406.32	107,849,576.20	9.89	94,624,117.58	10.31	118,969,317.68
DESPEAS DE CAPITAL	213,380,080.00	209,510,856.00	11,067,357.36	1,086,848.79	0.10	1,076,870.88	0.12	198,443,498.64
Investimentos	35,729,235.00	31,860,011.00	11,067,357.36	1,086,848.79	0.10	1,078,870.88	0.12	20,792,653.64
Inversões Financeiras	177,650,945.00	177,650,845.00	-	-	-	-	-	177,650,845.00
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPEAS	2,483,811,257.00	2,459,494,582.00	1,616,623,289.68	1,090,699,175.43	100.00	917,739,178.56	100.00	842,871,292.32
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	2,483,811,257.00	2,459,494,582.00	1,616,623,289.68	1,090,699,175.43	100.00	917,739,178.56	100.00	842,871,292.32
TOTAL	2,483,811,257.00	2,459,494,582.00	1,616,623,289.68	1,090,699,175.43	100.00	917,739,178.56	100.00	842,871,292.32

Fonte: SIAFI Web

Quadro 05 - Restos a Pagar Não Processados (RPNP)

(R\$)

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS							
DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	AV %	CANCELADOS	SALDO
DESPEAS CORRENTES	51,151,220.69	50,214,932.20	44,137,041.73	43,946,633.00	80.91	743,487.22	56,676,032.67
Pessoal e Encargos Sociais	214,431.01	618,769.78	141,099.79	141,099.79	0.26	293,315.48	398,785.52
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	50,936,789.68	49,596,162.42	43,995,941.94	43,805,533.21	80.65	450,171.74	56,277,247.15
DESPEAS DE CAPITAL	5,507,436.07	27,646,453.52	10,846,036.57	10,365,929.00	19.09	51,502.50	22,736,458.09
Investimentos	5,507,436.07	27,646,453.52	10,846,036.57	10,365,929.00	19.09	51,502.50	22,736,458.09
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	56,658,656.76	77,861,385.72	54,983,078.30	54,312,562.00	100.00	794,989.72	79,412,490.76

Fonte: SIAFI Web

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	AV %	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	388,731.65	149,017,841.06	144,455,251.49	97.77	53,712.56	4,897,608.66
Pessoal e Encargos Sociais	-	130,768,565.50	130,768,565.50	88.51	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	388,731.65	18,249,275.56	13,686,685.99	9.26	53,712.56	4,897,608.66
DESPESAS DE CAPITAL	-	3,376,800.62	3,293,212.75	2.23	-	83,587.87
Investimentos	-	3,376,800.62	3,293,212.75	2.23	-	83,587.87
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	388,731.65	152,394,641.68	147,748,464.24	100.00	53,712.56	4,981,196.53

Fonte: SIAFI Web

2.4 Balanço Financeiro (BF)

É a demonstração que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte, possibilitando o cálculo do resultado financeiro. A diferença entre ativo e passivo financeiro apresenta apenas um quadro que demonstra a movimentação financeira das entidades do setor público

Em relação às receitas advindas da inscrição dos Restos a Pagar de exercícios anteriores, estas são classificadas no grupo “Recebimentos Extraorçamentários” na coluna dos “Ingressos” do BF. Isso, porque além de não pertencerem ao Orçamento do atual exercício (apesar de transitarem no Caixa do exercício atual), elas possuem a função de compensar a inclusão das despesas orçamentárias que não chegaram a ser pagas no atual exercício (empenhadas e/ou liquidadas somente); mas que, por regra, foram consideradas no grupo “Despesas Orçamentárias” na coluna dos “Dispêndios”.

A destinação “ordinária” que aparece nos grupos “Receitas Orçamentárias” e “Despesas Orçamentárias” significa o processo de alocação livre entre a origem e aplicação de recursos. Nesse caso, os recursos são destinados a atender qualquer finalidade. Por outro lado, a destinação “vinculada” refere-se ao processo de alocação de recursos para atendimento às finalidades específicas, estabelecida pela legislação e instituída pelo governo federal como um mecanismo denominado “fonte/destinação de recursos”. Os recursos vinculados indicam como são financiadas as despesas orçamentárias.

De acordo com as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do 1º Sem/2020, emitidas pelo DCF:

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

O Balanço Financeiro da UFF, referente ao 1º Sem/2020, apresentou os seguintes números:

Quadro 07 - Balanço Financeiro

(R\$)

BALANÇO FINANCEIRO											
INGRESSOS						DISPÊNDIOS					
ESPECIFICAÇÃO	2020 Saldo (A)	AV%	2019 Saldo (B)	AV%	AH% (A/B)	ESPECIFICAÇÃO	2020 Saldo (A)	AV%	2019 Saldo (B)	AV%	AH% (A/B)
Receitas Orçamentárias	14.103.666,69	0,64	17.704.555,21	0,63	-20,34	Despesas Orçamentárias	1.616.623.289,68	73,64	2.144.603.197,10	76,61	-24,62
Ordinárias	-	-	-	-	-	Ordinárias	714.504.088,30	32,55	1.432.945.457,71	51,19	-50,14
Vinculadas	14.666.725,65	0,67	18.042.125,15	0,64	-18,71	Vinculadas	902.119.201,38	41,09	711.657.739,39	25,42	26,76
Previdência Social (RPPS)	-	-	-	-	-	Educação	12.967.825,00	0,59	80.131,25	0,00	16.083,23
Alienação de Bens e Direitos	7.000,00	0,00	-	-	-	Seguridade Social (Exceto	519.841.522,98	23,68	362.820.719,82	12,96	-
Outros Recursos Vinculados a	14.659.725,65	0,67	18.042.125,15	0,64	100,00	Previdência)	-	-	-	-	43,28
Fundos, Órgãos e Programas	-	-	-	-	-	Previdência Social (RPPS)	352.553.601,00	16,06	320.453.664,00	11,45	-
(-) Deduções da Receita	-563.058,96	-0,03	-337.569,94	-0,01	-18,75	Receitas Financeiras	-	-	1.436.125,97	0,05	10,02
Orçamentária	-	-	-	-	66,80	Dívida Pública	4.075.205,00	0,19	-	-	-100,00
						Outros Recursos Vinculados	-	-	-	-	100,00
						a Fundos, Órgãos e Programas	12.681.047,40	0,58	26.867.098,35	0,96	-52,80
Transferências Financeiras	1.324.426.952,03	60,33	1.363.700.186,84	48,72	-2,88	Transferências Financeiras	194.246.562,89	8,85	238.627.701,97	8,52	-18,60
Recebidas	-	-	-	-	-	Concedidas	-	-	-	-	-
Resultantes da Execução	1.224.633.024,78	55,78	1.247.257.504,98	44,56	-1,81	Resultantes da Execução	147.908.585,63	6,74	168.241.654,68	6,01	-12,09
Orçamentária	-	-	-	-	-0,21	Orçamentária	-	-	-	-	100,00
Repasse Recebido	1.076.784.026,67	49,05	1.079.027.617,22	38,55	-12,11	Repasse Concedido	3.604,08	0,00	-	-	-
Sub-repasse Recebido	147.848.998,11	6,73	168.229.887,76	6,01	-14,30	Sub-repasse Concedido	147.848.998,11	6,73	168.229.887,76	6,01	-12,11
Independentes da Execução	99.793.927,25	4,55	116.442.681,86	4,16	-16,48	Repasse Devolvido	55.983,44	0,00	11.766,92	0,00	375,77
Orçamentária	-	-	-	-	-	Independentes da Execução	46.337.977,26	2,11	70.386.047,29	2,51	-34,17
Transferências Recebidas para	96.834.066,74	4,41	115.946.598,63	4,14	496,65	Orçamentária	-	-	-	-	-
Pagamento de RP	-	-	-	-	-	Transferências Concedidas	45.046.829,40	2,05	68.929.020,26	2,46	-34,65
Movimentação de Saldos	2.959.860,51	0,13	496.083,23	0,02	-	para Pagamento de RP	-	-	-	-	-
Patrimoniais	-	-	-	-	-	Movimento de Saldos	1.291.147,86	0,06	1.457.027,03	0,05	-11,38
Aporte ao RPPS	-	-	-	-	-	Patrimoniais	-	-	-	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	-	-	-	Aporte ao RPPS	-	-	-	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	700.641.551,63	31,91	1.226.368.341,33	43,81	-42,87	Aporte ao RGPS	-	-	-	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar	172.959.996,87	7,88	179.111.942,96	6,40	-3,43	Pagamentos	202.578.508,72	9,23	222.381.291,16	7,94	-8,90
Processados	-	-	-	-	-49,42	Extraorçamentários	-	-	-	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não	525.924.114,25	23,96	1.039.854.904,83	37,15	-91,35	Pagamento dos Restos a Pagar	147.748.464,24	6,73	146.072.226,02	5,22	1,15
Processados	-	-	-	-	-12,56	Processados	-	-	-	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores	517.482,48	0,02	5.983.431,77	0,21	2,48	Pagamento dos Restos a Pagar	54.312.562,00	2,47	70.331.016,45	2,51	-22,78
Vinculados	-	-	-	-	-13,44	Não Processados	-	-	-	-	-
Outros Recebimentos	1.239.958,03	0,06	1.418.061,77	0,05	-18,45	Depósitos Restituíveis e Valores	517.482,48	0,02	5.978.048,69	0,21	-91,34
Extraorçamentários	-	-	-	-	-18,45	Vinculados	-	-	-	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas -	80.427,74	0,00	78.477,70	0,00	-18,45	Outros Pagamentos	-	-	-	-	-
Cartão de Pagamento	-	-	-	-	-	Extraorçamentários	-	-	-	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	1.159.530,29	0,05	1.339.584,07	0,05	-	Saldo para o Exercício	181.915.629,10	8,29	193.682.310,74	6,92	-6,08
Saldo do Exercício Anterior	156.191.820,04	7,11	191.521.417,59	6,84	-18,45	Seguinte	-	-	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	156.191.820,04	7,11	191.521.417,59	6,84	-18,45	Caixa e Equivalentes de Caixa	181.915.629,10	8,29	193.682.310,74	6,92	-6,08
TOTAL	2.195.363.990,39	100	2.799.294.500,97	100	-21,57	TOTAL	2.195.363.990,39	100	2.799.294.500,97	100	-21,57

Fonte: SIAFI/DCF; análises e formatação AT/CUR

2.5 Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

Essa demonstração apresenta as entradas (ingressos) e saídas (dispêndios de caixa, classificando-as em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

Permite, ainda, identificar:

- as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- os itens de consumo do caixa durante o período das demonstrações contábeis;
- o saldo final do caixa na data das demonstrações contábeis.

Definições:

Caixa: numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

Equivalentes de Caixa: aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em valor conhecido de caixa. Sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. São mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e, não para investimentos ou outros fins.

Fluxos de Caixa: são as entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa. Excluem movimentos entre itens de Caixa e de Equivalentes de Caixa, pois estes são parte apenas da gestão de caixa da entidade (investimento do excesso de caixa em equivalentes de caixa).

Os Fluxos de Caixa são assim chamados por compreenderem as atividades:

- operacional: relacionadas às atividades fins da instituição e outras não relacionadas, como as de investimento e de financiamento. Indicam como as operações da entidade são financiadas;
- de investimento: referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa; e
- de financiamento: as que resultam em mudanças no tamanho e composição do capital próprio e no endividamento da entidade.

Os Fluxos de Caixa da UFF, referentes ao 1º Sem/2020, apresentaram os seguintes saldos:

Quadro 08 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa

(R\$)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA					
	1º Sem/2020		1º Sem/2019		AH % (A/B)
	Saldo (A)	AV %	Saldo (B)	AV %	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	40.459.821,69		12.616.823,44		
INGRESSOS	1.340.207.631,49	100	1.388.727.757,89	100	-3,49
Receita Patrimonial	1.377.755,69	0,10	1.373.515,50	0,10	0,31
Receita Agropecuária	3.392,55	0,00	737,00	0,00	360,32
Receita Industrial	43.732,73	0,00	500,00	0,00	8.646,55
Receita de Serviços	11.243.230,45	0,84	9.584.670,99	0,69	17,30
Remuneração das Disponibilidades	-	-	4,41	0,00	-100,00
Outras Receitas Derivadas e Originárias	1.435.555,27	0,11	6.745.127,31	0,49	-78,72
Transferências Recebidas	-	-	-	-	-
Intergovernamentais (Dos Estados e/ou Distrito Federal; Dos Municípios)	-	-	-	-	-
Intragovernamentais	-	-	-	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-	-	-	-
Outros Ingressos Operacionais	1.326.103.964,80	98,95	1.371.023.202,68	98,73	-3,28
Ingressos Extraorçamentários	517.482,48	0,04	5.983.431,77	0,43	-91,35
Transferências Financeiras Recebidas	1.324.426.952,03	98,82	1.363.700.186,84	98,20	-2,88
Arrecadação de Outra Unidade	1.159.530,29	0,09	1.339.584,07	0,10	-13,44
DESEMBOLSOS	-1.299.747.809,80	100	-1.376.110.934,45	100	-5,55
Pessoal e Demais Despesas	-1.006.067.994,31	77,40	-1.041.490.562,14	75,68	-3,40
Judiciário	-	-	-13.900,04	0,00	-100
Administração	-637.614,63	0,05	-424.686,10	0,03	50,14
Defesa Nacional	-108.153,84	0,01	-173.524,21	0,01	-37,67
Previdência Social	-376.974.750,74	29,00	-349.896.684,63	25,43	7,74
Saúde	-22.276.187,55	1,71	-34.204.081,49	2,49	-34,87
Educação	-591.479.149,72	45,51	-608.759.130,30	44,24	-2,84
Cultura	-65.963,40	0,01	-104.700,00	0,01	-37,00
Urbanismo	-3.700.000,00	0,28	-	-	-
Agricultura	-1.000.000,00	0,08	-	-	-
Organização Agrária	-2.100.000,00	0,16	-17.643.760,00	1,28	-88,10
Indústria	-161.478,34	0,01	-	-	-
Transporte	-645.399,67	0,05	-9.305.455,86	0,68	-93,06
Desporto e Lazer	-6.918.488,28	0,53	-20.967.356,83	1,52	-67,00
Encargos Especiais	-81.235,88	0,01	-75.760,38	0,01	7,23
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	80.427,74	-0,01	78.477,70	-0,01	2,48
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Transferências Concedidas	-98.915.770,12	7,61	-90.014.621,65	6,54	9,89
Intergovernamentais (A Estados e/ou Distrito Federal; A Municípios)	-	-	-	-	-
Intragovernamentais	-98.915.770,12	7,61	-89.923.463,12	6,53	10,00
Outras Transferências Concedidas	-	-	-91.158,53	0,01	-100
Outros Desembolsos Operacionais	-194.764.045,37	14,98	-244.605.750,66	17,78	-20,38
Dispêndios Extraorçamentários	-517.482,48	0,04	-5.978.048,69	0,43	-91,34
Transferências Financeiras Concedidas	-194.246.562,89	14,94	-238.627.701,97	17,34	-18,60
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-14.736.012,63		-10.455.930,29		
INGRESSOS	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	-	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-	-	-	-
DESEMBOLSOS	-14.736.012,63	100	-10.455.930,29		40,93
Aquisição de Ativo Não Circulante	-13.671.179,93	92,77	-10.164.182,99		34,50
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-1.064.832,70	7,23	-291.747,30		264,98
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-	-	-	-
INGRESSOS	-	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-	-	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-	-	-	-
DESEMBOLSOS	-	-	-	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-	-	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-	-	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	25.723.809,06		2.160.893,15		1.090,42
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	156.191.820,04		191.521.417,59		-18,45
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	181.915.629,10		193.682.310,74		-6,08

Fonte: SIAFI/DCF; análises e formatação AT/CUR
 Obs.: algumas contas com os saldos zerados foram suprimidas.

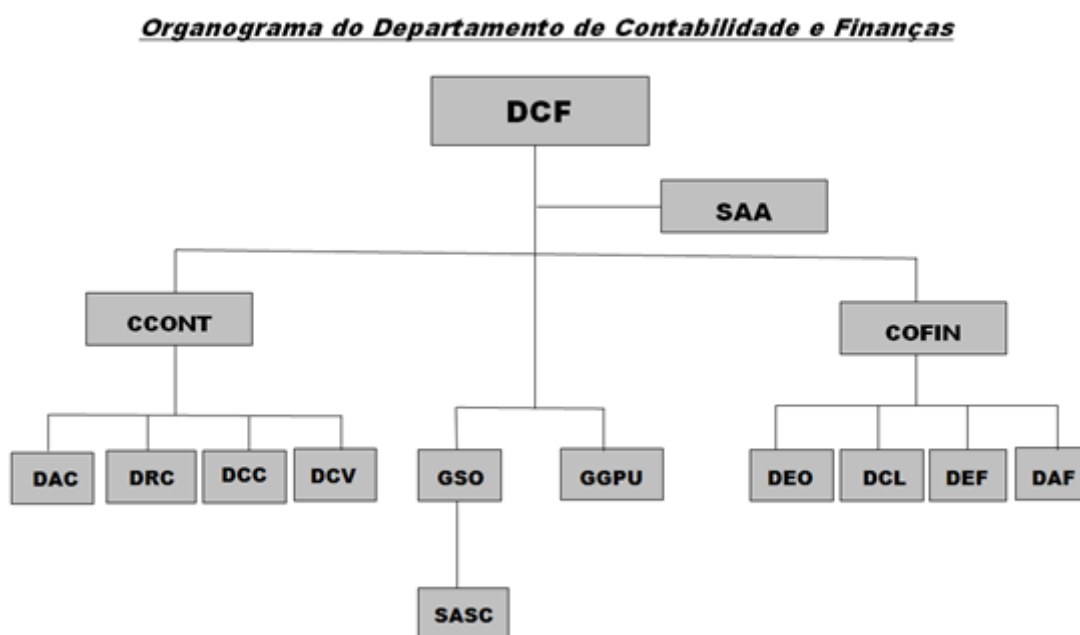
2.6 A Contabilidade na UFF

O setor contábil da UFF é o Departamento de Contabilidade e Finanças (DCF), subordinado à Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN), e possui a seguinte missão:

Através de uma gestão participativa, trabalhando com ética e eficiência, qualidade e integração, atuar em atividades de análise, execução, registro, informação e orientação, de elementos orçamentários, financeiros e patrimoniais, visando o atendimento da clientela interna e externa. (Ofício DCF nº 487/2019).

A atual estrutura administrativa do DCF apresenta-se conforme o organograma encaminhado em fevereiro de 2020, que aqui resumimos:

Figura 01 – Organograma do Departamento de Contabilidade e Finanças



Fonte: DCF/PROPLAN

2.6.1 Objetivos Estratégicos das Demonstrações Contábeis

De acordo com o Capítulo I da Seção I, do Boletim de Serviço UFF, ano LIV, nº 154 de 24/08/20, os objetivos estratégicos das Demonstrações Contábeis são:

Objetivo Estratégico 1 – Atender a aspectos legais

As Demonstrações Contábeis são preparadas tendo como base legal a Lei nº 4320/1964, A Lei Complementar nº101/2000 e apresentadas para usuários externos em geral, tendo em vista suas finalidades distintas e necessidades diversas. Governos, órgãos reguladores ou autoridades fiscais, por exemplo, podem especificamente determinar, através da legislação, exigências para atender a seus próprios fins.

Objetivo Estratégico 2 – Atender a aspectos técnicos

As Demonstrações Contábeis são preparadas segundo a Estrutura Conceitual divulgada pelo Conselho Federal de Contabilidade através das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e adotadas pela Secretaria do Tesouro Nacional conforme Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Objetivo Estratégico 3 – Servir como subsídio para tomada de decisão

As Demonstrações Contábeis objetivam fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões e avaliações por parte dos usuários em geral, não tendo o propósito de atender finalidade ou necessidade específica de determinados grupos de usuários. Além disso, elas não se propõem a fornecer todas as informações que os usuários possam necessitar, uma vez que somente retratam os efeitos financeiros de acontecimentos passados e não incluem, necessariamente, informações não-financeiras.

Objetivo Estratégico 4 - Servir como instrumento de transparência para a sociedade

As Demonstrações Contábeis também objetivam apresentar os resultados orçamentários, financeiros, econômico e patrimonial decorrente da atuação dos gestores da Universidade e sua capacitação na prestação de contas à sociedade quanto aos recursos que lhe foram confiados. Aqueles usuários que desejam avaliar a atuação ou prestação de contas dos gestores públicos fazem-no com a finalidade de estar em condições de tomar decisões econômicas, sociais e eleitorais. Por este motivo as Demonstrações contábeis também servem de suporte para a instrumentalização do controle social.

(Boletim de Serviço UFF, ano LIV, nº 154, p. 45 e 46).

2.6.2 Divulgação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis e suas respectivas Notas Explicativas, referentes ao 1º Sem/2020, foram disponibilizadas na *internet* em arquivo magnético, no *site* oficial da UFF, por meio do *link*: <http://uff.br/sites/default/files/paginas-internas-orgaos/demonstracoes_contabeis_e_nex_1osem2020.pdf>.

3. RESULTADO DOS EXAMES

3.1 Análise do Balanço Patrimonial

Os bens e direitos da Universidade totalizaram um Ativo de R\$ 1.780.191.330,28 (um bilhão, setecentos e oitenta milhões, cento e noventa e um mil, trezentos e trinta reais e vinte e oito centavos) no período encerrado em 30 de junho de 2020, apresentando um aumento de R\$ 173.697.729,98 (cento e setenta e três milhões, seiscentos e noventa e sete mil, setecentos e vinte e nove reais e noventa e oito centavos) em relação ao 1º Sem/2019.

O grupo Ativo Circulante apresentou uma variação de R\$ 19.184.214,57 (dezenove milhões, cento e oitenta e quatro mil, duzentos e quatorze reais e cinquenta e sete centavos), entre os saldos do 1º sem/2020 e do 1º sem/2019, significando redução de 7,75% do total dos bens e direitos da UFF com expectativa de recebimento até 30 de junho de 2021. Esse grupo está composto por saldos das contas “Caixa e Equivalente de Caixa”, “Créditos a Curto Prazo” (Dívida Ativa Não Tributária a Curto Prazo), “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo” e “Estoques”.

O grupo Ativo Não Circulante expressou um valor de R\$ 1.551.756.540,48 (um bilhão, quinhentos e cinquenta e um milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e quarenta reais e quarenta e oito centavos), significando 87,17% do total dos bens e direitos da UFF com expectativa de recebimento após 30 de junho de 2021. Esse grupo está composto por saldos das contas “Créditos a Longo Prazo” (Dívida Ativa Não Tributária a Longo Prazo com os Ajustes para Perdas), “Demais Créditos e Valores a Longo Prazo”, “Bens Móveis” com as “Depreciações Acumuladas”, “Bens Imóveis” com as “Depreciações Acumuladas”, e “Softwares” com as “Amortizações Acumuladas”.

3.1.1 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Conta Contábil: 1.1.3.0.0.00.00

Nessa conta estão registrados “outros direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com créditos não tributários; adiantamentos; estoques; depósitos

efetuados; impostos a compensar e créditos a receber por infrações. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros.”

¹⁵ (UFF.2020,p.13)

Quadro 09 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – 1º Semestre/2020

(R\$)

Demais Créditos a Receber de Curto Prazo	1º sem/2020		2º sem/2019		1º sem/2019		AH % (A / B)	AH % (A / C)
	(A)	AV %	(B)	AV %	(C)	AV %		
13 SALARIO - ADIANTAMENTO	22.102.374,09	50,75	0	0	21.548.517,40	45,78	100	2,57
ADIANTAMENTO DE FERIAS	993.615,45	2,28	0	0	8.890.985,93	18,89	100	(88,82)
SUPRIMENTO DE FUNDOS - ADIANTAMENTO	92.360,00	0,21	0	0	100.748,00	0,21	100	(8,33)
CRED A RECEBER POR CESSAO DE PESSOAL	694.403,79	1,59	422.300,21	2,17	483.469,14	1,03	64,43	43,63
CRED A REC POR CESSAO DE AREAS PUBLICAS	18.017,06	0,04	222.288,74	1,14	6.149,79	0,01	(91,89)	192,97
CRED A REC DE ACERTO FINAN C/SERVIDOR/EX SERV	1.082.437,56	2,49	1.082.437,56	5,56	922.785,33	1,96	0	17,30
CRED A REC DECORRENTES DE FOLHA PAGAMENTO	18.441.963,69	42,35	17.635.708,38	90,52	14.994.886,30	31,86	4,57	22,99
CREDITOS PARCELADOS	123.084,86	0,28	120.276,74	0,62	122.818,98	0,26	2,33	0,22
Saldo Bruto	43.548.256,50	100	19.483.011,63	100	47.070.360,87	100	123,52	(7,48)
AJUSTE PARA PERDAS	(1.092.934,57)	(2,51)	(923.568,33)	4,74	(961.697,04)	2,04	18,34	13,65
Saldo Líquido	42.455.321,93		18.559.443,30		46.108.663,83		128,75	(7,92)

Fonte: SIAFI/DCF; formatação AT/CUR.

Como destacado em períodos anteriores, fazer a análise horizontal (AH) em alguns registros poderá trazer resultado que ensejarão interpretação equivocada posto à natureza dos fatos ali representados. Registros como Adiantamento de 13º Salário e de Férias, bem como de Suprimento de Fundos possuem maior incidência em um período e no seguinte são zerados.

A análise horizontal dos demais saldos existentes em “Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo”, que representa o direito a receber de curto prazo pela Universidade, demonstra maior efetividade se comparado com os saldos do período imediatamente anterior.

No Quadro 09, na análise horizontal, os saldos referentes a “Créditos a Receber Decorrentes de Folha de Pagamento” e a “Créditos Parcelados”, apesar de terem sido as menores variações dos últimos períodos, 4,57% e 2,33%, respectivamente, evidenciam a necessidade de revisão dos procedimentos de cobrança, por parte das Unidades Responsáveis, na busca de obtenção de resultados melhores. Como, também, destaca-se o montante de R\$ 18.441.963,69, observado na conta contábil “Créditos a Receber Decorrentes de Folha de Pagamento”, que representa 42,35% do total da conta analisada.

¹⁵ (2020. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas da UFF 2º Trimestre de 2020, Principais Critérios e Políticas Contábeis).

Adicionalmente, verifica-se acentuada redução de 91,89% no saldo devedor correspondente a permissionários de uso de espaço público, visto em “Crédito a Receber por Cessão de Áreas Públicas”, o que se destaca a atuação pontual do controle interno dos setores envolvidos.

Os registros referentes a “Ajuste para Perdas” refletem a expectativa de não realização dos créditos a receber por meio da análise de riscos, como relatado nas Notas Explicativas emitidas pelo Departamento de Contabilidade e Finanças (DCF).

3.1.1.1 Créditos a Receber por Cessão de Pessoal / Curto Prazo

Conta Contábil: 1.1.3.8.1.12.00

Essa conta registra os valores de créditos a receber relativos à folha de pagamento dos servidores cedidos pela UFF a outras entidades públicas, conforme registros na UG 153056-UFF/Reitoria.

Quadro 10 - Créditos a Receber por Cessão de Pessoal – 1º Semestre/2020

(R\$)

CREDITO A RECEBER POR CESSÃO PESSOAL									
CESSIONÁRIO	1º sem/2020		2º sem/2019		1º sem/2019		AH %	AH %	
	(A)	AV%	(B)	AV%	(C)	AV%	(A/B)	(A/C)	
Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro	65.606,44	9,45	10.973,95	2,60	44.247,59	9,15	497,84	48,27	
Banco Nac. Desenvolvimento Econômico e Social	13.353,53	1,92	25.120,45	5,95	4.532,63	0,94	(46,84)	194,61	
Governo do Estado do Rio de Janeiro	97.511,64	14,04	97.511,64	23,09	97.511,64	20,17	0	0	
Instituto Vital Brasil	70.228,40	10,11	0	0	0	0	100	100	
Itaipu Binacional	14.994,64	2,16	0	0	14.466,18	2,99	100	3,65	
Prefeitura Municipal de Itaboraí	10.370,38	1,49	10.370,38	2,46	10.370,38	2,14	0	0	
Prefeitura Municipal de Macaé	18.176,96	2,62	0	0	0	0	100	100	
Prefeitura Municipal de Niterói	70.211,58	10,11	15.038,04	3,56	30.076,08	6,22	366,89	133,45	
Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes	74.577,36	10,74	28.583,55	6,77	57.768,05	11,95	160,91	29,10	
Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu	66.785,60	9,62	66.785,60	15,81	66.785,60	13,81	0	0	
Prefeitura Municipal de São João de Meriti	112.212,12	16,16	87.541,46	20,73	77.335,85	16,00	28,18	45,10	
Prefeitura Municipal de Volta Redonda	80.375,14	11,57	80.375,14	19,03	80.375,14	16,62	0	0	
Total	694.403,79	100	422.300,21	100	483.469,14	100	64,43	43,63	

Fonte: SIAFI/DCF; formatação AT/CUR.

Na análise vertical dos dados disponibilizados no Quadro 10 foram observados os cessionários Município de São João de Meriti, Governo do Estado do Rio de Janeiro e o Município de Volta Redonda como os três mais representativos, cujos saldos correspondentes a créditos a receber por cessão de pessoal acumulados no 1º Sem/2020, juntos, representam 41,77% do total de créditos a receber.

Da análise horizontal dos saldos do 1º Sem/2020, se comparado ao período imediatamente anterior, permitindo análise mais adequada, o saldo devedor total aumentou

em 64,43%. Do montante de créditos a receber desse período, destacam-se os maiores aumentos de dívidas, nos cessionários: Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (497,84%), Prefeitura de Niterói (366,89%) e Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes (160,91%). Apesar da redução da dívida do cessionário Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social em 46,84%, pode-se afirmar que não se logrou êxito na cobrança junto aos demais cessionários.

O que foi relatado pelo DCF em Notas Explicativas do 1º Sem/2020:

“A variação observada no primeiro trimestre de 2020, acréscimo de R\$272 mil no saldo dos créditos a receber por Cessão de Pessoal, teve origem no atraso do pagamento de faturas de cobrança pelos órgãos beneficiários da cessão dos servidores”. (NE 2º Trim.2020, p.20)

Da análise horizontal dos saldos do 1º Sem/2020 comparado ao 1º Sem/2019, do total dos Créditos a Receber por Cessão de Pessoal, não se verificou qualquer redução no total a receber. Destaca-se o aumento da dívida de dois cessionários, sendo 194,61% e 133,45% relativos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e à Prefeitura Municipal de Niterói, respectivamente.

Adicionalmente, segundo a mesma comparação, pode-se observar também saldos que permaneceram inalterados, sem qualquer acréscimo por atualização monetária ou mesmo decréscimo por pagamento da dívida durante o 1º Sem/2020, como verificasse nos cessionários: Governo do Estado do Rio de Janeiro, Município de Itaboraí, Município de Nova Iguaçu e Município de Volta Redonda.

Em uma situação mais crítica, analisando os últimos 5 anos, o saldo da dívida permanece o mesmo para os cessionários Prefeitura Municipal de Itaboraí, desde o exercício de 2016; e Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, desde 2017.

Considerando os relatórios emitidos pela Auditoria Técnica, anteriormente, abordando as pendências decorrentes da cessão de servidores, o Conselho de Curadores expediu a Indicação nº 002/2015,

INDICA ao Magnífico Reitor que não sejam cedidos novos servidores a Órgãos (Federais, Estaduais e Municipais) em débito com a UFF. (UFF, 2015)

Nos relatórios anteriores foi informado que o Gabinete do Reitor adotou providências, junto com o DCF a fim de aperfeiçoar as rotinas de cobrança aos órgãos cessionários, no intuito de evitar saldo nesta conta.

3.1.1.2 Créditos a Receber Decorrentes de Folha de Pagamento

Conta Contábil: 1.1.3.8.1.17.00

Nessa conta estão registrados os valores a receber decorrentes da folha de pagamento, provenientes de direitos obtidos junto a diversos devedores.

Tabela 01 – Créditos a Receber Decorrentes de Folha de Pagamento – 1º Semestre/2020 (R\$)

Outros Créd. a Rec. e Valores a Curto Prazo	1º Sem/2020 (A)	2º Sem/2019 (B)	1º Sem/2019 (C)	AH % (A/B)	AH% (B/C)
Cred. a Rec decorrentes de Folha Pagamento	18.441.963,69	17.635.708,38	14.994.886,30	4,57	17,61
Fonte: SIAFI; formatação AT/CUR					

Na análise dos dados da Tabela 01, teve-se a pretensão de comparar o semestre a outro imediatamente anterior e, sob essa ótica, observa-se que nos semestres do exercício de 2019, houve aumento dos créditos a receber, 17,61%. O que, no 1º Sem/2020, comparado ao 2º Sem/2019, foi de 4,57%.

Da análise, por amostragem, dos lançamentos contábeis no SIAFI, constatou-se que os maiores valores ali registrados referem-se às reposições ao erário decorrentes de processos de acumulação de cargos. Ainda, que, no 1º Sem/2020, só ocorreu registro de baixa de parcelas visando a reposição ao erário, nos meses de janeiro e março; por conseguinte, não se vislumbrou registros de baixa dos créditos devidos nos meses de abril a junho.

Nas Notas Explicativas, das Demonstrações Contábeis do 1º Sem/2020, o DCF informa que os “Créditos a Receber Decorrentes de Folha de Pagamento” representam:

“os débitos apurados pela administração pública contra servidores beneficiários de pagamentos indevidos cuja devolução ao erário acontece por meio do desconto em folha de pagamento de pessoal. Esta característica garante a estes créditos alta perspectiva de recuperabilidade e inexigibilidade de registro de possíveis perdas futuras.”

3.1.2 Estoques

Conta Contábil: 1.1.5.0.0.00.00

Nessa conta estão registrados os valores dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela instituição, que tem como objetivo a venda ou a utilização na execução das atividades diárias, dados demonstrados no Quadro 11 que segue:

ESTOQUES	1º Sem/2020	2º Sem/2019	1º Sem/2019	AH %	AH %
	(A)	(B)	(C)	(A/B)	(A/C)
Mercadorias para Venda ou Revenda	3.208.017,18	3.208.017,18	3.208.017,18	0	0
Almoxarifado – Materiais de Consumo	827.656,04	773.522,46	4.591.847,07	7,00	(81,98)
Outros Estoques – Material de Consumo - Estoque Interno – Para Distribuição	535,08	535,08	535,08	0	0
TOTAL	4.036.208,30	3.982.074,72	7.800.399,33	1,36	(48,26)

Fonte: SIAFI; formatação AT/CUR

Do Quadro 11, depreende-se que não houve qualquer movimentação dos estoques de Mercadorias para Venda ou Revenda e de Outros Estoques-Material de Consumo para distribuição, ao longo do exercício de 2019 até o 1º sem/2020.

Na comparação dos dados do 1º Sem/2020 com os do mesmo período de 2019, no Quadro 11, pode-se observar uma redução de 48,26% dos valores correspondentes a material de consumo que, conforme informação ao final de 2019, constante em relatório anterior, refere-se “a transferência de saldo da conta de almoxarifado da UFF para a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH”

No tocante aos estoques de Mercadorias para Venda ou Revenda, conta contábil “1.1.5.1.1.01.01”, de acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, referem-se a “todos os produtos adquiridos de terceiros para revenda, não sofrem nenhum processo de transformação na entidade”. Ainda, nas Notas Explicativas, das Demonstrações Contábeis, do 1º Sem/2020, o DCF informa que:

A conta Mercadorias para Venda e Revenda está composta por livros adquiridos e produzidos pela Editora Universitária da UFF (EDUFF), comercializados em conformidade com o objetivo primordial da editora de divulgar e distribuir o conhecimento produzido na comunidade acadêmica.

Na análise de normativos internos que tratam de Inventários físico-financeiro dos Almoxarifados, o DCF, visando orientar o encerramento do exercício de 2019, expediu em 14/08/2019 a Ordem de Serviço DCF nº 01/2019, na qual ficou estabelecido o prazo de 03/01/2020 para:

“Envio dos processos relativos aos Inventários físico-financeiro dos Almoxarifados, de bens móveis, imóveis e Intangíveis, bem como dos bens para venda e revenda.

Ainda, por meio da SA nº 40, a AT/CUR solicitou ao DCF Informar “qual(is) Unidade(s) arrecadadora(s) responsável(is) pela guarda das mercadorias vendidas, bem como, quais são os registros referentes a baixa na conta “Estoques - Mercadorias para Venda ou Revenda””.

O DCF, por meio do Ofício DCF nº 120/2020, de 07/08/2020, que:

“A unidade responsável pela guarda das mercadorias vendidas registradas nesta conta é a EDUFF – Editora da UFF, que presta serviço de editoração e realiza a comercialização de material bibliográfico. Não há registros de baixa de estoques de mercadorias para venda e revenda, pois estes dependem de informações a serem fornecidas pela EDUFF através de seus mapas de movimentação de estoques, os quais não tem sido entregues à Contabilidade. O assunto está sendo tratado com a Direção da Editora, visando a regularização.”

Em análise da conta contábil “Venda de Livros, Periódicos e Assemelhados - 4.3.1.1.1.14.00”, foram observados registros decorrentes de receitas oriundas de serviços de comercialização de livros, periódicos e assemelhados (Guia de Recolhimento da União-GRU - Código 28818-7), o que evidencia saída de material sem a devida baixa no estoque de “Mercadorias para Venda e Revenda”. Na Tabela 02 são demonstrados os saldos acumulados no 1º Sem/2020 e no encerramento dos exercícios de 2019 e 2018.

Tabela 02 – Receita - Venda de Livros, Periódicos e Assemelhados (R\$)

1º Sem/2020	Ex. 2019	Ex. 2018
18.421,66	99.617,66	50.272,87

Fonte: SIAFI, formatação AT/CUR

3.1.3 Dívida Ativa Não Tributária / Créditos a Longo Prazo

Conta Contábil: 1.2.1.1.1.05.00

Nessa conta, verifica-se a representação dos “Créditos Inscritos em Dívida Ativa não Tributária a Longo Prazo” registrados, após análise e orientação jurídica, os valores

¹⁶ Ordem de Serviço DCF nº 01/2019, de 14/08/2019. Disponível em: <http://www.noticias.uff.br/bs/2019/08/158-19.pdf>. Acesso em: 03/08/2020.

devidos por terceiros, provenientes de créditos não arrecadados ou não recolhidos no exercício de origem, constituindo Dívida Ativa da União.

Quadro 12 - Dívida Ativa Não Tributária / Longo Prazo – 1º Semestre/2020

(R\$)

Devedor	1º sem/2020		2º sem/2019		1º Sem/2019		AH %	AH %
	Saldo (A)	AV%	Saldo (B)	AV %	Saldo (C)	AV%	(A / B)	(A / C)
xxx.143.xxx-xx	0	0	31.472,32	0,45	31.472,32	0,44	(100)	(100)
xxx.300.xxx-xx	152.113,51	2,15	149.493,54	2,14	141.103,60	1,95	1,75	7,80
xxx.318.xxx-xx	137.044,00	1,94	134.683,58	1,93	127.124,81	1,76	1,75	7,80
xxx.090.xxx-xx	405.812,70	5,73	405.812,70	5,81	405.812,70	6	0	0
xxx.893.xxx-xx	1.784,95	0,03	1.739,14	0,02	32.671,28	0,45	2,63	(94,54)
Estudio Arquitetura e Planejamento Ltda	55.309,46	0,78	54.356,82	0,78	51.306,18	0,71	1,75	7,80
Durante & Acqua Ltda	85.495,60	1,21	85.495,60	1,22	85.495,60	1,18	0	0
Lucascorps – Consultoria em Engenharia e Planejamento	28.844,24	0,41	28.347,43	0,41	26.756,50	0,37	1,75	7,80
Dimaik Construções Ltda	166.475,38	2,35	163.608,04	2,34	154.425,96	2,14	1,75	7,80
Acre Governo do Estado	176.723,11	2,50	173.679,27	2,48	163.931,97	2,27	1,75	7,80
Estado do Rio de Janeiro	621.211,12	8,78	610.511,51	8,73	576.248,14	7,98	1,75	7,80
Secretaria de Estado de Educação	2.079.651,69	29,38	2.043.832,21	29,24	1.929.127,44	26,70	1,75	7,80
Município de Armação de Búzios	0	0	0	0	4.993,42	0,07	0	(100)
Município de Magé	9.916,64	0,14	9.916,64	0,14	2.230,65	0,03	0	344,56
Município de Magé	129.434,00	1,83	127.033,85	1,82	127.033,85	1,76	1,89	1,89
Município de Niterói	555.958,97	7,85	542.193,01	7,76	910.499,71	12,60	2,54	(38,94)
Fundação Municipal de Saúde	2.291.057,29	32,37	2.251.596,60	32,21	2.125.231,60	29,42	1,75	7,80
Município do Rio de Janeiro	126.092,40	1,78	123.920,61	1,77	116.965,89	1,62	1,75	7,80
Município de São Gonçalo	55.846,05	0,79	52.874,94	0,76	211.947,51	2,93	5,62	(73,65)
Total Bruto	7.078.771,11	100	6.990.567,81	100	7.224.379,13	100	1,26	(2,02)
(-) Ajustes de Perdas de Créditos a Longo Prazo – Dívida Ativa Não Tributária	(2.599.410,33)	(36,72)	(2.599.410,33)	(37,18)	(2.824.757,32)	(39,10)	0	(7,98)
Total Líquido	4.479.360,78	-	4.391.157,48	-	4.399.621,81	-	2,01	1,81

Fonte: SIAFI/DCF; formatação AT/CUR.

Verifica-se a existência de saldos referentes a créditos inscritos em Dívida Ativa não Tributária a receber no longo prazo, no valor total de R\$ 7.078.771,11. Dos valores constantes do Quadro 12, o Município de Niterói possui o maior saldo devedor junto a UFF, somando R\$ 2.847.016,26 representando 40,22% do total da dívida e o Governo do Estado do Rio de Janeiro responde por R\$ 2.700.862,81, sendo 38,16% do total da dívida.

No Quadro 12, ao comparar os saldos da conta contábil, observa-se discreta alteração dos saldos. Porém, destaca-se os saldos devedores referentes ao Município de Magé, a devedor xxx.090.xxx-xx e a Durante & Acqua Ltda. sem qualquer alteração em seu montante, seja por atualização ou por quitação. Adicionalmente, pode-se observar na comparação entre o 1º Sem/2020 e o 2º Sem/2019, que não houve registro de ajustes para perdas previstos em normativo legal.

Por meio das Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis relativas ao 1º Sem/2020, a Setorial Contábil esclarece que:

- **Ativo realizável ao longo prazo**

Compreendem os direitos a receber a longo prazo relativos a dívida ativa e outros créditos com expectativa de recebimento superior a 12 meses. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

- **Ajuste para perdas com créditos inscritos em dívida ativa**

Utiliza-se para o cálculo do ajuste para perdas a classificação dos créditos por níveis de risco decorrentes da expectativa de recuperação, com base na Portaria 293/2017 do Ministério da Fazenda.

Na análise dos montantes inscritos em “Dívida Ativa não Tributária a receber no longo prazo, no 2º Sem/2019, a equipe de auditoria recomendou ao DCF que adotasse “rotina de acompanhamento dos processos judiciais com vistas a atualização contábil tempestiva dos mesmos.”. Em resposta, o DCF, por meio do Ofício DCF nº 124/2020, de 17/08/2020, informou que:

Os processos que estão inscritos em dívida ativa foram registrados na conta créditos a receber de dívida ativa somente após a emissão da respectiva certidão [Certidão de Inscrição em Dívida Ativa-CDA]. E permanecem na conta até que a Procuradoria Federal nos informe sobre possíveis pagamentos através de GRU. Antes, porém, a Procuradoria solicita a atualização do valor. **Enquanto estão inscritas, o saldo da conta é atualizado.** No ano de 2020 foi estabelecido que a DAC/CCONT enviaria ofício para a Procuradoria a fim de confirmar o quantitativo de processos que permanecem judicializados. (nosso grifo)

3.1.4 Bens Móveis

Conta Contábil: 1.2.3.1.0.00.00

Nessa conta estão registrados os bens móveis¹⁷ da instituição, registrados pelo valor de aquisição ou de incorporação. O quadro a seguir mostra a composição dessa conta no período analisado:

¹⁷ PCASP-União -18/04/2017, Tesouro Nacional - “Bens corpóreos, que tem existência material e que podem ser transportados pelo próprio movimento ou removidos por força alheia, sem alteração da sua substância ou da destinação econômico-social, que constituam meio para a produção de outros bens ou serviços.”

Bens Móveis	1º sem/2020		2º sem/2019		1º sem/2019		AH %	AH %
	(A)	AV%	(B)	AV%	(C)	AV%	(A / B)	(A / C)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	160.344.438,23	44,36	136.821.506,26	46,98	132.892.152,51	46,72	17,19	20,66
Bens de Informática	66.476.356,36	18,39	56.554.648,89	19,42	54.767.652,38	19,25	17,54	21,38
Móveis e Utensílios	44.933.468,93	12,43	41.661.865,04	14,31	40.906.436,04	14,38	7,85	9,84
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	41.594.104,08	11,51	39.762.731,27	13,65	39.467.867,94	13,88	4,61	5,39
Veículos	15.815.538,74	4,38	15.722.939,75	5,40	15.722.514,53	5,53	0,59	0,59
Bens Móveis em Andamento	0	0	0	0	19.000,00	0,01	0	(100)
Demais Bens Móveis	32.292.134,82	8,93	683.659,70	0,23	658.348,86	0,23	4.623,42	4.805,02
Valor Bruto	361.456.041,16	100	291.207.350,91	100	284.433.972,26	100,00	24,12	27,08
Depreciação Acumulada – Bens Móveis	(16.811.947,27)	(4,65)	(13.175.347,77)	(4,52)	(8.749.691,16)	(3,08)	27,60	92,14
Total	344.644.093,89		278.032.003,14	-	275.684.281,10	-	23,96	25,01

Fonte: SIAFI/DCF; formatação AT/CUR.

No 1º Sem/2020, o valor bruto dos Bens Móveis, registrados na Contabilidade da UFF, totalizaram R\$ 361.456.041,16 que, na comparação com o 1º Sem/2019 (R\$ 284.433.972,26), representou um aumento de 27,08%.

No período em análise, teve destaque os registros de bens classificados em “Demais Bens Móveis”, que variou em 4.805,02% ao ser comparado com os dados do mesmo período do exercício anterior. A equipe de auditoria, ao questionar a Setorial Contábil sobre a variação de 4.623,42% entre o 1º sem/2020 e o 2º sem/2019, nessa mesma conta, foi informada por meio do Ofício DCF nº 120/2020, de 07/08/2020, medidas que serão acompanhadas em trabalho futuro, o que segue:

No exercício de 2020, a Secretaria do Tesouro Nacional realizou o registro contábil (2020NS000184) no valor de R\$ 68.363.050,45, referente a incorporação, no Ativo da UFF, do saldo das contas de controle de Bens Recebidos em comodato. Com o registro da STN os bens que haviam sido recebidos em comodato passaram a ser registrados na conta Bens Móveis a Classificar, cabendo ao órgão realizar posteriormente a classificação dos bens de acordo com a natureza específica de cada um deles.

A Universidade Federal Fluminense, por meio da Coordenação de Contabilidade – CCONT e a Coordenação de Administração Patrimonial – CAP, iniciou [iniciou] o processo de classificação dos Bens Recebidos em Comodato e estima concluí-lo em 60 dias. (nosso grifo)

A mudança de política adotada pela STN teve como base o entendimento de que Bens Recebidos em comodato devem ser reconhecidos no ativo do órgão que usufrui dos benefícios e corre os riscos relativos à posse e uso dos bens, ainda que não possua a propriedade formal. Por isso a grande variação em percentual do saldo de 2019 para 2020.

Ainda, no período anterior, quando da análise do 2º sem/2019, verificou-se que 29,90% dos bens móveis da UFF não tinham sido inventariados. Desta análise, restou a recomendação de que o DCF em conjunto com a CAP/SAEP, orientasse e promovesse “a realização do inventário anual de modo a garantir que os dados constantes do SISAP e, por conseguinte, os representados nas Demonstrações Contábeis reflitam o real valor do patrimônio mobiliário da UFF”. Para tanto, resguardadas as medidas sanitárias adotadas pela UFF devido à pandemia do coronavírus (COVID19), espera-se que as áreas cumpram a recomendação.

Como informado pela Setorial Contábil nas Notas Explicativas, das Demonstrações Contábeis relativas ao 2º Trimestre/2020:

Atualmente, o sistema [SISAP] conta com uma base inventariada de cerca de 30% do total de bens móveis da universidade. (nosso grifo)

Com todo o contexto trazido pela pandemia do coronavírus em que tornou-se imperioso seguir os protocolos de funcionamento ditados pelos gestores da Universidade, chama-se a atenção para o envolvimento das Unidades da UFF na realização do inventário anual dos bens móveis sob sua responsabilidade e, por conseguinte, dar visibilidade do real valor do patrimônio mobiliário da UFF. De modo a garantir conformidade do real patrimônio com os dados constantes do SISAP e representados nas Demonstrações Contábeis, destaca-se o artigo 16, da Norma de Serviço GAR nº 675/2019, publicada no Boletim de Serviço UFF nº 190 de 04/10/2019, que determina:

Art. 16º. O inventário de bens móveis deverá ser realizado anualmente pelas Unidades Administrativas e Acadêmicas para o total de bens da carga patrimonial, visando a conciliação físico-contábil do patrimônio da Universidade, consonante os artigos 94 a 96 da Lei nº 4.320/64. (Norma de Serviço GAR nº 675/2019).

3.1.4.1 Depreciação Acumulada de Bens Móveis

Conta Contábil: 1.2.3.8.1.01.00

No quadro 13, ao comparar o 1º Sem/2020 com o 1º Sem/2019, observou-se que o saldo da conta “Depreciação Acumulada de Bens Móveis” teve um aumento de 92,14%. Ao comparar os dois últimos períodos, 1º Sem/2020 com o 2º Sem/2019, essa conta teve um aumento de 27,60%.

Como relatado em período anterior, a depreciação¹⁸ dos bens móveis da UFF iniciou-se em abril de 2018. Esse procedimento tem como base a apuração de dados nos relatórios extraídos do Sistema de Administração Patrimonial (SISAP) que, por conseguinte, são contabilizados pelo DCF.

Por meio das Notas Explicativas, das Demonstrações Contábeis relativas ao 1º Sem/2020, a Setorial Contábil informa que:

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes. **Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização.** (nosso grifo)

As informações da depreciação dos bens móveis da Universidade Federal Fluminense são apuradas pelo sistema desenvolvido internamente - SISAP (Sistema de Administração Patrimonial). **O cálculo da depreciação contempla apenas os bens inventariados e cadastrados no SISAP. Atualmente, o sistema conta com uma base inventariada de cerca de 30% do total de bens móveis da universidade.** Utiliza-se o método das cotas constantes, com base em tabela contida no manual SIAFI, Macrofunção 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão, definida pela Coordenação Geral de Contabilidade - CCONT/SU-CON/STN/MF. (nosso grifo)

No 1º Sem/2019, a equipe de auditoria emitiu a recomendação nº 05, no PA nº 03/2019, referente à depreciação de bens móveis:

05. Recomenda-se ao DCF envidar esforços junto à SAEP, para adequar o sistema SISAP às necessidades de contabilização da depreciação dos bens móveis da Universidade, de forma que as informações contábeis (SIAFI) estejam em conformidade com as patrimoniais (SISAP); com a finalidade de regularizar as contas “Depreciação Acumulada de Bens Móveis” do Ativo/BP e “Depreciação de Bens Móveis” das Variações Patrimoniais Diminutivas/DVP. A atualização dessas contas precisa ser mensal. (Parecer de Auditoria nº 03/2019 – Demonstrações Contábeis – 1º Semestre/2019 - AT/CUR).

Em resposta ao Ofício nº 013/2020/AT/CUR/UFF, a SAEP esclareceu que:

Informamos que as rotinas referentes à depreciação de bens móveis vêm sendo realizadas adequadamente. As dificuldades referentes ao inventário foram reduzidas no último exercício e a UFF, hoje, encontra-se numa situação de desenvolvimento da rotina já implantada de depreciação, buscando alcançar a totalidade de bens móveis da universidade.

¹⁸ “A depreciação é o declínio do potencial de geração de serviços por ativos de longa duração, ocasionada pelos seguintes fatores: a. Deterioração física; b. Desgastes com uso; e c. Obsolescência. Em função desses fatores, faz-se necessária a devida apropriação do consumo desses ativos ao resultado do período por meio da depreciação, atendendo ao regime de competência. Assim, é importante verificar que o reconhecimento da depreciação se encontra vinculado à identificação das circunstâncias que determinem o seu registro, de forma que esse valor seja reconhecido no resultado do ente através de uma variação patrimonial diminutiva (VPD).” (STN/MF, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ª ed., p. 178, 2019).

Resta, contudo, mencionar que a obrigatoriedade de adesão ao SIADS impactará o atual cenário, sendo necessário aportar o novo sistema de forma planejada, equilibrada e segura. (OFÍCIO Nº 257/2020/SAEP/UFF)

Além disso, a equipe de auditoria emitiu, no RA nº 03/2020, a seguinte recomendação:

RA0320012. Recomenda-se ao DCF que oriente e promova junto à SAEP, a adoção de procedimentos urgentes e necessários visando a atualização do SISAP com vistas ao registro mensal da depreciação dos bens móveis da Universidade, de forma que as informações contábeis (SIAFI) estejam em conformidade com as informações patrimoniais (SISAP), e a transparência destes nas Demonstrações Contábeis.

Achado nº 10.

Prazo de atendimento: 180 dias

(Relatório de Auditoria nº 03/2020 – Demonstrações Contábeis – 2º Semestre/2019 - AT/CUR).

Cabe ressaltar que o RA nº 03/2020 foi aprovado pelo CUR no mês de julho. Posteriormente à aprovação, os Ofícios com as recomendações foram enviados às áreas auditadas. No caso da depreciação de bens móveis, a AT/CUR informou que a recomendação nº 05 (PA 03/2019 – 1º Sem/2019) correspondia à recomendação nº RA0320012 (RA 03/2020 – 2º Sem/2020), e que o prazo para o atendimento dela contaria a partir do recebimento da recomendação nº 05. Nisso, o prazo se dará no dia 21/12/20, estando o atendimento, portanto, em situação vigente no momento. Todavia, devido ao aumento de 92,14% no saldo da conta “Depreciação Acumulada de Bens Móveis”, verificou-se que a Setorial de Patrimônio vem envidando esforços no sentido de regularizar a conta.

Dessa forma, esta Auditoria irá monitorar a recomendação, para verificar se ela foi implementada dentro do prazo.

3.1.5 Bens Imóveis

Conta Contábil: 1.2.3.2.0.00.00

Os Bens Imóveis¹⁹ da Universidade são reconhecidos contabilmente (adições, baixas e transferências) por meio da integração entre os sistemas SPIUnet²⁰ e SIAFI²¹. O SPIUnet atualiza anualmente os imóveis, de forma sistemática, na data base de 31 de dezembro e, também, os reavalia quando da ocorrência de benfeitorias e alterações na

¹⁹ Bens Imóveis, 'Bens vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou dano, destinados ao uso e que a entidade não esteja explorando comercialmente.' Tesouro Nacional. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público-União, 18/04/2017.

²⁰ SPIUnet - Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de uso especial da União.

²¹ SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

área construída, bem como, de eventuais sinistros (incêndios, desmoronamentos, desabamentos, arruinamentos etc.).

O patrimônio imobiliário, no valor total bruto de R\$ 1.200.251.538,30, está registrado contabilmente no Quadro 14, como segue:

Quadro 14 – Bens Imóveis - 1º Semestre/2020

(R\$)

Bens Imóveis	1º sem/2020		2º sem/2019		1º sem/2019		AH %	
	(A)	AV%	(B)	AV%	(C)	AV%	(A / B)	(A / C)
Bens de Uso Especial	974.369.547,62	81,18	908.420.629,33	80,50	873.212.355,93	80,90	7,26	11,58
Edifícios	0	0	0	0	6.526.308,49	0,60	0	(100)
Terrenos, Glebas	9.996.043,92	0,83	9.996.043,92	0,89	2.445.864,54	0,23	0,00	308,69
Imóveis de Uso Educacional	912.273.383,44	76,01	846.324.465,15	74,99	805.868.949,66	74,66	7,79	13,20
Fazendas, Parques e Reservas	221.327,61	0,02	221.327,61	0,02	317.561,73	0,03	0	(30,30)
Hospitais	51.878.792,65	4,32	51.878.792,65	4,60	51.878.792,65	4,81	0	0
Complexos, Fábricas e Usinas	0	0	0	0	2.015.821,41	0,19	0	(100)
Autarquias/Fundações	0	0	0	0	4.159.057,45	0,39	0	(100)
Bens Imóveis em Andamento	225.582.142,36	18,79	219.742.616,16	19,47	205.815.143,66	19,07	2,66	9,60
Obras em Andamento	225.208.384,47	18,76	219.368.858,27	19,44	205.441.385,77	19,03	2,66	9,62
Estudos e Projetos	373.757,89	0,03	373.757,89	0,03	373.757,89	0,03	0	0
Instalações	299.848,32	0,02	376.182,84	0,03	376.182,84	0,03	(20,29)	(20,29)
Valor Bruto	1.200.251.538,30	100	1.128.539.428,33	100	1.079.403.682,43	100,00	6,35	11,20
Depreciação Acumulada-Bens	(5.237.284,05)	(0,44)	(4.716.632,85)	(0,42)	(3.003.107,31)	(0,28)	11,04	74,40
Total	1.195.014.254,25	-	1.123.822.795,48	-	1.076.400.575,12	-	6,33	11,02

Fonte: SIAFI/DCF; formatação AT/CUR.

Na análise do Quadro 14, ao comparar o valor bruto, saldos do 1º Sem/2020 com os saldos do 1º Sem/2019, observou-se um aumento de 11,20% na conta Bens Imóveis. Destaca-se que, de todo o patrimônio imobiliário da UFF, os bens classificados como Imóveis de Uso Educacional²² representam 76,01%, seguido dos imóveis ainda em construção classificados como Obras em Andamento que representam 18,76% do valor bruto.

Adicionalmente, pode-se observar alteração na classificação contábil de vários bens imóveis ao comparar os dados do 1º Sem/2020 com os do 1º Sem/2019. Naquele momento, o DCF manifestou-se por meio do ofício nº 444/2019/DAC/CCONT/DCF/PRO-PLAN/UFF, de 30/10/19, informando que:

Os registros de incorporação e reclassificação de bens imóveis são realizados no sistema SPIUNET, pela Coordenação de Administração Patrimonial.

(...)

A variação observada na conta de Obras em Andamento ocorreu em função, principalmente, do término de obra de construção do prédio de 5 pavimentos no

²² Imóveis de Uso Educacional – Escolas, Faculdades, Universidades e Bibliotecas. (Tesouro Nacional. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público-União, 18/04/2017).

ICHF, no valor de R\$14.226.349,06, após a emissão de Termo de Aceite Definitivo.

No 1º Sem/2019, a equipe de auditoria emitiu, no PA nº 03/2019, as seguintes recomendações, referentes a Bens Imóveis:

06 - Recomenda-se à CAP/SAEP, que ao realizar a reclassificação dos imóveis, através dos registros contábeis no sistema informatizado, informar no campo "OBSERVAÇÃO" o número e a data do documento oficial; bem como, o respectivo órgão público, relativos à determinação da reclassificação contábil.

07 - Recomenda-se à CAP/SAEP, que ao efetuar lançamentos contábeis dos imóveis no sistema informatizado, que neles constem todas as informações necessárias às suas identificação e localização. De forma que, no campo "OBSERVAÇÃO" dos registros contábeis (notas de lançamento, etc.) do SIAFI, contenham as informações suficientes à transparência dos bens imóveis UFF. (Parecer de Auditoria nº 03/2019 – Demonstrações Contábeis – 1º Semestre/2019 - AT/CUR).

Ademais, foram emitidas, no RA nº 03/2020, as seguintes recomendações, que correspondem às recomendações 06 e 07 acima mencionadas, respectivamente:

RA0320013. Recomenda-se de que a CAP/SAEP, ao efetuar lançamentos dos imóveis, junto ao SPIUnet e, por conseguinte, demandar a contabilização destes junto ao DCF, forneça dados suficientes para o registro, tais como: o número e a data do documento oficial; bem como, o respectivo órgão público, relativos à determinação da classificação/reclassificação, permitindo a correta identificação e a transparência dos bens imóveis da UFF.

Achado 11.

Prazo de atendimento: Imediato

RA0320014. Recomenda-se ao DCF, que ao efetuar lançamentos contábeis dos imóveis no SIAFI, que neles constem todas as informações necessárias às suas identificação e localização. De forma que, no campo "OBSERVAÇÃO" dos registros contábeis (notas de lançamento etc.), contenham informações suficientes à transparência dos bens imóveis UFF.

Achado 11.

Prazo de atendimento: Imediato

(Relatório de Auditoria nº 03/2020 – Demonstrações Contábeis – 2º Semestre/2019 - AT/CUR).

Em resposta ao Ofício nº 013/2020/AT/CUR/UFF, referente às recomendações do PA nº 03/2019, a SAEP esclareceu que:

A Divisão de Patrimônio imóvel da Coordenação de Administração Patrimonial da Superintendência de Arquitetura, Engenharia e Patrimônio (DPI/CAP/SAEP) apresenta dentre suas atribuições o cadastro e atualização dos imóveis da Universidade no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet).

Este sistema realiza a gerência da utilização dos imóveis da União, classificados como "Bens de Uso Especial", tendo como objetivos específicos:

Manter controle sobre os imóveis, utilizações e usuários;

Emitir relatórios gerenciais;
Permitir utilização de elementos gráficos (mapas, plantas, fotos, etc.) (SCGPU, 2019, p.5).

(...)

Para tanto, os imóveis ao serem cadastrados recebem um número de Registro Imobiliário Patrimonial – RIP, que se subdivide em:

RIP imóvel – Corresponde ao cadastro do imóvel no total, resultando na soma dos RIPs de utilização.

RIP Utilização – Corresponde à utilização de um imóvel ou parte dele por uma determinada Unidade Gestora. Se o mesmo imóvel é utilizado por mais de uma Unidade Gestora (UG), deverá ser criada uma Utilização para cada uma (SCGPU, 2019, p.6).

Conforme o Manual do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet), elaborado pelo Ministério da Economia Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SCGPU, 2019), o sistema apresenta as seguintes funções:

As funções de Cadastramento permitem incluir e alterar Imóveis e Utilizações; incluir, alterar e excluir Imagens; e, no caso da SPU, incluir, alterar e trocar senhas de Usuários. Também permite incluir informações de Ações Judiciais, somente para o perfil específico.

As funções de Atualização auxiliam o gerenciamento dos imóveis pelas Unidades Gestoras cadastradas, por exemplo, controlando a transferência de utilização entre UG e SPU's, regularizando registros patrimoniais e pendências SIAFI, entre outras.

As Consultas fornecem informações sobre os dados cadastrais de um imóvel ou utilização, facilitando a localização por vários critérios de pesquisa e refinamento, e fornecendo relatórios consolidados por valor e quantidade, atendendo aos diversos usuários do SPIUnet (SCGPU, 2019, p.16-17).

Após o cadastramento, ao ser realizada a consulta sobre o imóvel, pelos usuários cadastrados, é disponibilizado o relatório com as informações do imóvel. (...)

No campo denominado Utilizações encontradas para o RIP (que neste caso, é o RIP Imóvel) são listados os RIPs utilizações para cada uma das benfeitorias localizadas no terreno, e, para o caso de terrenos com somente uma benfeitoria, tem-se somente 1 RIP utilização, cujos dados inseremse diretamente no relatório do RIP Imóvel.

Clicando-se nos números RIP Utilização, para cada utilização disponibilizada no relatório, obtêm-se o relatório para a benfeitoria. A parte inicial da consulta mostra os dados do imóvel, ou seja, do terreno, seguindo-se dos dados da benfeitoria.

(...)

(...) no campo denominado observações a DPI/CAP/SAEP insere a normativa que regula a realização das avaliações imobiliárias, por meio do seguinte texto: “A avaliação imobiliária tem o propósito de atualizar dados no SPIUnet (Sistema Patrimonial de Imóveis de Uso Especial da União), conforme a Instrução Normativa Conjunta SPU/STN Nº 703/2014”.

Os servidores da DPI/CAP/SAEP possuem acesso ao SPIUnet e inserem as informações neste sistema, como o valor dos imóveis, por exemplo, e não realizam acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).

Em se tratando da relação entre o SPIUnet e o SIAFI, após o cadastramento de imóveis no SPIUnet, este sistema efetuará a análise crítica dos dados e, no caso das informações estarem corretas, o próprio sistema as envia para o lançamento no SIAFI, gerando uma nota de lançamento. (...)

Na Universidade Federal Fluminense, o acesso ao SIAFI é realizado pelo Departamento de Contabilidade e Finanças (DCF/UFF), logo, a DPI/CAP/UFF ao inserir os dados de um imóvel no SPIUnet e receber a Nota de Lançamento, a envia ao DCF, mesmo que esta seja enviada diretamente pelo SPIUnet para o SIAFI, pois os sistemas são integrados. (grifo nosso)

Para tanto, estes setores possuem interação neste fluxo de trabalho, sendo as informações dos imóveis com seus RIPs, valores e Notas de Lançamentos enviados mensalmente pela DPI/CAP/UFF ao DCF/UFF até o vigésimo dia do mês, para que o DCF tenha tempo hábil para realizar os procedimentos contábeis. (grifo nosso)

(OFÍCIO Nº 257/2020/SAEP/UFF)

Por sua vez, o DCF em resposta à recomendação RA0320013 do Ofício nº 019/2020/AT/CUR/UFF, referente às recomendações do RA nº 03/2020, respondeu:

Informamos que a CAP/SAEP, não efetua lançamentos contábeis no SIAFI. Seus registros são realizados no SPIUNET e, por integração dos sistemas, são exportados para o SIAFI. Porém, a informação é padronizada pelo sistema de forma que não traz detalhes sobre o imóvel, a não ser o número do registro de imóvel patrimonial – RIP. Por este motivo a CAP envia as informações ao DCF através de ofício. (OFÍCIO DCF Nº 124/2020, 17/08/20).

Quanto à recomendação RA0320014, o DCF se manifestou:

Informamos que os registros realizados pela CAP/SAEP no SPIUNET são exportados para o SIAFI refletindo a conta 123210000 – Bens Imóveis, gerando a seguinte mensagem automática no campo observação: “Registro de Imóveis de Uso Especial no SPIUNet”. Todos os registros são separados por RIP e o valor de cada RIP apresenta o valor atualizado do imóvel. Ocorre que ao contatar nova importação ao SIAFI se faz necessário a ratificação do valor importado. É nesse momento que se realiza um novo registro de ratificação com as informações detalhadas do imóvel fornecidas pela CAP através de ofício. Porém, este lançamento de ratificação, bem como suas informações detalhadas, não são efetuados na conta 123210000 e sim na conta 899912402 – Controle Registro SPIUNET ratificado, que contém as reavaliações ou desvalorizações dos imóveis. (OFÍCIO DCF Nº 124/2020, 17/08/20).

Diante das manifestações das unidades DCF e SAEP, expostas no item anterior, para a recomendação RA0320013, a Auditoria Técnica obteve a informação do DCF de que a SAEP fornece a ele as informações dos imóveis, por meio de ofício. Contudo, a recomendação será mantida até que o DCF evidencie o recebimento de tais informações, encaminhando os respectivos documentos à AT.

Para a recomendação RA0320014, em análise às manifestações auditadas, esta Auditoria decidiu cancelá-la, por entender que o sistema SIAFI não permite que a UFF preencha os campos do documento de registros de imóveis. Sendo o registro realizado somente em conta específica do SPIUnet, no qual este gera mensagem automática sobre os imóveis, durante a importação ao SIAFI.

3.1.5.1 Obras em Andamento

Conta Contábil: 1.2.3.2.1.06.01

Nesta conta contábil estão representados os valores correspondentes a obras em andamento, da fase inicial até o seu término.

No Quadro 15 pode-se verificar os registros de obras inacabadas no 1º Sem/2020.

Quadro 15 – Obras em Andamento – 1º Semestre/2020

(R\$)

UG	Conta Corrente		1º sem/2020	2º sem/2019	1º sem/2019	AH %	AH %
	Código	Descrição	(A)	(B)	(C)	(A/B)	(A/C)
150182 – PRO-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO/UFF	P IMBIL4012	UFF – CONCLUSAO PREDIO INSTIT. BIOLOG. GRAGOA	29.135.800,55	28.777.288,12	28.138.171,45	1,25	3,55
	P IMCAM0910	UFF – REFORMA LABORAT. E AMPLI. PATIO EIMVR	1.046.564,30	1.046.564,30	1.046.564,30	0	0
	P IMENJ3112	UFF – CONSTR. GUARITA/REFORM MURO FAC.DIREITO	185.992,70	185.992,70	185.992,70	0	0
	P IMFOR2412	UFF – CONTRATO 24/12 FORMATO CONSTR. LTDA	139.493,16	139.493,16	139.493,16	0	0
	P IMFOR5012	UFF – CONSTR. VESTIARIO/GUARITA – R. OSTRAS	10.813,22	10.813,22	10.813,22	0	0
	P IMGAL4213	UFF – CONCLUSAO PREDIO IACS – GRAGOATA	19.347.751,68	19.347.751,68	19.347.751,68	0	0
	P IMGEL0000	OBRS DE EDIFICAÇÕES EM VOLTA REDONDA	62.182,61	62.182,61	62.182,61	0	0
	P IMIRM0817	UFF – ESTRUTURA CONTROLE ACESSO – EIMVR	92.827,72	92.827,72	92.827,72	0	0
	P IMLOP4212	UFF – PREDIO INSTITUTO QUIMICA – P. VERMELHA	17.325.819,09	17.325.819,09	14.879.067,87	0	16,44
	P IMMXM4112	UFF – PREDIO LAB GEOQUI E GEOFIS P. VERMELHA	10.057.583,86	9.979.583,86	9.809.610,67	0,78	2,53
	P IMNEO3413	UFF – SUBESTAÇÃO ENERGIA ELÉTRICA – N.FRIBURG	224.431,65	224.431,65	220.833,84	0	1,63
	P IMNOV1514	UFF – PREDIO MÓDULO VIVÊNCIA/CAFETERIA ICHF	88.862,95	88.862,95	88.862,95	0	0
	P IMPITO213	UFF – CONTRATO 02/13 RT PITAGORAS	317.271,66	317.271,66	317.271,66	0	0
	P IMREA1412	UFF-AMPLIACAO CAMPUS ATERRADO VOLTA REDONDA	232.426,74	232.426,74	232.426,74	0	0
	P IMREC2310	UFF – CONTRATO 23/10 RECRIAR ENGENHARIA E ADM	229.525,48	229.525,48	229.525,48	0	0
	P IMRET2519	OBRA REFORÇO FACULDADE DE MEDICINA	14.159.353,43	10.015.714,58	0	41,37	0
	P IMTEC3213	UFF – PRÉDIO 05 PAVI,2 EDICULAS – P. VERMELHA	12.523.796,59	12.523.796,59	12.523.796,59	0	0
	P IMTIE1318	TI ENGENHARIA	0	0	207.453,21	0	(100)
	P IMVSL0918	VS LEAL CONSTRUÇÃO E ENGENHARIA	6.293,16	6.293,16	6.293,16	0	0
	P IMVSL2318	VS LEAL CONSTRUÇÃO E ENGENHARIA EIRELI	94.198,87	94.198,87	26.786,16	0,00	251,67
P IMWOR0912	UFF – MEZANINO LABORAT. ESCOLA ENGENH. P.VERM	84.738,00	84.738,00	84.738,00	0	0	
P IMWOR1312	UFF – PREDIO CRECHE UFF – GRAGOATA	271.089,07	271.089,07	271.089,07	0	0	
Total da UG 150182			105.636.816,49	101.056.665,21	87.921.552,24	4,53	20,15
153056 – UFF	P IMAUG0112	UFF – CONSTRUCAO PREDIO FAC MEDICINA	13.196.373,13	13.196.373,13	13.196.373,13	0	0
	P IMCON0310	UFF – CONST 2º PAV AMPLIACAO PREDIO SALAS ESR	3.073.791,99	3.073.791,99	3.073.791,99	0	0
	P IMDIM5410	UFF – CONSTR PREDIO 1 PAV ARQUITETURA P. VERM	151.952,88	151.952,88	151.952,88	0	0
	P IMESP8310	UFF – CONSTR. PREDIO 7 PAVIMENTOS INST BIOMED	19.400.508,09	19.400.508,09	19.400.508,09	0	0
	P IMFOR1008	UFF – PREDIO DEPT MATEMATICA SANTO ANT PADUA	91.891,64	91.891,64	91.891,64	0	0
	P IMLYT0108	UFF – REFORMA E AMPLIACAO 2º PREDIO EIMVR	4.259.382,58	4.259.382,58	4.259.382,58	0	0
	P IMMON0314	UFF – CONSTRUCAO PREDIOS BLOCO A/B CAMPOS RJ	19.388.182,67	18.139.716,84	18.022.932,68	6,88	7,58
	P IMMON6210	UFF – AMPLIACAO E REFORMA DO INSTITUT FISICA	14.985.508,80	14.985.508,80	14.985.508,80	0	0
	P IMMON6310	UFF – CONSTR. PREDIO 5 PAV ICHF GRAGOATA	42.029,06	42.029,06	42.029,06	0	0
	P IMMON6410	UFF – CONSTR 01 PREDIO FACULDADE VETERINARIA	7.123.400,30	7.123.400,30	7.123.400,30	0	0
	P IMRBE0709	UFF – COBERTURA DE 2 QUADRAS DEP ED. FISIA	269.850,45	269.850,45	269.850,45	0	0
	P IMRBE0908	UFF – CONSTR CASA ESTUDANTE RIO DAS OSTRAS	535.328,84	535.328,84	535.328,84	0	0
	P IMRBE0911	UFF – PREDIO MODULO VIVENCIA/CAFETERIA ICHF	61.524,83	61.524,83	61.524,83	0	0
	P IMRIO3808	UFF – REFORMA DE PREDIO DO IACS	26.107,64	26.107,64	26.107,64	0	0
	P IMZAD1209	UFF – CONSTR POLO UNIDADE VOLTA REDONDA	18.365.275,47	18.365.275,47	18.365.275,47	0	0
	Total da UG 153056			100.971.108,37	99.722.642,54	99.605.858,38	1,25
153057 – HUAP	P IMGAR2114	HUAP / UTI NEONATAL	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	0	0
	P IMJFB0114	HUAP / COMPLEXO AMBULATORIAL	14.044.943,53	14.044.943,53	14.044.943,53	0	0
	P IMJFB2017	J F BRITO ENGENHARIA LTDA. CT 20/17	1.696.054,02	1.696.054,02	1.672.945,34	0	1,38
	P IMJFB3218	J.F.BRITO ENGENHARIA LTDA. CT. 32/2018	1.359.462,06	1.342.947,69	696.086,28	1,23	95,30
	P 999		0	5.605,28	0	(100)	0
Total da UG 153057			18.600.459,61	18.589.550,52	17.913.975,15	0,06	3,83
Total da Conta Obras em Andamento			225.208.384,47	219.368.858,27	205.441.385,77	2,66	9,62

Fonte: SIAFI; formatação AT/CUR.

Da análise do Quadro 15, relatado acima, verifica-se o montante de R\$ 225.208.384,47 registrado na conta contábil Obras em Andamento representando significativamente em 18,76% de todo patrimônio imobiliário da UFF, no 1º Sem/2020.

No Quadro 15, com base em dados extraídos do SIAFI, encontram-se demonstradas as obras que apresentavam saldo ao final do 1º Sem/2020. Adicionalmente, na Tabela 03 estão demonstrados os saldos existentes em Obras em Andamento distribuídos por Unidade Gestora Executora, refletindo o comprometimento de cada UG na gestão desses recursos.

Tabela 03 - Obras em Andamento - Por Unidade Gestora Executora - 1º Semestre/2020 (R\$)

Unidade Gestora Executora	1º Sem/2020	AV %	2º Sem/2019	AV %	1º Sem/2019	AV %
150182 - PRO-REITORIA DE ADMINISTRACAO/UFF	105.636.816,49	46,91	101.056.665,21	46,07	87.921.552,24	42,80
153056 - UFF	100.971.108,37	44,83	99.722.642,54	45,46	99.605.858,38	48,48
153057 - HUAP	18.600.459,61	8,26	18.589.550,52	8,47	17.913.975,15	8,72
Total	225.208.384,47	100	219.368.858,27	100	205.441.385,77	100
Fonte: SIAFI; formatação AT/CUR.						

Da análise dos dados por UG, verificou-se que várias obras permaneceram com o mesmo valor, ao longo dos períodos demonstrados no Quadro 15, que representamos na Tabela 04, abaixo:

Tabela 04 - Montante de Obras em Andamento sem movimentação financeira do 1º Sem/2019 até o 1º Sem/2020.²³

Unidade Gestora	Saldo devedor (R\$)	Percentual sobre o Saldo Total de cada UG no 1º Sem/2020 (%)
150182 – Pró-Reitoria de Administração/UFF	34.639.629,04	32,79
153056 – UFF	81.582.925,70	80,8
153057– HUAP	17.240.997,55	92,69
Total	133.463.552,29	59,26
Fonte: SIAFI; formatação AT/CUR.		

Na análise dos dados da Tabela 04, depreende-se maior comprometimento das UGs 153056 e 153057, evidenciando elevado risco na gestão dos recursos investidos nas obras ainda em execução.

De modo a se obter informações que esclarecessem os valores registrados, foi solicitado à Superintendência de Arquitetura, Engenharia e Patrimônio (SAEP)²⁴, informar sobre “a etapa em que se encontram as obras registradas na conta contábil “1.2.3.2.1.06.01 - Em Andamento”. Intempestivamente, em resposta, a Unidade solicitou

²³ Total das obras que permaneceram com o mesmo valor, ao longo do período 1º Sem/2019 a 1º Sem/2020.

²⁴ SAEP - Regimento Interno - “Art. 7º Compete à SAEP: I - propor e acompanhar a execução das políticas de gestão da Universidade, no que se refere ao controle do patrimônio, estudos e projetos de arquitetura, engenharia e de instalações necessários à construção e fiscalização das obras e serviços para cumprimento dessas; (...)”. Disponível em: <<http://www.noticias.uff.br/bs/2019/08/161-19.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

outros dados visando identificar cada registro contábil. Considerando o prazo de encerramento do trabalho e a restrição do escopo, não foi possível concluir essa análise. Ainda, posto a materialidade do assunto, sugere-se uma atividade específica de auditoria.

Ressalta-se que o Tribunal de Contas da União (TCU), recentemente, realizou auditoria operacional visando diagnosticar as obras paralisadas no país financiadas com recursos da União²⁵, tendo entre outros pontos, constam do Voto do Ministro Relator,

II - Efeitos

14. Como dito, são cerca de R\$ 10 bilhões já aplicados em obras paralisadas, sem que tenham sido gerados benefícios à sociedade. Todavia, as consequências desse problema vão muito além dos recursos desperdiçados e são devastadoras para o país.

15. Dentre outros efeitos negativos, podem ser citados os serviços que deixam de ser prestados à população, os prejuízos ao crescimento econômico do país e os empregos que não são gerados. São mais de 130 bilhões que não foram injetados na economia.

(...)

IV - Propostas de Encaminhamento

47. Também com a intenção de reduzir o número de obras paralisadas, a unidade técnica sugere as seguintes melhorias relativas aos sistemas de acompanhamento de obras agora em uso:

(...)

iv) registrar e acompanhar, de forma detalhada, os cronogramas de execução dos empreendimentos, de modo a aprimorar a gestão de riscos e a tomada de decisões; (...). (Acórdão TCU nº 1079/2019, Plenário)

ERRATA: No RA nº 003/2020, referente à análise das Demonstrações Contábeis do 2º Sem/2019 na página 45, foi verificado um erro no texto do item relativo a “Obras em Andamento”, que na oportunidade, corrigimos:

Onde se lê: “montante de R\$ 291.368.858,27”

Da análise do Quadro 14, relatado acima, verifica-se o montante de **R\$ 291.368.858,27** registrado na conta contábil Obras em Andamento representando significativamente em 19,44% de todo patrimônio imobiliário da UFF, no 2º Sem/2019. (nosso grifo)

Leia-se: “montante de R\$ 219.368.858,27”

Da análise do Quadro 14, relatado acima, verifica-se o montante de **R\$ 219.368.858,27** registrado na conta contábil Obras em Andamento representando significativamente em 19,44% de todo patrimônio imobiliário da UFF, no 2º Sem/2019. (nosso grifo)

3.1.5.2 Depreciação Acumulada de Bens Imóveis

Conta Contábil: 1.2.3.8.1.02.00

Nessa conta está representado o procedimento de depreciação dos elementos do Ativo Imobilizado, Bens Imóveis, que reflete na diminuição do seu valor devido a fatores

²⁵ TCU. Auditoria Operacional. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/obras-paralisadas-no-pais-causas-e-solucoes.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

como: desgaste pelo uso, ação da natureza ou obsolescência. A depreciação²⁶ dos bens imóveis deve ser apurada mensalmente a partir da sua disponibilização para uso.

De acordo com a Nota Explicativa emitida pelo DCF:

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUNET.

O SPIUNET é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrada no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I. Atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II. Reavaliados, aqueles nos quais:

- Seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- Houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

(DCF/PROPLAN, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 2020)

A Depreciação Acumulada de Bens Imóveis, no 1º Sem/2020, como pode ser observado no Quadro 14, representa o montante de R\$ 5.237.284,05. Na comparação do resultado deste registro com o do mesmo período do exercício de 2019, verifica-se que houve um aumento de 74,40%.

No 1º Sem/2019, a equipe de auditoria destacou o saldo insignificante da conta “Depreciação Acumulada de Bens Imóveis” ao compará-lo ao valor total dos bens imóveis depreciáveis; bem como a ausência de informações importantes e obrigatórias nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, referentes à conta “Depreciação Acumulada de Bens Imóveis”. Diante disso, foi emitida, no RA 03/2020, a seguinte recomendação, com prazo de atendimento até 21/09/20:

RA0320015. Recomenda-se ao DCF que divulgue nas Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas da UFF, conforme as determinações do CFC, todas as informações constantes do item 88 da NBC TSP 07/2017. Destacamos que as

²⁶ “A depreciação é o declínio do potencial de geração de serviços por ativos de longa duração, ocasionada pelos seguintes fatores: a. Deterioração física; b. Desgastes com uso; e c. Obsolescência. Em função desses fatores, faz-se necessária a devida apropriação do consumo desses ativos ao resultado do período por meio da depreciação, atendendo ao regime de competência. Assim, é importante verificar que o reconhecimento da depreciação se encontra vinculado à identificação das circunstâncias que determinem o seu registro, de forma que esse valor seja reconhecido no resultado do ente através de uma variação patrimonial diminutiva (VPD).” (STN/MF, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ª ed., p. 178, 2019).

seguintes informações que não estão sendo divulgadas: “as vidas úteis ou as taxas de depreciação utilizadas”; a “conciliação do valor contábil no início e no final do período”; “as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas no início e no final do período”, para cada classe de ativo imobilizado. Recomenda-se, ainda, observar normas emitidas no MCASP para este mesmo assunto. Achado nº 12.

Prazo de atendimento: 90 dias

(Relatório de Auditoria nº 03/2020 – Demonstrações Contábeis – 2º Semestre/2019 - AT/CUR).

Como informado anteriormente, o RA nº 03/2020 foi aprovado pelo CUR no mês de julho. Posteriormente à aprovação, os ofícios com as Recomendações foram enviados às áreas auditadas. Diante do fato de a recomendação encontrar-se ainda vigente, esta Auditoria irá monitorá-la futuramente, para verificar se foi implementada dentro do prazo.

Por fim, o DCF esclareceu em Nota Explicativa que:

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUNET sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

(...)

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

(DCF/PROPLAN, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis – 2º Trimestre/2020)

3.1.6 Intangível

Conta Contábil: 1.2.4.0.00.00

Nessa conta estão representados os direitos que têm por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

O quadro que segue mostra a composição dessa conta no período analisado:

Quadro 16 – Ativo Intangível - 1º Semestre/2020

(R\$)

Intangível - Softwares	1º sem/2020	2º sem/2019	1º sem/2019	AH %	AH %
	(A)	(B)	(C)	(A / B)	(A / C)
Softwares com Vida Útil Definida	0	0	0	0	0
Softwares com Vida Útil Indefinida	7.618.831,56	2.498.852,58	2.390.117,90	204,89	218,76
(-) Amortização Acumulada - Softwares [com Vida Útil Definida]	0	0	0	0	0
(-) Redução ao Valor Recuperável - Softwares	0	0	0	0	0
Total do Ativo Não Circulante - Intangível	7.618.831,56	2.498.852,58	2.390.117,90	204,89	218,76

Fonte: SIAFI; formatação AT/CUR.

Como verificado no Quadro 16 e o que consta também das Notas Explicativas, das Demonstrações Contábeis relativas ao 2º Trimestre de 2020, os direitos registrados no Ativo Intangível na UFF compreendem a *softwares* e, que nesse período corresponde ao valor de R\$ 7.618.831,56, o que, se comparado ao semestre imediatamente anterior representou um aumento de 204,89% e se comparado ao 1º Sem/2019 significou um aumento de 218,76%.

3.1.6.1 Softwares

Conta Contábil: 1.2.4.1.0.00.00

Os valores registrados na conta *Softwares* referem-se aos direitos da entidade, que, conforme o PCASP 2017, são “os não integrantes a um *hardware*, englobando os valores referentes à sua construção, implementação e instalação”.

Adicionalmente, como consta das Notas Explicativas, das Demonstrações Contábeis do 1º Sem/2020, a Setorial Contábil informou que,

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos.

Ativos intangíveis obtidos a título gratuito foram avaliados ao valor de mercado, tendo em vista refletir melhor e de forma mais segura a o valor do ativo.

Em 30/06/2020, a Universidade Federal Fluminense apresentou um **saldo de R\$ 7,618 milhões relacionados ao intangível, classificado em sua totalidade como de vida útil indefinida**. A variação material observada na conta ocorreu em função do registro no Ativo Intangível do Software AVEVA, no valor de R\$4,917 milhões, inicialmente registrado como bem recebido em comodato e posteriormente transferido para o patrimônio da UFF através de Doação. (nosso grifo)

Segundo o que preceitua o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), também relatado em período anterior:

O ativo intangível com vida útil indefinida não deve ser amortizado. **A entidade deve testar a perda de valor dos ativos intangíveis com vida útil indefinida**, ou aqueles ainda não disponíveis para o uso, comparando o valor recuperável com o seu valor contábil **sempre que existir indícios de que ativo intangível pode ter perdido valor**. (nosso grifo)

A **vida útil** de um ativo intangível que não é amortizado **deve ser revisada periodicamente** para determinar se eventos e circunstâncias continuam a consubstanciar a avaliação de vida útil indefinida. Caso contrário, **a mudança na avaliação de vida útil de indefinida para definida deve ser contabilizada como mudança de estimativa contábil**. (nosso grifo) (MCASP, 8ª ed., 2018, p.199).

A equipe de auditoria, quando da análise dessa conta contábil, em períodos anteriores, destacou que a Setorial Contábil da UFF, além de considerar os fatores de determinação da vida útil de um bem na classificação da vida útil de um ativo intangível, “definida” ou “indefinida”, deve ponderar à orientação do MCASP quando destaca ‘o termo “indefinida” não significa “infinita”, e atentar para:

A vida útil de um ativo intangível deve levar em consideração apenas a manutenção futura exigida para mantê-lo no nível de desempenho avaliado no momento da estimativa da sua vida útil e capacidade de intenção da entidade para atingir tal nível. **Os softwares e outros ativos intangíveis estão sujeitos à obsolescência tecnológica.** (nosso grifo)

Para tanto, a entidade deve considerar o histórico de alterações tecnológicas. Assim, **é provável que sua vida útil seja curta.** (nosso grifo) (MCASP, 8ªed., 2018, p.197).

A equipe de auditoria, questionou, também, os registros de *Softwares* com Vida Útil Indefinida, e a ausência de registro de “Amortização Acumulada de *Softwares*”, o DCF, através das Notas Explicativas (NE’s), das Demonstrações Contábeis relativas ao 1º Sem/2020, que:

A Universidade Federal Fluminense encontra-se **em fase de reorganização das rotinas referentes à aquisição e desenvolvimento de ativos intangíveis, objetivando a criação de um controle patrimonial mais eficiente e capaz de produzir informações que reproduzam com fidedignidade a realidade patrimonial do órgão.** Embora **em fase de aperfeiçoamento, o controle patrimonial desta Universidade é ainda insuficiente para gerar informações seguras e confiáveis para a determinação da vida útil dos ativos intangíveis, e posterior contabilização da amortização.** Sendo assim, classificamos todos os ativos intangíveis como de vida útil indefinida, até podermos determinar com confiança o seu tempo de utilidade. (nosso grifo)

Ainda, como relatado em períodos anteriores onde se observou similaridade nas manifestações nas NE’s de cada período, foi solicitado ao DCF informar sobre a existência de um cronograma definido para estabelecer as ações referentes à reorganização das rotinas e controle patrimonial, referentes à aquisição e desenvolvimento de ativos intangíveis, bem como sobre a inclusão da vida útil desses bens e a contabilização da respectiva amortização. Ressaltamos que não houve manifestação para essa solicitação. Assim sendo, permanece a necessidade da criação de um plano de ações definido pelo DCF e áreas afins, no intuito de regularizar as contas “*Softwares*” e “Amortização Acumulada de *Softwares*”.

3.1.6.2 Marcas, Direitos e Patentes Industriais

Conta Contábil: 1.2.4.2.0.00.00

Nessa conta devem ser registrados os “valores pertinentes a bens intangíveis, englobando os gastos com registro de marca, nome, invenções próprias, direitos de uso de comunicação e direitos autorais, além de desembolsos a terceiros por contratos de uso de marcas, patentes ou processos de fabricação (tecnologia)” (PCASP, 2017).

A Auditoria Interna, diante do que já havia sido constatado em períodos anteriores, que na intenção de vislumbrar a conformidade contábil na salvaguarda de ativos, pretendeu obter dados sobre propriedade intelectual (*softwares*, marcas, patentes e outros) da UFF no site do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Nesse momento, em pesquisa realizada na página do ETCO/AGIR/PROPPI, verificou-se o mesmo Acervo Virtual (Propriedade Intelectual da UFF)²⁷ disponibilizado (Anexo II), que como destacado em período anterior, não são correlatos aos registros identificados no INPI.

Vale destacar que o Escritório de Transferência do Conhecimento (ETCO)²⁸, criado em 2003, com vinculação à Agência de Inovação (AGIR) da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPPI), tem por finalidade dar apoio à:

- À transferência, reunião, divulgação e proteção dos ativos intelectuais da UFF;
- A negociação, gestão e transferência de seus respectivos resultados;
- Assessoria todos os pesquisadores, estudantes e associados da Universidade acerca de quaisquer dúvidas ou questionamentos relativos à propriedade intelectual.

O ETCO conta com o apoio externo de equipe capacitada a fazer busca de anterioridade e redação de relatório descritivo para pedidos de patente e modelo de utilidade.

Já em relação a pedidos de registro de marca, de programa de computador e desenho industrial, a ETCO executa todas as etapas, desde a busca de anterioridade em bases de dados abertas até o registro junto ao INPI e seu acompanhamento. (ETCO/AGIR/PROPPI/UFF)

Em resposta as constatações decorrentes das análises das Demonstrações Contábeis de período anterior, em que se observou “Ausência de representação da Propriedade Intelectual da UFF, nas Demonstrações Contábeis como também “Ausência de controle no acompanhamento e na apropriação de receitas advindas da exploração da propriedade intelectual da UFF, e das despesas provenientes dos pedidos de registro junto ao INPI”, o DCF, por meio do Ofício DCF nº 124/2020, de 17/08/2020, informou que,

Com o objetivo de atender às recomendações (...) este DCF convocou reunião que acontecerá em 13/08/2020 com a participação da STI, CAP, SAEP, ETCO, AGIR, PROPPI e PROAD para em conjunto propor medidas para promover o levantamento e controle operacional e patrimonial dos registros de softwares, marcas, patentes em nome da UFF e daqueles que ainda não estão registrados e que tenham representatividade monetária.

27 Disponível em: <<http://etco.uff.br/patentes-uff/>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

28 Disponível em: <<http://etco.uff.br/>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

Considerando a relevância, a materialidade e a criticidade do tema “Propriedade Intelectual da UFF” será realizada atividade de auditoria específica. Ademais, as recomendações expedidas em trabalho anterior serão objeto de monitoramento pela equipe de auditoria.

3.2 Análise da Demonstração das Variações Patrimoniais

No 1º Sem/2020, conforme o Quadro 02 apresentado no capítulo 2, o total das variações patrimoniais aumentativas foi de R\$ 1.467.471.038,07 (um bilhão, quatrocentos e sessenta e sete milhões, quatrocentos e setenta e um mil, trinta e oito reais e sete centavos), e o total das variações patrimoniais diminutivas foi de R\$ 1.483.372.555,67 (um bilhão, quatrocentos e oitenta e três milhões, trezentos e setenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e sete centavos); ocasionando um resultado patrimonial deficitário no valor de R\$ 15.901.517,60 (quinze milhões, novecentos e um mil, quinhentos e dezessete reais e sessenta centavos). No 1º Sem/2019, o déficit da Universidade expressava o valor de R\$ 266.848.704,53 (duzentos e sessenta e seis milhões, oitocentos e quarenta e oito mil, setecentos e quatro reais e cinquenta e três centavos). Dessa forma, obteve-se uma diminuição no déficit correspondente a 94,04% entre os períodos analisados.

De acordo com a Nota Explicativa emitida pelo DCF:

O resultado patrimonial do segundo trimestre de 2020 (déficit de R\$15,9 milhões), em comparação com o mesmo período de 2019 (déficit de R\$266,8 milhões), apresentou uma melhora de 94%, devido, sobretudo, à redução da desvalorização dos bens patrimoniais (R\$253 milhões), redução da incorporação de passivos oriundos do recebimentos de transferências financeiras (R\$335 milhões) e redução dos custos de manutenção da universidade (R\$63 milhões) devido à adoção de rotinas de adequação das suas atividades acadêmicas e administrativas às determinações referentes à emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (COVID-19).
(DCF/PROPLAN, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 2020)

3.2.1 Análise das Variações Patrimoniais Aumentativas (Receitas)

De acordo com a análise vertical das variações patrimoniais aumentativas (Quadro 02, Capítulo 2), o grupo “Transferências e Delegações Recebidas”, no valor de R\$ 1.326.576.142,04, mostrou-se o mais relevante, o qual representou 90,40% do total das receitas do período em análise; desse grupo, o subgrupo com maior representatividade foi “Transferências Intragovernamentais”, no valor de R\$ 1.324.426.952,03. O segundo

grupo mais significativo foi “Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos”, no valor de R\$ 125.373.509,90, com 8,54% de representatividade do total da VPA; o subgrupo de destaque foi “Ganhos com Incorporação de Ativos”, no valor de R\$ 85.293.096,73.

Conforme a análise horizontal, as variações patrimoniais aumentativas obtiveram um decréscimo de 20,50% na comparação com o 1º Sem/2019. O grupo que obteve um aumento significativo de 16,66%, significando uma receita superior a do 1º Sem/2019, em R\$ 1.833.594,22, foi “Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos”, apresentando um saldo no valor de R\$ 12.837.801,28. Por outro lado, o grupo “Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos” obteve um decréscimo de 72,30%, o qual corresponde uma redução de R\$ 300.180.974,94 na receita desse grupo.

3.2.1.1 Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Conta Contábil: 4.3.0.0.00.00

O grupo “Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos” (Quadro 02, Capítulo 2), apesar de apresentar menos de um por cento do valor total das variações patrimoniais aumentativas, apresentou um aumento de 16,66%.

Desse grupo, cabe destaque para o subgrupo “Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços”, o qual representou uma variação positiva de 16,99%, com um valor de R\$ 12.772.254,34, no 1º Sem/2020; e de R\$ 10.916.926,52, no 1º Sem/2019. O subgrupo “Venda de Produtos” também obteve um aumento significativo de 8.646,55%, o qual representou um acréscimo de R\$ 43.232,73, comparado ao 1º Sem/2019. Por outro lado, o subgrupo “Venda de Mercadorias” obteve uma redução de 74,86% de sua receita, representando R\$ 21.814,21, no 1º Sem/2020; e R\$ 86.780,54, no 1º Sem/2019. O quadro Receitas Próprias no anexo III identifica os tipos de receitas próprias obtidas no 1º Sem/2020.

3.2.1.2 Transferências e Delegações Recebidas

Conta Contábil: 4.5.0.0.00.00

O grupo “Transferências e Delegações Recebidas” (Quadro 02, Capítulo 2) possui grande relevância, pois representa 90,40% da receita total; no 1º Sem/2020, houve uma redução de 3,45%, comparado com o 1º Sem/2019.

O subgrupo com maior destaque é “Transferências Intragovernamentais” que apresentou um montante de R\$ 1.324.426.952,03, esse valor divide-se nas contas 4.5.1.1.0.00.00 - Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária, no valor de R\$ 1.224.633.024,78; e 4.5.1.2.0.00.00 - Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária, no valor de R\$ 99.793.927,25.

A conta contábil 4.5.1.1.0.00.00 registra o valor das transferências financeiras recebidas e correspondência de créditos em virtude da execução orçamentária (cota, repasse e sub-repasse), não inclui o valor repassado para aportes no RPPS ou RGPS. O quadro 17 apresenta como os valores dessa conta foram distribuídos por unidade gestora.

Quadro 17 - Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária por UG – 1º Semestre/2020

NOME DA UG	SALDO
COORD. DE PROJ. C/A FUND. DE APOIO	R\$ 18.181.388,48
PRO-REITORIA DE ADMINISTRACAO/UFF	R\$ 27.067.819,83
SUBCOORD.DA UNID.AVANC.J.VERISSIMO	R\$ 624.026,99
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	R\$ 1.076.784.026,67
HOSPITAL UNIVERSITARIO ANTONIO PEDRO	R\$ 92.870.365,64
PRO-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS	R\$ 5.432.975,81
PRO-REIT.DE PESQ.E POS-GRAD. E INOVAÇA	R\$ 945.378,52
PRO-REITORIA DE GRADUAÇÃO	R\$ 2.721.042,84
PRO-REITORIA DE EXTENSAO	R\$ 6.000,00
TOTAL	R\$ 1.224.633.024,78

Fonte: SIAFI – 1º Semestre 2020

Formatação: AT/CUR

A conta contábil 4.5.1.2.0.00.00 registra o valor das transferências financeiras, de bens ou valores recebidos para restos a pagar e outras finalidades independentes da execução orçamentária. O quadro 18 apresenta como os valores dessa conta foram distribuídos por unidade gestora.

Quadro 18-Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária por UG-1º Sem/2020

NOME DA UG	SALDO
COORD. DE PROJ. C/A FUND. DE APOIO	R\$ 14.963.492,51
PRO-REITORIA DE ADMINISTRACAO/UFF	R\$ 19.257.679,05
SUBCOORD.DA UNID.AVANC.J.VERISSIMO	R\$ 243.470,00
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	R\$ 48.402.484,22
HOSPITAL UNIVERSITARIO ANTONIO PEDRO	R\$ 5.220.643,74
PRO-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS	R\$ 1.332.698,12
PRO-REIT.DE PESQ.E POS-GRAD. E INOVAÇA	R\$ 1.721.934,89
PRO-REITORIA DE GRADUAÇÃO	R\$ 8.344.296,48
PRO-REITORIA DE EXTENSAO	R\$ 307.228,24
TOTAL	R\$ 99.793.927,25

Fonte: SIAFI – 1º Semestre 2020

Formatação: AT/CUR

O subgrupo “Outras Transferências e Delegações Recebidas” apresentou uma redução de 78,96%. Essa conta apresentou um valor de R\$ 2.149.190,01, no 1º Sem/2020; e de R\$ 10.213.476,74, no 1º Sem/2019. Dessa forma, houve uma redução de receita no valor de R\$ 8.064.286,73.

De acordo com a Nota Explicativa emitida pelo DCF:

A variação observada de 79% na conta Outras Transferências e delegações recebidas ocorreu devido à redução das transferências de bens entre as Unidades Gestoras da Universidade Federal Fluminense, em função das medidas de isolamento adotadas no enfrentamento da COVID-19. Já as transferências Intragovernamentais, relacionadas aos recursos financeiros recebidos sobretudo para custeamento da folha de pagamento, mantiveram o mesmo nível do período anterior, reduzindo apenas 3%.

(DCF/PROPLAN, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 2020)

3.2.1.3 Valorização e Ganhos c/Ativos e Desincorporação de Passivos

Conta Contábil: 4.6.0.0.00.00

O grupo “Valorização e Ganhos c/Ativos e Desincorporação de Passivos” (Quadro 02, Capítulo 2) representou 8,54% do total das receitas e obteve uma redução de 72,30%, comparado ao período anterior. Essa conta apresentou um valor de R\$ 125.373.509,90, no 1º Sem/2020.

O subgrupo que obteve um aumento significativo (287,76%) foi “Reavaliação de Ativos” que apresentou um valor de R\$ 5.968.389,66, no 1º Sem/2020; e de R\$ 1.539.201,68, no 1º Sem/2019. Essa conta registrou a reavaliação de imóveis de uso especial no SPIUNET. De acordo com o quadro Reavaliação de Ativos no anexo IV, en-

viado pelo DCF, os imóveis que obtiveram reavaliação positiva foram: Campus Volta Redonda - Aterrado e Engenharia, Imóvel do Campus ESR em Campos dos Goytacazes e Imóvel do Instituto de Educação de Angra dos Reis.

Outro subgrupo que obteve aumento foi “Ganhos com Desincorporação de Passivos” que apresentou um valor de R\$ 34.112.023,51, no 1º Sem/2020; e de 20.836.206,95, no 1º Sem/2019. O quadro Desincorporação de Passivos, no anexo V, demonstra as transações efetuadas nessa conta, com valores superiores a R\$ 1.000.000,00. Pode-se observar que os maiores valores se referem a precatórios.

Por outro lado, o subgrupo “Ganhos com Incorporação de Ativos” obteve uma redução de 80,17%. Apesar da redução, essa conta é a mais representativa do grupo, em termos materiais, apresentando um valor de R\$ 85.293.096,73, no 1º Sem/2020; e de R\$ 430.179.076,21, no 1º Sem/2019. Os valores registrados nessa conta referem-se, em quase sua totalidade (R\$ 83.538.134,56), a registro de imóveis de uso especial no SPIUNET.

O DCF, por meio de nota explicativa, informa que:

Comparando o segundo trimestre de 2020 com o respectivo período do exercício anterior, observa-se uma considerável queda nos ganhos com valorização e incorporação de ativos e desincorporação de passivos. O principal motivo para a queda foi a redução de 80% da incorporação de ativos como bens imóveis no patrimônio da UFF. Por outro lado, houve acréscimos na reavaliação de ativos (288%), mantendo a política de ajuste dos seus bens imóveis ao valor de mercado, e na desincorporação de passivos (64%).
(DCF/PROPLAN, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 2020)

3.2.2 Análise das Variações Patrimoniais Diminutivas (Despesas)

De acordo com a análise vertical, os grupos com maior representatividade são “Pessoal e Encargos” e “Benefícios Previdenciários e Assistenciais”, que somados correspondem a 73,36% do total das variações patrimoniais diminutivas; isso significa que dos R\$ 1.483.372.555,67 gastos, R\$ 1.088.117.406,72 foram de despesas de pessoal, ativos e inativos. O grupo “Transferências e Delegações Concedidas” também teve um destaque, com representatividade de 13,19%.

Consoante a análise horizontal, a maioria dos grupos tiveram redução no período analisado. Cabe destaque para o grupo “Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos”, que obteve uma redução de 89,52%; desse grupo, todos os subgrupos obtiveram redução de valor superior a 85%; representando uma diminuição nas despesas

em R\$ 603.930.794,04. Outro grupo que merece destaque por ter redução de despesas é “Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo”, que reduziu 36,01% (economia de R\$ 66.383.051,30); desse grupo, cabe destaque para o subgrupo “Uso de Material de Consumo”, com redução de 83,99%, e “Serviços”, com redução de 30,16%. Ambos subgrupos de despesas contribuíram para a redução do déficit do período. Por outro lado, o grupo “Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras”, apesar de significar uma menor materialidade quando comparado a outros grupos de despesa, teve um aumento de 63,63%, significando mais gastos da UFF com juros e encargos de mora, além de descontos financeiros concedidos; no montante de R\$ 560.292,45.

3.2.2.1 Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Conta Contábil: 3.6.0.0.00.00

O grupo “Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos” (Quadro 02, Capítulo 2) obteve uma redução significativa de 89,52%, o qual apresentou um valor de R\$ 70.801.518,56, no 1º Sem/2020; e de R\$ 675.503.149,06, no 1º Sem/2019. Dessa forma, esse grupo apresentou uma redução nas despesas de R\$ 604.701.630,50.

Desse grupo, cabe destaque para o subgrupo “Incorporação de Passivos”, que obteve uma variação de diminuição de despesas de 87,90%, apresentando um valor de R\$ 46.164.538,92, com uma representatividade de 3,11% do total das despesas. O quadro Incorporação de Passivos, no anexo VI, demonstra as movimentações desse subgrupo com valores superiores a um milhão. Pode-se observar que a maioria das incorporações de passivos estão relacionadas às despesas com Termo de Descentralização Executada.

Outro subgrupo que merece destaque é “Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas”, pois obteve uma grande variação na diminuição das despesas de 91,43%. Essa conta apresentou um valor de R\$ 23.726.972,17, no 1º Sem/2020; e de R\$ 276.971.673,38, no 1º Sem/2019. Dessa forma, obteve uma redução de R\$ 253.244.701,20. Esse subgrupo foi representado pelas contas 3.6.1.1.1.02.00 - Reavaliação de Bens Imóveis, no valor de R\$ 23.557.605,93; e 3.6.1.7.1.98.00 - Ajuste para perdas de Demais Créditos a Receber, no valor de R\$ 169.366,24. De acordo com observação anotada no SIAFI na conta 3.6.1.7.1.98.00, identifica-se que a conta é um “Registro de complemento de Perdas Estimadas com Créditos a Receber decorrentes da

Cessão de Pessoal, realizado com base no método Histórico de Recebimentos. O percentual de perda estimada, 36,42%, foi apurado com base na média de recebimento dos últimos 3 exercícios (2018, 2019 e 2020)". Já a conta de Reavaliação de Bens Imóveis refere-se à desvalorização de imóveis de uso especial no SPIUNET. De acordo com o quadro Reavaliação de Ativos, no anexo IV, enviado pelo DCF, os imóveis reavaliados foram: Campus Volta Redonda - Engenharia, Imóvel da Casa do Estudante e Moradia do Campus Rio das Ostras.

Ademais, o subgrupo "Perdas Involuntárias" obteve uma redução de 96,02%, em relação ao ano anterior. Esse subgrupo apresentou um valor de R\$ 31.940,63, no 1º Sem/2020, referente à conta 3.6.3.1.1.01.00 - Perdas Involuntárias de Bens Móveis. De acordo com o quadro Perdas Involuntárias, no anexo VII, as perdas são referentes à baixa contábil de material permanente inservível. Por fim, o subgrupo "Desincorporação de Ativos" obteve uma diminuição de 94,63%, em que apresentou um valor de R\$ 878.066,84, no 1º Sem/2020; e de R\$ 16.354.420,17, no 1º Sem/2019.

A Nota Explicativa emitida pelo DCF esclarece o motivo da redução desse grupo de despesa:

Comparando o segundo trimestre de 2020 com o mesmo período do exercício anterior, observou-se redução de 91% na desvalorização de ativos devido ao fato de não haver neste momento uma diferenças tão grandes entre o valor contabilizado e o valor de mercado do ativo, em razão da adoção de políticas de reavaliação de todos os bens imóveis da universidade. Neste período houve redução da ordem de 96% da quantidade de registros de perdas involuntárias de ativos, assim como houve redução da incorporação de passivos(88%) e desincorporação de ativos(95%). A explicação para estas quedas encontra amparo nas registros realizados em 2019 para adoção de nova política de contabilização de passivos oriundos de recursos financeiros recebidos por TED e baixa de bens inservíveis e reorganização de RIP de imóveis.
(DCF/PROPLAN, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 2020)

3.2.2.2 Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Conta Contábil: 3.3.0.0.00.00

O grupo "Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo" (Quadro 02, Capítulo 2) apresentou, no 1º Sem/2020, uma redução de despesas de 36,01%, comparado ao 1º Sem/2019. Em relação à representatividade, esse grupo apresentou 7,58% do valor total das variações patrimoniais diminutivas.

Desse grupo, cabe destaque para o subgrupo "Serviços", que obteve uma redução de 30,16%, comparado ao período anterior. Esse subgrupo apresentou um valor de

R\$ 104.217.700,10, no 1º Sem/2020; e de R\$ 149.213.233,39, no 1º Sem/2019. As contas que representam esse subgrupo são: 3.3.2.1.0.00.00 - Diárias, no valor de R\$ 50.457,37; 3.3.2.2.0.00.00 - Serviços Terceiros/PF, no valor de R\$ 303.161,43; e 3.3.2.3.0.00.00 - Serviços Terceiros/PJ, no valor de R\$ 103.864.081,30. O quadro 19 apresenta um comparativo das despesas com serviços de terceiros de pessoa jurídica do 1º Sem/2020 e do 1º Sem/2019.

Quadro 19 - Serviços de Terceiros PJ - 1º Sem/2020 X 1º Sem/2019

SERVICOS TERCEIROS - PJ			
TIPOS DE SERVIÇOS	2020	2019	AH%
SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	R\$ 16.179.937,02	R\$ 33.342.751,99	-51,47
SERVICOS DE APOIO ADM, TECNICO E O	R\$ 64.336.675,27	R\$ 88.199.196,96	-27,06
SERVICOS COMUNICACAO, GRAFICO E AU	R\$ 102.688,97	R\$ 213.025,86	-51,80
SERV.TRANSP.,PASSAGEM,LOCOMOCAO E	R\$ 911.062,51	R\$ 420.948,38	116,43
SERVICOS ADMINISTRATIVOS - PJ	R\$ 72.582,10	R\$ 30.463,20	138,26
SERVICOS ASSISTENCIAIS - PJ	R\$ 4.360,79	R\$ -	100,00
SERVICOS DE CONFECÇÕES - PJ	R\$ -	R\$ 1.426,00	-100,00
SERV.AGUA E ESGOTO,ENER.ELETR.,GAS	R\$ 14.778.488,17	R\$ 21.545.682,59	-31,41
LOCACAO E ARRENDAMENTO MERCANTIL O	R\$ 1.517.276,48	R\$ 1.120.397,29	35,42
SERVICOS EDUCACIONAIS E CULTURAIS	R\$ 24.725,50	R\$ 28.721,59	-13,91
SENTENCAS JUDICIAIS - SERVICOS TER	R\$ 4.838.261,35	R\$ -	100,00
FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	R\$ 1.063.517,94	R\$ 1.325.162,22	-19,74
SEGUROS EM GERAL	R\$ 2.126,59	R\$ 4.115,01	-48,32
CONSERVACAO/MANUTENCAO ATMOS INFR	R\$ 6.532,81	R\$ 279.107,48	-97,66
SERVICOS PRESTADOS DIVERSOS - PJ	R\$ 25.845,80	R\$ 33.295,00	-22,37
TOTAL	R\$ 103.864.081,30	R\$ 146.544.293,57	-29,12

Fonte: SIAFI - 1º Semestre 2020 e 2019

Formatação: AT/CUR

Outro subgrupo de destaque é “Uso de Material de Consumo”, o qual obteve uma redução de 83,99%, em relação ao período anterior. Esse subgrupo apresentou um valor de R\$ 4.078.250,16, no 1º Sem/2020; e de R\$ 25.465.768,17, no 1º Sem/2019. O quadro 20 apresenta o consumo de materiais no 1º Sem/2020 e no 1º Sem/2019.

Quadro 20 - Consumo de Materiais - 1º Sem/2020 X 1º Sem/2019

CONSUMO DE MATERIAIS					
TIPOS DE CONSUMO	2020		2019		AH%
CONSUMO DE MATERIAIS ESTOCADOS - A	R\$	42.969,86	R\$	9.117.515,43	-99,53
CONSUMO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFIC	R\$	2.552,42	R\$	6.060,14	-57,88
CONSUMO DE GENEROS DE ALIMENTACAO	R\$	544.968,19	R\$	3.343.574,60	-83,70
CONSUMO DE MATERIAL DE PROCESSAMEN	R\$	286.139,57	R\$	212.740,95	34,50
CONSUMO DE MATERIAL FARMACOLOGICO	R\$	71.262,83	R\$	8.292.534,27	-99,14
CONSUMO DE MATERIAL HOSPITALAR	R\$	631.745,32	R\$	512.505,88	23,27
CONSUMO DE MATERIAL PARA PRODUCAO	R\$	-	R\$	63.492,46	-100,00
MATERIAL DE CONSUMO IMEDIATO	R\$	2.492.632,97	R\$	3.894.201,11	-35,99
MATERIAL DE CARATER SECRETO OU RES	R\$	2.756,00	R\$	-	100,00
CONSUMO DE OUTROS MATERIAIS	R\$	3.223,00	R\$	23.143,33	-86,07
TOTAL	R\$	4.078.250,16	R\$	25.465.768,17	-83,99

Fonte: SIAFI - 1º Semestre 2020 e 2019
Formatação: AT/CUR

De acordo com a Nota Explicativa emitida pelo DCF:

As Variações Patrimoniais referentes ao consumo de bens e serviços tiveram decréscimo considerável, 35% inferiores ao mesmo período do exercício anterior. As rotinas adotadas pela UFF para adequação das suas atividades acadêmicas e administrativas às determinações referentes à emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (COVID-19), impactaram, sem nenhuma surpresa, os gastos [gastos] da universidade com os gastos de manutenção. O uso de materiais de consumo teve uma redução de 84% e os serviços reduziram 30%. (DCF/PROPLAN, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 2020)

Por outro lado, o subgrupo “Depreciação, Amortização e Exaustão” obteve um aumento de 295,07%, quando comparado ao período anterior, apresentando um valor de R\$ 4.157.250,70, no 1º Sem/2020. Essa conta foi composta da seguinte forma: 3.3.3.1.1.01.00 - Depreciação de Bens Móveis, no valor de R\$ 3.636.599,50 e 3.3.3.1.1.02.00 - Depreciação de Bens Imóveis, no valor de R\$ 520.651,20.

Cabe ressaltar que, no 1º Sem/2019, o subgrupo “Depreciação, Amortização e Exaustão” apresentou um valor de R\$ 1.052.282,56, correspondente à conta “Depreciação de Bens Imóveis”; já a conta de “Depreciação de Bens Móveis” não apresentou valor, o que demonstrou a ausência de registro de despesa nessa conta. Dessa forma, o Parecer de Auditoria nº 003/2019 emitiu a Recomendação nº 05 que solicitava ao DCF e à SAEP o seguinte:

(...) adequar o sistema SISAP às necessidades de contabilização da depreciação dos bens móveis da Universidade, de forma que as informações contábeis (SIAFI) estejam em conformidade com as patrimoniais (SISAP); com a finalidade de regularizar as contas “Depreciação Acumulada de Bens Móveis” do Ativo/BP e “Depreciação de Bens Móveis” das Variações Patrimoniais Diminutivas/DVP.

As recomendações do referido Parecer foram encaminhadas oficialmente para as áreas auditadas no mês de junho, após aprovação do Parecer pelo Conselho de Curadores. Todavia, constatou-se na DVP, diante dos registros das despesas na conta Depreciação de Bens Móveis, que o DCF demonstrou uma atuação mais eficaz para o período em análise.

3.2.2.3 Transferências e Delegações Concedidas

Conta Contábil: 3.5.0.0.0.00.00

O grupo “Transferências e Delegações Concedidas” (Quadro 02, Capítulo 2), apesar de ter ocorrido uma pequena variação de diminuição de despesas, possui uma materialidade alta e uma representatividade de 13,19% na classe das variações patrimoniais diminutivas. Esse grupo apresentou um valor de R\$ 195.612.042,46, no 1º Sem/2020 e de R\$ 242.744.557,38, no 1º Sem/a 2019. Dessa forma, houve uma diminuição de despesas no valor de R\$ 47.132.514,92.

O subgrupo de destaque em relação à materialidade foi “Transferências Intragovernamentais”, com um valor de R\$ 194.246.562,89. Esse subgrupo foi representado pelas contas 3.5.1.1.0.00.00 - Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária, no valor de R\$ 147.908.585,63; e 3.5.1.2.0.00.00 - Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária, no valor de R\$ 46.337.977,26. Cabe ressaltar que a conta 3.5.1.2.0.00.00 compreende o valor das transferências financeiras, de bens ou valores concedidos para restos a pagar e outras finalidades independentes da execução orçamentária. O quadro 21 demonstra como essas despesas foram distribuídas por unidade gestora.

Quadro 21-Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária por UG-1º Sem/2020

NOME DA UG	SALDO
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	R\$ 46.263.927,57
HOSPITAL UNIVERSITARIO ANTONIO PEDRO	R\$ 71.420,00
PRO-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS	R\$ 1.886,29
PRO-REIT.DE PESQ.E POS-GRAD. E INOVAÇA	R\$ 743,40
TOTAL	R\$ 46.337.977,26

Fonte: SIAFI - 1º Semestre 2020
Formatação: AT/CUR

3.3 Análise do Balanço Orçamentário

A Lei Orçamentária Anual nº 13.978 de 2020 aprovou o orçamento total da UFF e do HUAP em 17/01/20, no valor de R\$ 2.437.498.980,00 (dois bilhões, quatrocentos e trinta e sete milhões, quatrocentos e noventa e oito mil e novecentos e oitenta reais).

3.3.1 Receitas Orçamentárias

Após a autorização deste montante, o orçamento sofreu ajustes e alterações no decorrer do período. Considerando ainda que a União libera os recursos financeiros, referentes à LOA, de forma fracionada, a previsão inicial da receita orçamentária ficou em R\$ 689.691.266,00 (seiscentos e oitenta e nove milhões, seiscentos e noventa e um mil e duzentos e sessenta e seis reais), conforme Quadro 3 do Capítulo 2.

Observou-se que, do total das Receitas Orçamentárias Previstas e Atualizadas, de R\$ 28.651.456,00 foi realizado um montante de R\$ 14.103.666,69 através das Receitas Correntes. O total das Receitas de Capital previstas e atualizadas foi de, R\$ 661.039.810,00; sendo que essas receitas não foram realizadas durante o 1º Sem/2020. O Déficit Orçamentário de R\$ 1.602.519.622,99 em 30/06/20 (Quadro 03 do Capítulo 2), refere-se a diferença entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas.

3.3.2 Despesas Orçamentárias

Observou-se um valor na Dotação Inicial, constante do Balanço Orçamentário (R\$ 2.483.811.257), divergente do valor total aprovado na LOA para as despesas orçamentárias, UFF e HUAP (R\$ 2.437.498.980,00. Segundo explicações do DCF, por meio de e-mail, em 31/07/20, a diferença a maior no orçamento da Universidade, de R\$ 46.312.277,00, refere-se a uma parte do orçamento da Universidade Federal de Lavras - UFLA (UO 26.263), que equivocadamente foi registrado pela União, na conta contábil da UFF (UO 26 236), 5.2.2.1.1.01.01 - Originário do OGU. Nisto, a liberação dos recursos da UFLA foram liberados erroneamente para o orçamento da UFF.

A Coordenadoria de Orçamentos e Custos (PLOR/PROPLAN) ainda acrescentou:

Do ponto de vista orçamentário, para a UFF não há implicação prática, uma vez que, apesar de configurarem na conta 522110101 – Originário do OGU de nossa UO, tais recursos da UO 93.241 não estiveram disponíveis para empenhamento por nossa parte, uma vez que se apresentavam como recursos condicionados à

aprovação legislativa, até então disponíveis. No momento em que houve a aprovação e liberação para utilização desses recursos, a dotação já havia sido direcionada à UFLA (ver relatório de crédito disponível UO 93.241)
Ressalto que, conforme consta na publicação da Lei Orçamentária Anual 2020 – Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020 – DOU 20/01/2020, tanto para a UFF, quanto para a UFLA, não se repetiu o equívoco, como pode ser verificado na publicação (...).

A Dotação Atualizada das Despesas Orçamentárias totalizou R\$ 2.459.494.582,00 (dois bilhões, quatrocentos e cinquenta e nove milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil e quinhentos e oitenta e dois reais), conforme mostra o Quadro 04 (Capítulo 2). Notou-se que, da Dotação Atualizada com Despesas Correntes no valor de R\$ 2.249.983.726,00, foram empenhados o montante de R\$ 1.605.555.932,32, sendo R\$ 1.089.612.326,64 referentes às Despesas Liquidadas e R\$ 916.662.307,68 às Despesas Pagas. Portanto, o orçamento da UFF apresentou um saldo de dotação em Despesas Correntes de R\$ 644.427.793,68, em 30/06/20.

As Despesas de Capital apresentaram Dotação Atualizada de R\$ 209.510.856,00. Deste montante, foram empenhados R\$ 11.067.357,36, sendo as Despesas Liquidadas em R\$ 1.086.848,79 e as Despesas Pagas em 1.076.870,88; havendo assim, um Saldo da Dotação de Despesas de Capital de R\$ 198.443.498,64 em 30/06/20.

3.3.3 Resultado Orçamentário

O Déficit Orçamentário de R\$ 1.602.519.622,99 em 30/06/20 (Quadro 03 do Capítulo 2) refere-se à diferença entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas, indicando que a Universidade empenhou mais despesas do que arrecadou receitas. O déficit justifica-se porque a origem dos recursos das receitas a serem utilizadas em despesas correntes nas despesas empenhadas com Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 1,43 bilhão) não são aprovadas no Balanço Orçamentário como Receitas Correntes.

Os Balanços Orçamentários não consolidados (de órgãos e entidades, por exemplo), poderão apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos. Esse fato não representa irregularidade, devendo ser evidenciado complementarmente por nota explicativa que demonstre o montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionado à execução do orçamento do exercício.

(Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ª ed., 2018, p.413)

ERRATA: No RA nº 003/2020, referente à análise das Demonstrações Contábeis do 2º Sem/2019 na página 69, foi verificado um erro no texto do item relativo ao resultado orçamentário, que na oportunidade, corrigimos:

Onde se lê: "despesas correntes com Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 2,36 bilhões)"

3.3.3 Resultado Orçamentário

O Déficit Orçamentário de R\$ 2.380.267.264,79 em 31/12/19 (Quadro 03 do Capítulo 2) refere-se à diferença entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas, indicando que a Universidade empenhou mais despesas do que arrecadou receitas. O déficit justifica-se porque a origem dos recursos das receitas a serem utilizadas em **despesas correntes com Pessoal e Encargos Sociais (R\$2,36 bilhões)** não são aprovadas no Balanço Orçamentário como Receitas Correntes. (nosso grifo).

Leia-se: "despesas correntes nas despesas empenhadas com Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 1,99 bilhão)"

3.3.3 Resultado Orçamentário

O Déficit Orçamentário de R\$ 2.380.267.264,79 em 31/12/19 (Quadro 03 do Capítulo 2) refere-se à diferença entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas, indicando que a Universidade empenhou mais despesas do que arrecadou receitas. O déficit justifica-se porque a origem dos recursos das receitas a serem utilizadas em **despesas correntes nas despesas empenhadas com Pessoal e Encargos Sociais (R\$1,99 bilhão)** não são aprovadas no Balanço Orçamentário como Receitas Correntes. (nosso grifo)

3.3.4 Restos a Pagar

3.3.4.1 Restos a Pagar Não Processados (RPNP)

No Capítulo 2, o Quadro 05 apresentou a execução dos Restos a Pagar Não Processados (RPNP). Em 30/06/20, a Universidade apresentou um total de RPNP no valor de R\$ 134.520.042,48 (soma de R\$ 56.658.656,76 com R\$ 77.861.385,72, totais da 1ª e da 2ª coluna, respectivamente). De um total de R\$ 56.658.656,76 inscritos em Restos a Pagar Não Processados de exercícios anteriores, um montante de R\$ 51.151.220,69 refere-se a Despesas Correntes e R\$ 5.507.436,07 em Despesas de Capital. Já as inscrições em RPNP, respectivas ao exercício exatamente anterior (2019), revelaram um valor total de R\$ 77.861.385,72 sendo R\$ 50.214.932,20 correspondentes a Despesas Correntes e R\$ 27.646.453,52, a Despesas de Capital.

Dos Restos a Pagar Não Processados até o 1º Sem/2020, foram liquidados um total de R\$ 54.983.078,30, sendo o montante de R\$ 44.137.041,73 referente às Despesas Correntes e R\$ 10.846.036,57, às Despesas de Capital. Foram executados Valores Pagos na importância total de R\$ 54.312.562,00, sendo R\$ 43.946.633,00 referentes às

Despesas Correntes e, R\$ 10.365.929,00, às Despesas de Capital. Os Restos a Pagar Não Processados e Cancelados, no período analisado, foram de R\$ 743.487,22 para Despesas Correntes, mais R\$ 51.502,50 para Despesas de Capital; totalizando R\$ 794.989,72.

Restou um saldo de Restos a Pagar Não Processados de R\$ 56.676.032,67 para Despesas Correntes e, R\$ 22.736.458,09, para Despesas de Capital; totalizando R\$ 79.412.490,76 em 30/06/20.

3.3.4.2 Restos a Pagar Processados (RPP)

O Quadro 06 (Capítulo 2) apresentou a execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados (Liquidados) - RPP. Em 01/01/20, a Universidade apresentou um total de RPP no valor de R\$ 152.783.373,33 (soma de R\$ 388.731,65 com R\$ 152.394.641,68, totais das colunas 1 e 2, respectivamente). O Total de R\$ 388.731,65 refere-se as inscrições em Restos a Pagar Processados de exercícios anteriores, relativos as Despesas Correntes. Não houve saldo em 30/06/20, referente a Despesas de Capital inscritas em exercícios anteriores. Já as dívidas inscritas em RPP, respectivas ao exercício exatamente anterior (2019), revelaram um valor total de R\$ 152.394.641,68, sendo R\$ 149.017.841,06, correspondentes a Despesas Correntes e, R\$ 3.376.800,62, a Despesas de Capital.

Dos Restos a Pagar Processados até o 1º Sem/2019 foram pagos uma importância total de R\$ 147.748.464,24, sendo R\$ 144.455.251,49, referentes às Despesas Correntes e, R\$ 3.293.212,75, às Despesas de Capital. Os RPP Cancelados no período analisado totalizaram R\$ 53.712,56, relativos às Despesas Correntes. Não houve cancelamento de RPP em Despesas de Capital.

Restou um saldo de Restos a Pagar Processados de R\$ 4.897.608,66 para Despesas Correntes e R\$ 83.587,87 para Despesas de Capital; totalizando R\$ 4.981.196,53 de uma provável dívida que a UFF ainda possuía com seus credores em 30/06/20.

3.3.4.3 Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

O Quadro 22 mostra a composição dos saldos de Restos a Pagar inscritos até 31 de dezembro de 2019, por ano de inscrição.

Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores				
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 30/06/2020
2013	267.321,82	-	-	267.321,82
2014	72.546,28	-	-	72.546,28
2017	4.138,91	4.138,91	-	-
2018	3.630.550,66	49.573,65	939.648,58	2.641.328,43
2019	148.808.815,66	-	146.808.815,66	2.000.000,00
TOTAL	152.783.373,33	53.712,56	147.748.464,24	4.981.196,53

Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 30/06/2020
2016	24.866,84	24.866,84	-	-
2017	4.558.721,23	358.211,86	59.796,29	4.140.713,08
2018	52.075.068,69	45.934,08	5.444.140,47	46.584.994,14
2019	77.861.385,72	365.976,94	48.808.625,24	28.686.783,54
TOTAL	134.520.042,48	794.989,72	54.312.562,00	79.412.490,76

Fonte: SIAFI

Na análise, constatou-se a existência de saldos a pagar relativos a Restos a Pagar Processados desde o exercício de 2013 e, de Não Processados, desde 2016. Os RPP's referentes a 2018 representam 53,02% do total e os RPP's de 2019, 40,15%. Destaque para o saldo dos Restos a Pagar Não Processados, de R\$ 79.412.490,76, o qual a UFF depende da entrega do bem ou da prestação do serviço por parte dos seus fornecedores, para então, efetivar a liquidação e o pagamento.

3.3.5 Despesas de Exercícios Anteriores (DEA)

Segundo o MCASP 2018 8ª edição, são despesas de exercícios encerrados:

- a. as despesas para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria;
- b. os Restos a Pagar com prescrição interrompida; e

c. os compromissos reconhecidos em virtude de lei, mas somente reconhecido o direito do reclamante após o encerramento do exercício correspondente.

As Despesas de Exercícios Anteriores poderão ser pagas à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elemento, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica. Conforme informação obtida pelo DCF, as DEA referentes ao 1º Sem/2020 apresentaram o seguinte saldo:

Quadro 23 – Despesas de Exercícios Anteriores por credor -1º Semestre/2020 (R\$)

Despesas de Exercícios Anteriores (por Credor) - 1º Sem/2020					
Seq	Nome Credor	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo a Pagar
1	ALBR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	3.184,00	3.184,00	2.997,74	186,26
2	AMPLA ENERGIA E SERVICOS S.A.	2.257.687,76	1.371.080,97	0,00	2.257.687,76
3	ATAC ASSISTENCIA TECNICA EM AR CONDICIONADO LTDA	282,63	282,63	268,50	14,13
4	C ALBERJAN REIS GONCALVES EIRELI	21,60	21,60	21,60	0,00
5	CENTAURO-VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA	388.871,93	388.871,93	87.731,30	301.140,63
6	CENTRO INTERNACIONAL DE CONHECIMENTO LTDA	7.800,00	7.800,00	0,00	7.800,00
7	CLARO S.A.	10.070,06	10.070,06	0,00	10.070,06
8	CONSTRUTORA EDIL LTDA	150,34	150,34	0,00	150,34
9	CROLL EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E SERVICOS LTDA	4.250.476,22	4.250.476,22	3.700.912,25	549.563,97
10	CTESA CONSTRUÇOES LTDA	874.374,62	873.003,83	406.978,75	467.395,87
11	CTESA CONSTRUÇOES LTDA	93,79	93,79	0,00	93,79
12	DADY ILHA SOLUCOES INTEGRADAS LTDA	2.250,00	2.250,00	2.250,00	0,00
13	GILSON PEREIRA DUARTE	443,82	443,82	443,82	0,00
14	LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	248.007,45	248.007,45	228.554,98	19.452,47
15	LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S A	27.290,15	27.290,15	0,00	27.290,15
16	LUSO BRASILEIRA SERVICOS LTDA	2.981.405,92	2.981.405,92	2.216.999,52	764.406,40
17	LUSO BRASILEIRA SERVICOS LTDA	500.000,00	500.000,00	500.000,00	0,00
18	PINHO VILAS NOVAS CONSTRUTORA LTDA	20.000,00	20.000,00	18.110,00	1.890,00
20	QUICKNET TELECOM LTDA - EPP	10.412,00	10.412,00	9.428,07	983,93
21	SINGULAR GESTAO DE SERVICOS LTDA	494.150,17	494.150,17	427.038,98	67.111,19
22	SPECTRU INSTRUMENTAL CIENTIFICO LTDA	64.475,70	64.475,70	53.573,70	10.902,00
23	TELEMAR NORTE LESTE S/A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL	1.637,00	1.637,00	0,00	1.637,00
24	THS TECNOLOGIA INFORMACAO E COMUNICACAO LTDA	353.957,70	353.957,70	124.434,28	229.523,42
25	THS TECNOLOGIA INFORMACAO E COMUNICACAO LTDA	722.726,38	722.726,38	654.428,74	68.297,64
26	VALE COMERCIAL DE MATERIAL PARA ESCRITORIO E INFORMATI	5.388,25	5.388,25	5.388,25	0,00
27	WORK SERVICE E CONSTRUÇOES LTDA - EPP	8.911,23	8.911,23	7.400,78	1.510,45
28	BANCO DO BRASIL - Especificação em planilha anexa	0,00	0,00	1.051.401,90	-1.051.401,90
29	DIVERSOS - Especificação em planilha anexa	7.096,80	7.096,80	1.580.195,24	-1.573.098,44
TOTAL		13.241.165,52	12.353.187,94	11.078.558,40	2.162.607,12

Fonte: Tesouro Gerencial - SIAFI

Na rubrica das Despesas de Exercícios Anteriores, em despesas liquidadas destacam-se as despesas com a Crooll Empreendimentos Ltda com R\$ 4.250.476,22 que representa 34,41%; a Luso Brasileira Ltda com R\$ 2.981.405,92, que representa 24,13%; e a Ampla Energia S.A. com R\$ 1.371.080,97, que representa 11,10%; sendo o total das despesas liquidadas de R\$ 12.353.187,94. Foram pagos R\$ 3.700.912,25 à Crooll Empreendimentos Ltda (33,41%); R\$ 2.216.999,52 à Luso Brasileira S.A (20,01%), para um

total das despesas pagas de R\$ 11.078.558,40. Observou-se ainda que não foi efetuado o pagamento de R\$ 1.371.080,97 em favor da Ampla Energia S.A., credor com o terceiro maior valor de despesas de exercícios anteriores, liquidado no 1º Sem/2020.

3.3.6 Despesas Correntes e de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 24 - Despesas Correntes e de Capital por Grupo e Elemento de Despesa - 1º Sem/2020 X 1º Sem/2019

Despesas Correntes de 2020									
DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA	Valores Empenhados		Valores Liquidados			Valores Pagos		Valores a Pagar	
	1º Sem/2020	1º Sem/2019	1º Sem/2020	1º Sem/2019	AH%	1º Sem/2020	1º Sem/2019	1º Sem/2020	1º Sem/2019
Subtotal - Despesa de Pessoal	1.435.637.526	1.940.976.620	1.077.717.020	952.301.146	13,17	917.992.460	793.530.151	159.724.560	158.770.996
3190.01.00 Aposentadoria e Reformas	587.757.956	620.116.016	335.740.204	311.022.692	7,95	257.920.132	238.256.609	77.820.071	72.766.083
3190.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	542.264.235	988.890.184	465.664.156	468.255.785	-0,55	401.915.843	400.791.407	63.748.313	67.464.378
3191.13.00 Obrigações Patronais	192.331.050	194.161.007	192.331.050	86.712.655	121,80	192.331.050	86.712.655	-	-
Demais elementos do grupo	113.284.285	137.809.413	83.981.610	86.310.014	-2,70	65.825.435	67.769.480	18.156.176	18.540.534
Subtotal - Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal - Outras Despesas Correntes	169.918.406	202.120.544	107.849.576	152.353.540	-29,21	94.624.118	132.040.602	13.225.459	20.312.938
3390.39.00 Outros Serviços de Terceiros - PJ	55.034.969	32.503.880	32.719.520	28.192.385	16,06	30.210.303	24.305.320	2.509.217	3.887.066
3390.37.00 Locação de Mão de Obra	29.133.934	19.827.793	13.758.640	17.181.723	-19,92	11.438.222	14.013.244	2.320.418	3.168.478
3390.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	13.883.771	43.491.269	12.586.763	43.134.142	-70,82	11.311.717	40.665.383	1.275.046	2.468.758
3390.46.00 Auxílio Alimentação	27.534.821	37.779.845	17.808.904	18.346.600	-2,93	15.176.265	15.332.707	2.632.639	3.013.893
3390.30.00 Material de Consumo	2.353.671	12.837.628	1.462.896	9.964.784	-85,32	1.443.062	8.822.163	19.834	1.142.621
3390.18.00 Auxílio Financeiro a Estudantes	8.671.644	8.093.211	7.964.817	7.177.811	10,96	6.537.084	5.416.507	1.427.733	1.761.303
Demais Elementos do Grupo	33.305.597	47.586.918	21.548.035	28.356.095	-24,01	18.507.464	23.485.276	3.040.571	4.870.819
Total - Despesas Correntes	1.605.555.932	2.143.097.164	1.185.566.597	1.104.654.686	7,32	1.012.616.578	925.570.752	172.950.019	179.083.934
Despesas de Capital 2020									
DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA	Valores Empenhados		Valores Liquidados			Valores Pagos		Valores a Pagar	
	1º Sem/2020	1º Sem/2019	1º Sem/2020	1º Sem/2019	AH%	1º Sem/2020	1º Sem/2019	1º Sem/2020	1º Sem/2019
Subtotal - Investimentos	11.067.357	1.506.033	1.086.849	93.606	1061,09	1.076.871	65.597	9.978	28.009
4490.51.00 Obras e Instalações	8.184.470	1.116.526	-	5.018	-100,00	-	5.018	-	-
4490.52.00 Equipamentos e Material Permanente	1.550.785	389.507	236.444	88.588	166,90	226.466	60.579	9.978	28.009
4490.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	1.332.102	-	850.405	-	-	850.405	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal - Amortização da dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total - Despesas De Capital	11.067.357	1.506.033	1.086.849	93.606	1.061,09	1.076.871	65.597	9.978	28.009

Fonte: SIAFI

No comparativo das Despesas Correntes em Valores Liquidados, destacou –se um aumento de 121,80%, de R\$ 86.712.655,00 no 1º Sem/2019, para R\$ 192.331.050,00 no 1º Sem/2020, referente ao Grupo Despesas de Pessoal, relativo ao elemento de despesa nº 3191.13.00 Obrigações Patronais. Constatou-se, ainda, uma redução de 85,32% de R\$ 9.964.784,00 no 1º Sem/2019, para R\$ 1.462.896,00 no 1º Sem/2020, no Grupo de Outras Despesas Correntes, relativo ao elemento de despesa nº 3390.30.00 Material de Consumo e, uma redução de 70,82%, em Despesas de Exercícios Anteriores, no mesmo grupo, de R\$ 43.134.142,00 no 1º Sem/2019 para R\$ 12.586.763,00 no 1º Sem/2020.

No comparativo das Despesas de Capital, constatou-se um aumento de 166,90% de R\$ 88.588,00 no 1º Sem/2019, para R\$ 236.444,00 no 1º Sem/2020, em Valores Liquidados, no Grupo de Despesas de Investimentos, relativo ao elemento de despesa nº 4490.52.00 com Equipamentos e Material Permanente. Neste mesmo grupo, observou-se que não houve ocorrência do elemento nº 4490.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores no 1º Sem/2019; enquanto, no 1º Sem/2020, foram liquidados R\$ 850.405,00.

3.3.7 Despesas por Modalidade de Contratação

Para a execução de despesas no âmbito da Administração Pública Federal - APF deverão ser observadas as Leis Federais nº 8.666/1993 e 10.520/2002, que ditam normas para licitações e contratos, visando a aquisição de bens e serviços.

No acompanhamento da execução das despesas para o período em análise, o Quadro 25 apresenta os valores empenhados, liquidados, pagos e a pagar por modalidade de contratação, de forma detalhada.

Quadro 25 - Despesas por Modalidade de Contratação – 1º Sem/2020 x 1º Sem/2019 (R\$)

Despesas por Modalidade de Contratação	Empenhadas		Liquidadas		Pagas		a Pagar	
	1º Sem/2020	1º Sem/2019	1º Sem/2020	1º Sem/2019	1º Sem/2020	1º Sem/2019	1º Sem/2020	1º Sem/2019
1 - Modalidade de Licitação	49.788.576,95	56.018.180,55	20.900.394,45	48.606.938,29	17.263.993,41	43.839.465,69	3.636.401,04	4.767.472,60
A) Convite	-	-	-	-	-	-	-	-
B) Tomada de Preços	-	24.461,33	-	1.352,65	-	1.352,65	-	-
C) Concorrência	44.538,73	507.830,45	44.538,73	5.018,40	44.538,73	5.018,40	-	-
D) Pregão	44.426.949,56	54.384.512,50	20.846.661,86	48.600.567,24	17.210.260,82	43.833.094,64	3.636.401,04	4.767.472,60
E) Concurso	-	-	-	-	-	-	-	-
F) Consulta	-	-	-	-	-	-	-	-
G) RDC Pública	5.317.088,66	1.101.376,27	9.193,86	-	9.193,86	-	-	-
2 - Contratação Diretas	62.270.838,78	54.814.387,55	39.711.057,11	49.839.173,90	36.724.002,47	43.338.419,46	2.987.054,64	6.500.754,44
H) Dispensa de Licitação	54.377.069,14	47.393.313,95	35.639.009,56	43.904.348,99	33.910.323,68	37.576.863,79	1.728.685,88	6.327.485,20
I) Inexigibilidade	7.893.769,64	7.421.073,60	4.072.047,55	5.934.824,91	2.813.678,79	5.761.555,67	1.258.368,76	173.269,24
3 - Regime de Execução Especial	145.555,79	223.397,51	142.317,16	196.897,51	142.317,16	196.897,51	-	-
J) Suprimentos de Fundos	145.555,79	223.397,51	142.317,16	196.897,51	142.317,16	196.897,51	-	-
4 - Pagamento de Pessoal	1.491.253.746,50	2.019.421.218,62	1.018.450.975,29	993.463.917,95	853.542.167,10	827.480.893,74	164.908.808,19	165.983.024,21
K) Pagamento em Folha	1.491.056.646,50	2.018.290.589,22	1.018.400.517,92	993.230.682,31	853.491.933,59	827.258.373,51	164.908.584,33	165.972.308,80
L) Diárias	197.100,00	1.130.629,40	50.457,37	233.235,64	50.233,51	222.520,23	223,86	10.715,41
5 - Outras	13.164.571,66	14.126.012,87	11.494.431,42	12.641.364,62	10.066.698,42	10.780.672,91	1.427.733,00	1.860.691,71
Totais	1.616.623.289,68	2.144.603.197,10	1.090.699.175,43	1.104.748.292,27	917.739.178,56	925.636.349,31	172.959.996,87	179.111.942,96
Fonte: SIAFI								

Em relação à materialidade, as despesas liquidadas no 1º Sem/2020 que mais se destacaram foram: Folha de Pagamento, do grupo “Pagamentos de Pessoal”, no valor de R\$ 1.018.400.517,92 (93,37%); e Dispensa de Licitação, do grupo “Contratação Direta”, no valor de R\$ 35.639.009,56 (3,27%).

Analisando, separadamente, o grupo Modalidade de Licitação, que totalizou R\$ 20.900.394,45 no 1º Sem/2020 (despesas liquidadas), a modalidade mais representativa foi Pregão, no valor de R\$ 20.846.661,86 (99,74%).

Da análise horizontal, as variações das despesas liquidadas que mais se destacaram foram: aumento de 787,51% (R\$ 39.520,33) na modalidade de licitação “Concorrência”; redução de 57,11% (R\$ 27.753.905,38) em “Pregão”; redução de 78,37% (R\$ 182.778,27) em “Diárias”; redução de 18,83% (R\$ 8.265.339,43) em Dispensa de Licitação; e redução de 31,39% (R\$ 1.862.777,36) em Inexigibilidade.

Apesar de não ter significado uma variação grande, devido à sua materialidade, ressalta-se o incremento de 2,53% em Folha de Pessoal (R\$ 25.169.835,61). Comparando os dois exercícios, no total das despesas liquidadas, houve uma redução de 1,27%.

3.3.8 Outras Despesas

3.3.8.1 Despesas com Locação de Mão de Obra

Quadro 26 - Despesas com Locação de Mão de Obra – 1º Semestre/2020

(R\$)

Locação de Mão-de-Obra Por Tipo de Serviço	Desp. Liquid. até 30/06/20	Desp. Liquid. até 30/06/19	AH%
Apoio Administrativo Técnico e Operacional	6.151.941,01	15.980.337,27	-61,50
Limpeza e Conservação	3.283.426,36	1.239.094,14	164,99
Vigilância Ostensiva	1.683.331,73	838.951,53	100,65
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	1.594.931,42	892.568,93	78,69
Serviços de Copa e Cozinha	687.811,74	1.315.037,88	-47,70
Manutenção e Conservação de Bens Móveis	-	405.433,07	
Total	13.401.442,26	20.671.422,82	-35,17

Fonte: SIAFI/DCF

No 1º Sem/2020 as despesas com Locação de Mão-de-Obra totalizaram R\$ 13.401.442,26, contra R\$ 20.671.422,82 no 1º Sem/2019, significando uma redução de

35,17%. Os valores que mais se destacaram no 1º Sem/2020 foram: Apoio Administrativo, Técnico e Operacional, com R\$ 6.151,941,01 (45,91%); e Limpeza e Conservação, com R\$ 3.283.426,36 (24,50%).

Na comparação entre os dois exercícios, as variações foram: redução de 61,50% em Apoio Administrativo, Técnico e Operacional (R\$ 9.828.396,26); aumento de 164,99% em Limpeza e Conservação (R\$ 2.044.332,20); aumento de 100,65% em Vigilância Ostensiva (R\$ 844.380,20); 78,69% em Manutenção e Conservação de Bens Imóveis (R\$ 702.362,49); redução de 47,70% em Serviços de Copa e Cozinha (R\$ 627.26,14); e redução de 100% em Manutenção e Conservação de Bens Móveis (R\$ 405.433,07). Somando todos os aumentos e reduções de despesas com Locação de Mão-de-Obra, no 1º Sem/2020 houve uma economia total de R\$ 7.269.980,56.

3.3.8.2 Despesas com Energia Elétrica

O Quadro 27 apresenta as despesas liquidadas com energia elétrica, referentes ao consumo do 1º Sem/2020, comparativo com o 1º Sem/2019.

Quadro 27 - Despesas com Energia Elétrica por Fornecedor – 1º Sem/2020 X 1º Sem/2019 (R\$)

Energia Elétrica										
Fornecedor		1º Sem/2019						Exerc. Anteriores		Total a Pagar até 30/06/19 (A + B)
CNPJ	Denominação	Despesas Empenhadas no ano até 30/06/19	Despesas Liquidadas no ano até 30/06/20	Despesas Liquidadas no ano até 30/06/19	AH%	Despesas Pagas no ano até 30/06/19	Contas a Pagar até 30/06/19 (A)	Despesas Pagas até 30/06/19	Restos a Pagar até 30/06/19 (B)	
33.050.071.0001-58	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.	10.189.000,00	4.623.779,41	9.739.872,25	-52,53	8.341.580,14	1.398.292,11	0,00	20.944,92	1.419.237,03
04.895.728.0001-80	CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A.	127.000,00	-	102.917,40	-	102.917,40	0,00	0,00	2.555,48	2.555,48
27.707.397.0001-02	COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO CACHOEIRAS ITABORÁI	37.256,27	4.527,17	27.872,71	-83,76	27.872,71	0,00	0,00	0,00	0,00
33.249.046.0002-89	ENERGISA NOVA FRIBURGO - DISTR.DE ENERGIA S.A.	81.870,37	64.672,11	79.068,53	-18,21	79.068,53	0,00	0,00	1.206,84	1.206,84
04.895.728/0001-80	EQUATORIAL PARA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	-	85.271,87	-	-	-	-	-	-	-
60.444.437.0001-46	LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.	630.253,83	369.789,98	607.011,07	-39,08	607.011,07	0,00	67.811,70	0,00	0,00
Total		11.065.380,47	5.148.040,54	10.556.741,96	-51,23	9.158.449,85	1.398.292,11	67.811,70	24.707,24	1.422.999,35

Fonte: Tesouro Gerencial

Na execução da análise horizontal, constatou-se em despesas liquidadas com energia elétrica referente a empresa Ampla S.A, o valor de R\$ 4.623.779,41, relativo ao 1º Sem/2020, o que representa uma redução de 52,53%, em comparação com o mesmo período em 2019. A Cooperativa de Eletrificação Itaboraí, teve suas despesas liquidadas no 1º Sem/2020 em R\$ 4.527,17, que representa uma redução de 83,76%, em comparação com o mesmo período em 2019. A Light S.A. teve suas despesas liquidadas no 1º Sem/2020 em R\$ 369.789,98, que representa uma redução de 39,08%, em comparação com o mesmo período em 2019.

Somando todos os aumentos e reduções de despesas com Energia Elétrica, no 1º Sem/2020 houve uma economia total de R\$ 5.408.701,42.

3.3.8.3 Despesas com Água e Esgoto

O Quadro 28 apresenta as despesas liquidadas com água e esgoto, referentes ao consumo do 1º Sem/2020, comparativo com o 1º Sem/2019.

Quadro 28 - Despesas com Água e Esgoto por Fornecedor – 1º Semestre/2020

(R\$)

Água e Esgoto										
Fornecedor		1º Sem/2019						Exerc. Anteriores		Total a Pagar até 30/06/19 (A + B)
CNPJ	Denominação	Despesas Empenhadas no ano até 30/06/19	Despesas Liquidadas no ano até 30/06/20	Despesas Liquidadas no ano até 30/06/19	AH%	Despesas Pagas no ano até 30/06/19	Contas a Pagar até 30/06/19 (A)	Despesas Pagas até 30/06/19	Restos a Pagar até 30/06/19 (B)	
02.150.336.0001-66	ÁGUAS DE NITERÓI S.A.	2.583.104,02	3.399.878,21	2.034.012,94	67,15	2.034.012,94	0,00	1.382.419,76	669,08	669,08
03.119.806.0001-91	ÁGUAS DE NOV FRIBURGO LTDA.	25.254,65	15.978,08	24.222,11	-34,04	24.222,11	0,00	0,00	0,00	0,00
01.280.003.0001-99	ÁGUAS DO PARAÍBA S.A.	11.699,49	-	11.300,00	-	11.300,00	0,00	0,00	366,28	366,28
04.945.341.0001-90	COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ	15.000,00	12.362,45	10.608,36	16,53	10.608,36	0,00	0,00	0,00	0,00
33.352.394.0001-04	COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS	25.221,36	-	11.428,51	-	11.428,51	0,00	0,00	104,21	104,21
01.972.794.0001-18	EMPRESA DE SANEAMENTO AMBIENTAL E CONC.	12.714,72	2.654,52	4.256,02	-37,63	4.256,02	0,00	0,00	0,00	0,00
25.014.272.0001-71	H2A RAMOS TRANSPORTES EIRELI	13.500,00	-	0,00	-	0,00	0,00	2.700,00	10.250,00	10.250,00
04.351.373.0001-68	JJGL BARROS E SERVIÇOS LTDA.	3.960,00	-	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.382.073.0001-10	PROLAGOS S.A. - CONCESSIONÁRIA	8.978,28	882,35	2.000,75	-55,90	2.000,75	0,00	459,46	86,87	86,87
32.504.706.0001-87	SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO S.A.	21.313,92	-	18.803,23	-	18.803,23	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		2.720.746,44	3.431.755,61	2.116.631,92	62,13	2.116.631,92	0,00	1.385.579,22	11.476,44	11.476,44

Fonte: Tesouro Gerencial

No total das despesas liquidadas com água e esgoto até o 1º Sem/2020, foram gastos o montante de R\$ 3.431.755,61, que representa um incremento de 62,13%, em comparação com o mesmo período em 2019.

Continuando a comparação entre os períodos, constatou-se em despesas liquidadas com o consumo de água e esgoto, referente a empresa Águas de Niterói S.A, o valor de R\$ 3.399.878,21, relativo ao 1º Sem/2020, o que representa um incremento de 67,15%. A empresa Prolagos S.A, teve suas despesas liquidadas no 1º Sem/2020 em R\$ 882,35, que representa uma redução de 55,90%. A Empresa de Saneamento Ambiental, teve suas despesas liquidadas no 1º Sem/2020 em R\$ 2.654,52, que representa uma redução de 37,63%.

3.4 Análise do Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro da UFF, referente ao 1º Sem/2020 (Quadro 07 do Capítulo 2), apresentou saldo inicial (01/01/20) da conta “Caixa e Equivalentes de Caixa” de R\$ 156.191.820,04 (cento e cinquenta e seis milhões, cento e noventa e um mil, oitocentos e vinte reais e quatro centavos), e saldo final (30/06/20) de R\$ 181.915.629,10 (cento e oitenta e um milhões, novecentos e quinze mil, seiscentos e vinte e nove reais e dez centavos).

Segundo as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do 1ºSem/2020:

A conta Caixa e Equivalentes de Caixa está composta por: recursos aplicados na Conta Única; cauções recebidos em demais contas; e recursos disponíveis destinados ao cumprimento de obrigações assumidas em função da execução do orçamento da universidade, além de transferências financeiras recebidos para desenvolvimento de estudos e projetos decorrentes de acordos e convênios firmados com outros Órgãos.

Observou-se um montante de recursos financeiros ingressados na UFF no 1ºSem/2020 de R\$ 2.039.172.170,35, referentes à soma dos grupos “Receitas Orçamentárias”, “Transferências Financeiras Recebidas” e “Recebimentos Extraorçamentários”. Ao somar os valores desses grupos com o saldo inicial do Caixa, totalizam R\$ 2.195.363.990,39 de ingressos. Por outro lado, um montante de R\$ 2.013.448.361,29,

referem-se à soma dos grupos “Despesas Orçamentárias”, “Transferências Financeiras Concedidas” e “Pagamentos Extraorçamentários”. Ao somar os valores desses grupos com o saldo final do Caixa, totalizam R\$ 2.195.363.990,39 em dispêndios.

Da análise vertical verificou-se que as “Receitas Orçamentárias” da UFF totalizaram R\$ 14.103.666,69, representando 0,64% dos ingressos financeiros da UFF. Essas receitas foram vinculadas, em sua maioria, a Fundos, Órgãos e Programas (R\$ 14.659.725,65). As Receitas Orçamentárias do Balanço Financeiro (Quadro 07 do Capítulo 2) são as Receitas Correntes apresentadas, anteriormente, no Balanço Orçamentário (Quadro 03 do Capítulo 2).

O valor mais significativo dos ingressos financeiros foi o de R\$ 1.324.426.952,03 referente às “Transferências Financeiras Recebidas”, representando 60,33%; com materialidade expressiva para as transferências “Resultantes da Execução Orçamentária” (repasses e sub-repasses recebidos) de 55,78%, no valor de R\$ 1.224.633.024,78. Já as transferências “Independentes da Execução Orçamentária” (destinadas a Restos a Pagar e outras resultantes de movimentação de saldos patrimoniais), no valor de R\$ 99.793.927,25, significaram apenas 4,55%.

O terceiro grupo dos ingressos financeiros é “Recebimentos Extraorçamentários”, num total de R\$ 700.641.551,63, representando 31,91%. A maioria desses recursos deveu-se à inscrição de Restos a Pagar (Processados e Não Processados), somando R\$ 698.884.111,12 (31,83%).

Em contrapartida, em relação ao total dos dispêndios, as “Despesas Orçamentárias” somaram R\$ 1.616.623.289,68, apresentando a maior representatividade nos dispêndios, de 73,64%. Sendo R\$ 714.504.088,30 relativos às despesas ordinárias e R\$ 902.119.201,38 às despesas vinculadas (Educação; Seguridade Social; Previdência Social; Fundos, Órgãos e Programas; outros).

As “Transferências Financeiras Concedidas”, de R\$ 194.246.562,89, representaram 8,85%, com materialidade expressiva para o subgrupo transferências “Resultantes da Execução Orçamentária” (repasses e sub-repasses concedidos ou devolvidos) de R\$ 147.908.585,63, representando 6,74%. Já as transferências “Independentes da Execução Orçamentária” (destinadas a Restos a Pagar e outras resultantes de movimentação de saldos patrimoniais), apresentaram um valor de R\$ 46.337.977,26, significando apenas 2,11%.

O terceiro grupo, “Pagamentos Extraorçamentários”, totalizou R\$ 202.578.508,72, significando 9,23% dos dispêndios, também em sua maioria destinados aos Restos a Pagar, no valor de R\$ 202.061.026,24 (9,20%).

Da análise horizontal, observou-se reduções de 18,45% no saldo inicial da conta “Caixa” e de 6,08% no saldo final. Considerando tanto as variações de 2019 para 2020, quanto à materialidade e à natureza das contas, destacou-se:

a) Dos Ingressos Financeiros:

a.1) Aumento de 66,80% dos das “Deduções da Receita Orçamentárias”, enquanto as Receitas reduziram 20,34%.

Em resposta à SA nº 038/2020, o DCF informou:

(...) o aumento nas Deduções se deu devido aos descontos de 90% concedidos nas taxas cobradas dos permissionários de cantinas, lanchonetes e reprografias, justificados pela paralisação forçada dessas atividades em atendimento às medidas de prevenção da COVID-19. Estes descontos foram registrados nas GRU de cobrança e nos lançamentos da receita no SIAFI, o que ocasiona o aumento na conta de Deduções.(Ofício DCF nº 120/2020, 07/08/20).

A Contabilidade informou ainda que os tipos de receita que sofreram maiores reduções em 2020 foram: Aluguéis; Serviços Administrativos; Serviços Recreativos e Culturais; Serviços Veterinários e Taxa de Inscrição em Concurso Público. Os tipos de receita que sofreram maiores reduções; explicando que o motivo de tais reduções, também se deveu à paralisação das atividades da UFF em função da pandemia do COVID-19. Uma outra conta de receita, “Outras Restituições” também sofreu redução; porém, por motivos de reclassificação do seu código de registro. Essas receitas são depositadas pela FEC.

a.2) Aumento de 496,65% da “Movimentação de Saldos Patrimoniais”.

Ao ser questionada pela Auditoria Técnica (SA nº 038/2020), a Setorial Contábil declarou precisar de mais detalhes sobre a constatação a respeito dessa variação. Na ocasião, a AT solicitou identificar as transferências recebidas que causaram esse im-

pacto e seus respectivos valores. Não havendo tempo hábil para maiores esclarecimentos por parte da Auditoria e, posteriormente, para nova manifestação da Contabilidade, a AT decidiu interromper as respectivas solicitações.

a.3) “Arrecadação de Outra Unidade” no valor de R\$ 1.159.530,29, registrada no grupo “Recebimentos Extraorçamentários”.

Apesar dessa conta não ter apresentado uma variação alta (redução de 13,44%), a Auditoria solicitou ao DCF (SA nº 038/2020) identificar a Unidade em que a UFF arrecadou tais receitas e o motivo da arrecadação de outra instituição ingressar no caixa da Universidade. Segundo informou a Contabilidade:

O montante indicado não pode ser classificado como Receita Própria da UFF, pois não é proveniente da arrecadação das atividades produtivas da UFF. O valor refere-se ao somatório de várias GRU relativas ao ressarcimento de despesas com servidores cedidos e outras restituições de despesas com pessoal como reposição ao erário que vem sendo devolvidas para as fontes do Tesouro.
(Ofício DCF nº 120/2020, 07/08/20).

b) Dos Dispendios Financeiros:

b.1) Aumento de 16.083,23% das “Despesas Orçamentárias Vinculadas à Educação”.

Ao ser questionada pela Auditoria Técnica (SA nº 038/2020), a Setorial Contábil declarou precisar de mais detalhes sobre a constatação a respeito dessa variação. Na ocasião, a AT solicitou esclarecer o motivo do aumento e seu respectivo valor. Não havendo tempo hábil para maiores esclarecimentos por parte da Auditoria e, posteriormente, para nova manifestação da Contabilidade, a AT decidiu interromper as respectivas solicitações.

b.2) Aumento de 375,77% de “Repasses Devolvidos” do grupo Transferências Financeiras Concedidas.

Após solicitação da Auditoria, o DCF justificou:

O repasse que foi devolvido ao MEC no valor de R\$ 55.983,44, ocorreu em 22 de janeiro de 2020, para que fosse remanejado da fonte 8100 para a fonte 0151, ambas na vinculação 310. O objetivo era realizar pagamento de auxílio funeral que acontece na fonte 0151-V310, o que ocorreu posteriormente com os pagamentos sendo realizados através das Ordens Bancárias 2020OB800047 e 2020OB800048.

3.4.1 Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)

O PNAES²⁹ é um programa que oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão.

Para o exercício de 2020, a UFF recebeu como dotação inicial um montante de R\$ 32.880.794,00³⁰ (trinta e dois milhões, oitocentos e oitenta mil e setecentos e noventa e quatro reais). Comparando com o valor orçamentário do exercício de 2019, quando havia sido autorizado para esta rubrica um total de R\$ 34.018.181,00, os recursos diminuiram 3,34% em 2020. No 1ºSem/2020, foi empenhado o valor total de R\$ 12.242.933,27, deixando um saldo de valor a empenhar para o PNAES de R\$ 20.637.860,73.

Em uma comparação orçamentária com o mesmo período do exercício anterior, as despesas empenhadas apresentaram as seguintes variações:

²⁹ Trata-se de programa, segundo o artigo 5º do Decreto nº 7.234 de 2010, para atendimento prioritário de estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio. Em seu Parágrafo único, determina a fixação de mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES.

³⁰ Conforme a Lei Orçamentária Anual de 2020, nº 13.978 de 17/01/20, Anexos - Volumes 4 e 5.

Despesas Empenhadas PNAES - Comparativo 2020 x 2019				
Natureza de Despesa		Despesas Empenhadas		AH %
Código	Descrição	2020	2019	2020 / 2019
33901414	DIARIAS NO PAIS	0,00	10.000,00	-100
33901801	BOLSAS DE ESTUDO NO PAIS	6.716.945,00	7.453.616,00	-9,88
33903004	GAS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	0,00	21.096,00	-100
33903007	GENEROS DE ALIMENTACAO	13.600,00	2.416.702,01	-99,44
33903016	MATERIAL DE EXPEDIENTE	0,00	800,00	-100
33903017	MATERIAL DE TIC - MATERIAL DE CONSUMO	0,00	1.424,00	-100
33903019	MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	0,00	1.739,00	-100
33903021	MATERIAL DE COPA E COZINHA	3.925,00	5.999,00	-34,57
33903096	MATERIAL DE CONSUMO - PAGTO ANTECIPADO	2.000,00	0,00	100
33903022	MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZACAO	0,00	52.055,00	-100
33903024	MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES	0,00	385.740,61	-100
33903701	APOIO ADMINISTRATIVO, TECNICO E OPERACIONAL	513.043,58	388.113,42	32,19
33903702	LIMPEZA E CONSERVACAO	152.091,24	1.395.790,53	-89,10
33903705	SERVICOS DE COPA E COZINHA	2.140.000,00	2.325.238,05	-7,97
33903916	MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	0,00	24.496,00	-100
33903917	MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	228.571,68	152.473,62	49,91
33903920	MANUT.E CONS.DE B.MOVEIS DE OUTRAS NATUREZAS	0,00	9.986,00	-100
33903943	SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA	1.500.000,00	1.406.000,00	6,69
33903944	SERVICOS DE AGUA E ESGOTO	650.000,00	596.530,66	8,96
33903945	SERVICOS DE GAS	203.634,36	88.401,94	130,35
33903962	SERVICOS DE PRODUCAO INDUSTRIAL	0,00	14.063,00	-100
33903970	CONFECCAO DE UNIFORMES, BANDEIRAS E FLAMULAS	0,00	746,00	-100
33903978	LIMPEZA E CONSERVACAO	65.600,00	61.345,00	6,94
33903979	SERV. DE APOIO ADMIN., TECNICO E OPERACIONAL	0,00	524.903,94	-100
33903982	SERVICOS DE CONTROLE AMBIENTAL	50.707,72	10.402,87	387,44
33903996	OUTROS SERV.DE TERCEIROS PJ- PAGTO ANTECIPADO	2.000,00	0,00	100
33904012	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE EQUIPAMENTOS DE TIC	0,00	2.450,00	-100
33904716	JUROS	452,14	92,75	387,48
33904727	MULTAS INDEDUTIVEIS	356,80	656,20	-45,63
33909237	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	0,00	1.114.202,42	-100
33909239	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	0,00	110.566,63	-100
33913947	SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL	0,00	8.000,00	-100
33914716	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS - JUROS	0,72	0,00	100
33914727	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS - MULTAS INDEDUTIVEIS	5,03	131,93	-96,19
Total		12.242.933,27	18.583.762,58	-34,12

Fonte: Tesouro Gerencial - SIAFI; formatação AT/CUR.

Destacamos acima, na cor amarela, as despesas que não foram empenhadas em 2020, mas haviam sido empenhadas em 2019. Essas despesas, portanto, não foram realizadas (não liquidadas) no 1ºSem/2020.

Observamos algumas despesas no 1º Sem/2020, as quais, devido às suas naturezas para utilização dos recursos do PNAES, indagamos às respectivas Unidades Gestoras Executoras (UGEs), sobre o aumento dos seus valores contratuais.

Quadro 30 – Aumento de Algumas Despesas Contratuais – PNAES - 1º Semestre/2020

UGE	Destino da Indagação	Despesa	ND	Aumento (R\$)	
153056	DCF/PROPLAN	Serviços de Gás	33903945	130,35%	115.232,42
150182	PROAD	Serviços de Controle Ambiental	33903982	387,44%	40.304,85
150182	PROAD	Apoio Administrativo Técnico e Operacional	33903701	32,19%	124.930,16

Fonte: Tesouro Gerencial / SIAFI / DCF; formatação AT/CUR.

Sobre o aumento das despesas empenhadas com Serviços de Gás em 2020, esta Auditoria solicitou ao DCF (SA nº 043/2020) justificativa, e obteve a seguinte resposta:

O empenho no montante de R\$ 203.634,36 em favor da CEG- Cia. Estadual de Gás, fornecedora para o Restaurante Universitário, foi baseado na estimativa da despesa com fornecimento de gás informada pela Pró-Reitoria de Administração, que calculou o valor mensal de R\$ 16.969,53 para o ano de 2020, conforme consta em despacho da Divisão de Contratos da PROAD, no processo de empenho 150516/2020-67 (SEI). (Ofício DCF nº 120/2020, 07/08/20).

Quanto às despesas de Serviços de Controle Ambiental e de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional, em resposta à SA nº 044/2020, a PROAD esclarece:

1. A fonte de recurso a ser empenhado para cobrir determinada despesa é definida pela Pró-Reitoria de Planejamento, levando em consideração a natureza e a finalidade desses gastos. É sabido que a Universidade vem passando por severa restrição orçamentária ao longo dos três últimos anos, o que exige decisões dos Gestores cada vez mais assertivas e eficientes. Neste contexto, passou-se a utilizar, proporcionalmente, uma pequena parcela do recurso do PNAES para atender despesas de custeio que estão ligadas à manutenção da Moradia Estudantil, do Restaurante Universitário e ao transporte de estudantes pelo BusUFF.

2. Pelo exposto, os valores empenhados, ora analisados por essa Auditoria Técnica, relativos a natureza de despesa 33903701, referem-se à contratos para prestação de serviços de Portaria e Zeladoria (Contrato nº 35/2019), de Motoristas (Contrato nº 23/2019) e os relativos à natureza de despesa 33903982, referem-se aos contratos de dedetização e desratização das Moradias de Niterói e Rio das Ostras e das dependências do Restaurante Universitário (Contratos nº 16/2016 e 15/2016). Os termos de contrato e anexos podem ser consultados diretamente pelo link <http://www.uff.br/?q=contratos>.

3. Conforme Termo de Contrato e seus anexos, a Moradia Estudantil possui 5 postos fixos de portaria e zeladoria. Contudo, para utilização dos recursos PNAES, estendeu a utilização dos custos proporcionais dos serviços nos Pórtico do Campus Gragoatá, em que estão localizados o Restaurante Universitário e a Moradia Estudantil, evidenciando-se assim o uso do recurso de forma parcial para os custos apresentados.

POSTO	LOCAL	QTDADE	VALOR POSTO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
Porteiro 12 X 36 diurno	MORADIA EST.	2	R\$ 7.728,99	R\$ 15.457,98	R\$ 185.495,76
Porteiro 12 X 36 Noturno	MORADIA EST.	2	R\$ 8.431,89	R\$ 16.863,78	R\$ 202.365,36
Zelador 12x36 Diurno	MORADIA EST.	1	R\$ 7.728,99	R\$ 7.728,99	R\$ 92.747,88
Porteiro 12 X 36 diurno	GRAGOATÁ	1	R\$ 7.728,99	R\$ 7.728,99	R\$ 92.747,88
Porteiro 12 X 36 Noturno	GRAGOATÁ	1	R\$ 8.431,89	R\$ 8.431,89	R\$ 101.182,68
TOTAL 12 MESES					R\$ 674.539,56

4. Pela mesma lógica, parte do custo com os motoristas foi coberto com os recursos do PNAES em razão dos profissionais serem contratados, majoritariamente, para direção do BusUFF e para viagens de campo, conforme detalhamento a seguir, evidenciando-se assim o uso do recurso de forma parcial para os custos apresentados.

POSTO	LOCAL	QTDADE	VALOR POSTO	VALOR MENSAL	VALOR SEMESTRAL
Mot. Ônibus	BUSUFF	20	R\$ 4.764,00	R\$ 95.280,00	R\$ 571.680,00
TOTAL 6 MESES (FIM CONTRATO)					R\$ 571.680,00

5. Já os empenhos realizados no subelemento 339039-82 tratam-se de serviços de controle ambiental destinados exclusivamente à desinsetização e desratização das Moradias Estudantis de Niterói e Rio das Ostras, bem como das dependências dos Restaurantes Universitários, conforme Termo de Contrato e anexos.

6. Esclarecemos, ainda, que o aumento da despesa empenhada se deve, também, a utilização fracionada do recurso do PNAES no 1º semestre de 2020 de maneira mais regular que em 2019, sempre destinados ao público alvo do Plano Nacional de Assistência Estudantil. Do exposto, informamos que já foram emitidos suficientes para coberturas orçamentárias da vigência do contrato, diferente do realizado no 1º semestre de 2019, onde concentrou-se a execução no 2º semestre.

(Ofício 124/2020/SA/PROAD/UFF, 07/08/20).

Em consulta à *internet*, por meio do *link* <http://www.uff.br/?q=contratos>, verificou-se que o objeto do contrato nº 35/2019 está em conformidade com as informações da PROAD, sendo contratada a empresa Plataforma Terceirização de Serviços EIRELLI. O contrato assinado em 28/10/19, contempla mão-de-obra, materiais e equipamentos, no valor mensal estimado de R\$ 1.136.646,25, e total de R\$ 13.639.755,02 (12 meses), constando um total de 337 funcionários (porteiros, zeladores e supervisores). Segundo o Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 51/2019/AD, processo nº 23069.005566/2019-57, respectivo ao mencionado contrato, o objeto deve atender as dependências da UFF no Estado do Rio de Janeiro.

Quanto ao contrato nº 23/2019, constatou-se que o objeto está em conformidade com as informações da PROAD, sendo o contratada a empresa EPIC Serviços e Locações LTDA. O contrato assinado em 11/07/19, contempla mão-de-obra, materiais e equipamentos, no valor mensal estimado de R\$ 237.297,78, e total de R\$ 2.847.537,35 (12 meses), constando 30 motoristas de ônibus; além de 2 motoristas de caminhão, 19 motoristas de utilitários, 1 encarregado e 100 diárias. Segundo o Edital de Licitação UFF/ Pregão Eletrônico nº 38/2019/AD, processo nº 23069.005640/2018-54, respectivo ao mencionado contrato, o objeto deve atender as seguintes dependências da UFF:

1.3. – Os serviços serão prestados no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, no município de Niterói onde se localiza sua sede e nos polos Universitários de Ensino nas cidades de Campos dos Goytacazes, Nova Friburgo, Rio das Ostras, Santo Antônio de Pádua, Volta Redonda, Petrópolis, Macaé, Angra dos Reis, onde foram intensificados a criação de novos cursos e a correspondente estrutura técnico-administrativas.

Outras despesas, apesar de empenhadas no exercício, também não foram realizadas durante o 1º semestre, conforme mostra o Quadro 31. São elas: Limpeza e Conservação; Serviços de Gás; e Serviços de Controle Ambiental.

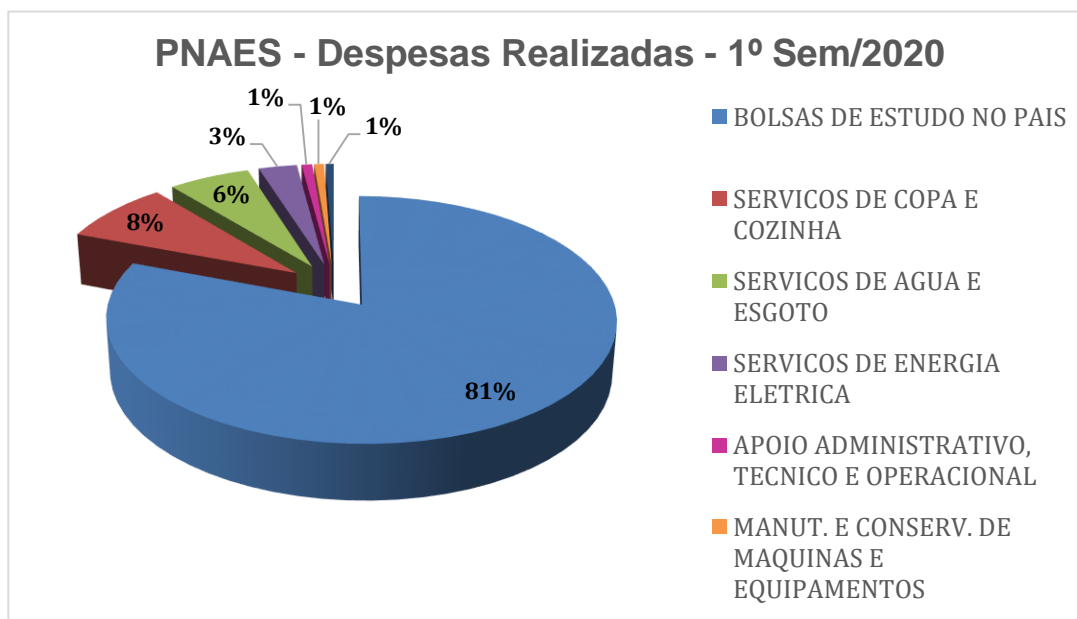
Quadro 31-Despesas Empenhadas, Liquidadas, Pagas e a Pagar - PNAES-1º Semestre/2020 (R\$)

Despesas PNAES - 1º Sem/2020				
Descrição da Natureza de Despesa	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Despesas a Pagar
BOLSAS DE ESTUDO NO PAIS	6.716.945,00	6.688.619,50	5.509.766,50	1.207.178,50
SERVICOS DE COPA E COZINHA	2.140.000,00	687.811,74	687.811,74	1.452.188,26
SERVICOS DE AGUA E ESGOTO	650.000,00	498.756,56	0,00	650.000,00
SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA	1.500.000,00	234.714,51	234.714,51	1.265.285,49
APOIO ADMINISTRATIVO, TECNICO E OPERACIONAL	513.043,58	64.386,14	64.386,14	448.657,44
MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	228.571,68	60.111,20	60.111,20	168.460,48
LIMPEZA E CONSERVACAO	65.600,00	48.592,60	48.592,60	17.007,40
GENEROS DE ALIMENTACAO	13.600,00	13.600,00	13.600,00	0,00
MATERIAL DE COPA E COZINHA	3.925,00	3.925,00	3.925,00	0,00
MATERIAL DE CONSUMO - PAGTO ANTECIPADO	2.000,00	2.000,00	2.000,00	0,00
OUTROS SERV.DE TERCEIROS PJ- PAGTO ANTECIPADO	2.000,00	2.000,00	2.000,00	0,00
SERVICOS DE CONTROLE AMBIENTAL	4.624,41	756,74	756,74	3.867,67
JUROS	452,14	452,14	452,14	0,00
MULTAS INDEDUTIVEIS	356,80	356,80	356,80	0,00
OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS - MULTAS INDEDUTIVEIS	5,03	5,03	5,03	0,00
OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS - JUROS	0,72	0,72	0,72	0,00
LIMPEZA E CONSERVACAO	152.091,24	0,00	0,00	152.091,24
SERVICOS DE GAS	203.634,36	0,00	0,00	203.634,36
SERVIÇOS DE CONTROLE AMBIENTAL	46.083,31	0,00	0,00	46.083,31
Total	12.242.933,27	8.306.088,68	6.628.479,12	5.614.454,15

Fonte: Tesouro Gerencial - SIAFI / DCF; formatação AT/CUR.

O Quadro 31 mostra um total das despesas realizadas (liquidadas) com o PNAES no 1ºSem/2020 de R\$ 8.306.088,68 (68%), das quais R\$ 6.628.479,12 foram pagas (54%). O Gráfico 1 apresenta as despesas realizadas com o PNAES, de acordo com a representatividade de cada uma. A despesa mais significativa foi “Bolsas de Estudo no País”, com 81% de representatividade em relação ao total das despesas com o PNAES.

Gráfico 1 – Alocação - PNAES - 1º Semestre/2020 (%)



Fonte: Tesouro Gerencial - SIAFI/ com base do quadro do DCF; formatação AT/CUR.

Nota: As despesas que apresentaram percentual menor que 1% não foram destacadas no gráfico.

O quadro a seguir apresenta a parcela do PNAES destinada especificamente ao “Auxílio Financeiro a Estudantes”, representando as bolsas e programas de assistência social da UFF:

PNAES - 1º Sem/2020 - Auxílio Financeiro a Estudantes				
Bolsa / Programa de Assistência Estudantil	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Despesas a Pagar
PROGRAMA DESENVOLVIMENTO ACADEMICO	2.501.490,00	2.495.770,00	2.091.850,00	409.640,00
BOLSA ACOLHIMENTO PARA ESTUDANTES INGRESSANTES	1.588.300,00	1.588.300,00	1.326.500,00	261.800,00
PROGRAMA AUXILIO MORADIA	977.400,00	975.600,00	813.900,00	163.500,00
BOLSA AUXILIO ALIMENTAÇÃO	578.160,00	577.680,00	433.440,00	144.720,00
PROAES - PROCESSOS FORMATIVOS INTERDISCIPLINARES	321.700,00	321.250,00	270.250,00	51.450,00
BOLSA AUXILIO TRANSPORTE	297.825,00	297.000,00	223.025,00	74.800,00
BOLSA APOIO AO ESTUDANTE COM DEFICIENCIA	96.000,00	96.000,00	80.000,00	16.000,00
BOLSAS PROMISAES	89.568,00	89.568,00	71.530,00	18.038,00
PROGRAMA UFF ATIVA	66.000,00	66.000,00	55.000,00	11.000,00
BOLSA APOIO A INCLUSAO	61.600,00	61.600,00	41.360,00	20.240,00
PROGRAMA CAPACITACAO DISCENTE.	60.000,00	60.000,00	50.000,00	10.000,00
BOLSAS PROMISAES	19.282,00	19.282,00	19.282,00	0,00
PROAES - BOLSA DE APOIO EMERGENCIAL	26.400,00	17.200,00	17.200,00	9.200,00
PROAES- CURSO DE PRIMEIROS SOCORROS	9.600,00	9.600,00	8.000,00	1.600,00
BOLSA AUXILIO MATERIAL DIDATICO	11.890,00	4.763,50	143,50	11.746,50
BOLSA APOIO A EVENTO	5.850,00	3.126,00	3.126,00	2.724,00
BOLSA AUXILIO CRECHE	2.400,00	2.400,00	2.000,00	400,00
BOLSA AUXILIO SAUDE	2.160,00	2.160,00	1.840,00	320,00
BOLSA APOIO A INCLUSAO	1.320,00	1.320,00	1.320,00	0,00
Total	6.716.945,00	6.688.619,50	5.509.766,50	1.207.178,50

Fonte: Tesouro Gerencial - SIAFI; formatação AT/CUR.

Conforme mostra o Quadro 32, no 1º Sem/2020 foram empenhados R\$ 6.716.945,00. Comparando ao exercício de 2019, quando havia sido empenhado R\$ 5.454.944,50 para esta rubrica, em 2020 houve um aumento de 23% da destinação dos recursos PNAES para bolsas e programas assistenciais.

Dos valores empenhados no 1º Sem/2020 para “Auxílio Financeiro a Estudante” foram realizados (liquidados) R\$ 6.688.619,50, dos quais foram pagos R\$ 5.509.766,50. Os itens de assistência social da UFF realizados em 2020 mais representativos foram: “Programa de Desenvolvimento Acadêmico” com R\$ 2.495.770,00, “Bolsa de Acolhimento para Estudantes Ingressantes” com R\$ 1.588.300,00, “Programa Auxílio Moradia” com R\$ 975.600,00, e “Bolsa Auxílio Alimentação” com R\$ 577.680,00.

3.4.2 Termos de Execução Descentralizada (TED)

Os Termos de Execução Descentralizada são instrumentos jurídicos utilizados para formalizar as descentralizações de créditos entre órgãos e/ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) da União, destinados à:

(...) execução de ações de interesse da unidade orçamentária descentralizadora e consecução do objeto previsto no programa de trabalho, respeitada fielmente a classificação funcional programática.
O TED vem substituindo as operações de descentralizações que antes eram firmados através de Termo de Cooperação ou Termo de Convênio.
(DCF, 2018, Desempenho Orçamentário e Financeiro)

Conforme informações obtidas junto ao DCF (ANEXO VIII), no 1ºSem/2020, de um total de R\$ 30.558.661,16, respectivo à soma dos valores contratuais de 13 créditos financeiros descentralizados, oriundos de 8 órgãos (ou unidades repassadoras), a UFF recebeu 68%, correspondendo a um montante de R\$ 20.744.954,27. Restou um saldo total de R\$ 9.813.706,89 (32%) de créditos descentralizados a receber até o prazo do cumprimento do objeto contratual.

Todos os objetos contratuais respectivos aos TED's constantes do ANEXO VIII encontram-se dentro do período vigente até 30/06/20. Alguns findam no 2º Sem/2020, e outros, no exercício de 2021.

O quadro a seguir apresenta os maiores valores contratuais dos créditos descentralizados.

Quadro 33-Maiores Valores Contratuais dos TEDs-1º Sem/2020 (Valores acima de R\$100mil) (R\$)

Maiores Valores Contratuais dos TED's - 1º Sem/2020								
Nº TED	Razão Social da Unidade Repassadora	Título do Objeto da Despesa	Prazo para o cumprimento do objeto	Valor Contratual R\$	AV %	Vr. Repasse Recebido R\$	AV %	Execução Data da Liberação
8973/2020	Coord-Geral de Sup. a Gestão Orcament/Spo/Mec	Bolsas de Residência em Saúde (Simec)	31/01/2021	11.246.196,03	36,80	7.505.457,27	36,18	jan a jun-20
84/2019	Fundo Nacional de Saúde	Estudo e pesquisa para aprimoramento da rede e promoção do acesso aos serviços de saúde	29/03/2021	6.098.786,00	19,96	5.423.185,40	26,14	mai-20
125/2019	Fundo Nacional de Saúde	Capacitação em Política Nacional de Humanização	10/06/2021	3.930.330,00	12,86	3.930.330,00	18,95	abr e mai-20
9326/2020	Coord-Geral de Sup. a Gestão Orcament/Spo/Mec	Recuperação e Estabilização do Talude da Reitoria	31/12/2020	3.721.810,40	12,18	-	-	-
9244/2020	Coord-Geral de Sup. a Gestão Orcament/Spo/Mec	Ações de Enfretamento ao COVID-19	31/12/2020	2.956.891,75	9,68	1.304.080,02	6,29	jun-20
85/2019	Fundo Nacional de Saúde	Estudo e pesquisa para aprimoramento da rede e promoção do acesso aos serviços de saúde	26/02/2021	1.674.309,00	5,48	1.674.309,00	8,07	jun-20
03/2017	Inst. Fed. de Educ., Cienc. e Tec. do Mato Grosso	Mestrado em Administração na UFF	09/10/2020	302.000,00	0,99	302.000,00	1,46	mai-20
3/2017	Centro Fed. de Educ. Tecnol. Celso S. da Fonseca	Mestrado Profissional em Sistema de Gestão	31/08/2020	272.250,00	0,89	272.250,00	1,31	abr a jun-20
65000/2016-001/00	Comando da Marinha	TED entre DSM e UFF - Saúde Naval (Nucleo Vitamina) H-121 JH	01/03/2021	173.703,69	0,57	173.703,69	0,84	mar-20
Total dos TED's com valores contratuais acima de R\$ 100 mil				30.376.276,87	99,40	20.585.315,38	99,23	
Total dos TED's com valores contratuais abaixo de R\$ 100 mil				182.384,29	0,60	159.638,89	0,77	
Total Geral				30.558.661,16	100	20.744.954,27	100	

Fonte: SIAFI; SIMEC; Documentos/DCF; formatação AT/CUR

Os valores dos nove TED's acima de R\$ 100mil (Quadro 33) somam R\$ 30.376.276,87, significando 99,40% do total contratado. Desses créditos descentralizados o valor somado de R\$ 20.585.315,38 (99,23%) foi recebido durante o 1º Sem/2020. Desses TED's de maiores valores, cinco estão relacionados a projetos de saúde; com destaque para o objeto "Ações de Enfretamento ao COVID-19", TED no valor contratual de R\$ 2.956.891,75; sendo recebidos R\$ 1.304.080,02 no semestre analisado.

Observou-se que a UFF não recebeu nenhum repasse financeiro referente a três TED's, durante o 1º Sem/2020, os quais encontravam-se ainda vigentes no período analisado. São eles:

Valores Contratuais de TEDs não Repassados - 1º Sem/2020					
Nº TED	Razão Social da Unidade Repassadora	Título do Objeto da Despesa	Prazo para o cumprimento do objeto	Valor Contratual R\$	Vr. Repasse Recebido R\$
9326	Coord-Geral de Sup. a Gestão Orcamento/ Spo/Mec	Recuperação e Estabilização do Talude da Reitoria	31/12/2020	3.721.810,40	0,00
6985/2018	Fund. Coord. de Aperf. de Pessoal Nivel Superior	Mestrado em Profissional em Química	31/12/2021	11.781,60	0,00
6317/2018	Fund. Coord. de Aperf. de Pessoal Nivel Superior	Mestrado Profissional em História	31/12/2020	10.963,80	0,00
Total a Receber				3.744.555,80	0,00

Fonte: SIAFI; SIMEC /DCF; formatação: AT/CUR.

3.5 Análise das Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Os valores dos saldos de caixa apresentados nessa Demonstração (Quadro 08 do Capítulo 2) são os mesmos do Balanço Financeiro (Quadro 07 do Capítulo 2), sendo o saldo inicial (01/01/20) do Caixa e Equivalentes de Caixa de R\$ 156.191.820,04 (cento e cinquenta e seis milhões, cento e noventa e um mil, oitocentos e vinte reais e quatro centavos), e o saldo final (30/06/20) de R\$ 181.915.629,10 (cento e oitenta e um milhões, novecentos e quinze mil, seiscentos e vinte e nove reais e dez centavos). As outras informações extraídas relacionam-se aos tipos de fluxos de caixa da instituição.

Os Fluxos de Caixa mais movimentados na UFF no 1º Sem/2020 foram os das “Atividades Operacionais”, sendo o total dos Ingressos de R\$ 1.340.207.631,49, contra R\$ 1.299.747.809,80 de Desembolsos; o que resultou em um saldo de R\$ 40.459.821,69. O ingresso mais representativo desse grupo referiu-se às “Transferências Financeiras Recebidas” (98,82%), com materialidade de R\$ 1.324.426.952,03. O maior desembolso desse fluxo relacionou-se às “Despesas de Pessoal com Educação”, significando 45,51%, no valor de R\$ 591.479.149,72; seguido das Despesas de Pessoal com a Previdência Social, de 29%, no valor de R\$ 376.974.750,74.

Todos os ingressos financeiros da UFF se referiram às atividades operacionais, tanto no exercício de 2020, como no de 2019. Em relação aos desembolsos, a maior concentração referiu-se também às atividades operacionais, sendo 98,88% em 2020 e 99,25% em 2019.

4. ACHADOS DE AUDITORIA

4.1 Achados de Auditoria do 1º Sem/2020

01. Ausência de Regimento Interno da PROPLAN.

Não houve publicação de Regimento Interno.

No Relatório de Auditoria Anual de Contas do exercício de 2016, Relatório nº: 201700832, a CGU, na avaliação do cumprimento das recomendações, reiterou a fragilidade no atendimento das recomendações, pela UFF, impactando na gestão da Unidade³¹ e, por conseguinte, na normatização das competências do DCF.

02. Ausência de identificação e avaliação de riscos dos diversos processos e atividades realizadas pelo DCF.

Não foi evidenciada a implementação da identificação nem a avaliação de riscos dos diversos processos e atividades realizados pelo DCF.

03. Aumento dos Créditos a Receber por Cessão de Pessoal. Conta Contábil: 1.1.3.8.1.12.00.

Na comparação dos dados do 1º Sem/2020 com os do 2º Sem/2019, foi observado aumento da dívida de três cessionários em 497,84%, 366,89% e 160,91%, respectivamente, Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, Prefeitura Municipal de Niterói e Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. Os cessionários citados representam 30,30% do saldo de créditos a receber no 1º Sem/2020.

04. Créditos a receber por cessão de pessoal sem a observância de pagamento da dívida. Conta Contábil: 1.1.3.8.1.12.00.

Na comparação dos dados do 1º Sem/2020 com os dados dos dois períodos anteriores, pode-se observar saldos que permaneceram inalterados, sem os devidos decréscimos por pagamento da dívida, durante todo o período analisado. Destaque dado para os cessionários Governo do Estado do Rio de Janeiro e os Municípios de Itaboraí, Nova Iguaçu e de Volta Redonda que juntos representam 36,72% do montante dos Créditos a Receber por Cessão de Pessoal.

³¹ Relatório nº: 201700832, da CGU, p.12. Disponível em: <<https://auditoria.cgu.gov.br/download/10632.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

05. Créditos a Receber Decorrentes de Folha de Pagamento sem a observância de registro periódico de reposição ao erário, referentes a pagamentos indevidos. Conta Contábil: 1.1.3.8.1.17.00.

Na análise, por amostragem, dos registros no SIAFI, observou-se ausência de registro do desconto em folha de pagamento dos débitos apurados em processos de acumulação de cargos indevidos.

06. Ausência de realização do inventário dos “Estoques”. Conta Contábil: 1.1.5.0.0.00.00.

Da análise dos saldos das contas de “Mercadorias para Venda ou Revenda” e de “Outros Estoques-Material de Consumo para Distribuição”, ao longo do exercício de 2019 até o 1º sem/2020, depreende-se que não houve qualquer movimentação. De tal fato, evidencia a não realização de inventário anual.

07. Ausência de baixa no estoque de mercadorias adquiridas para venda ou revenda. Conta Contábil: 1.1.5.1.1.01.01.

Dos saldos da conta contábil “Mercadoria para Venda ou Revenda” dos períodos 1º Sem/2020 e no encerramento dos exercícios de 2019 e 2018, não guardam conformidade com a arrecadação de receitas oriundas da venda de livros, periódicos e semelhantes.

08. Ausência de atualização dos montantes devidos, de alguns devedores, inscritos em “Dívida Ativa Não Tributária/Créditos a Longo Prazo”, incorrendo em avaliação equivocada do Ativo. Conta Contábil: 1.2.1.1.1.05.00.

Na análise dos dados foram observados saldos devedores sem a atualização monetária.

09. Controle deficiente dos bens patrimoniais intangíveis da UFF. Conta Contábil: 1.2.4.0.0.00.00

Devido ao fato de o Setor Contábil ter classificado os softwares da Universidade sem a adoção de critérios baseados no tempo da vida útil deles, registrando-os, todos, como “Softwares com vida útil indefinida”, o procedimento de amortização desses bens apresentou-se prejudicado.

Assim sendo, o aumento de 204,89% no saldo da conta “Softwares”, em comparação ao período imediatamente anterior e a observação de ausência de registro na conta “Amortização Acumulada de Softwares”, torna maior o risco de prejuízo da autenticidade das informações sobre o valor total da conta “Softwares”, que no período analisado apresentou um saldo significativo de quase R\$ 7,6 milhões.

4.2 Achados de Auditoria de Semestres Anteriores

Achado nº 01. Ausência de Regimento Interno do DCF.

RA0320001 - Recomenda-se à PROPLAN estabelecer um cronograma de ações visando a aprovação do seu Regimento Interno, e por conseguinte, as competências do DCF.

Recomendação nº	Prazo de atendimento	Situação	Providência	Manifestação
RA0320001 (é a mesma recomendação nº 01 do PA nº 03/2019).	20/08/2020	Concluída	Recomendação consolidada em outra recomendação (RA0520001).	Não houve manifestação

Achado nº 02. Ausência de informação quanto aos objetivos estratégicos do DCF referentes às Demonstrações Contábeis.

RA0320002 - Recomenda-se ao DCF divulgar os seus objetivos relacionados à elaboração, conferência, análise, conformidade e divulgação das Demonstrações Contábeis em página oficial da UFF.

Recomendação nº	Prazo de atendimento	Situação	Providência	Manifestação
RA0320002 (é a mesma recomendação nº 02 do PA nº 03/2019).	21/09/20	Concluída	Implementada	Ofício DCF nº 127/2020, de 20/08/20 - BS UFF ano LIV, nº 154, p. 45 e 46

Achado nº 03. Ausência de identificação e avaliação de riscos do DCF quanto às atividades pertinentes às Demonstrações Contábeis.

RA0320003. Recomenda-se ao DCF implementar um plano de ações, voltadas para a identificação, avaliação, comunicação e mitigação/eliminação de riscos, com a finalidade de criar e manter controle efetivo das atividades envolvidas nas Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas (elaboração, conferência, análise, conformidade, e divulgação).

Recomendação nº	Prazo de atendimento	Situação	Providência	Manifestação
RA0320003 (é a mesma recomendação nº 03 do PA nº 03/2019).	20/08/20	Cancelada	-	Ofício DCF nº 127/2020 de 20/08/20

Achado nº 04. Ausência de divulgação das Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas no site institucional.

RA0320004. Em virtude da importância da transparência das informações públicas, recomenda-se ao DCF divulgar as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas no site da Universidade Federal Fluminense.

Recomendação nº	Prazo de atendimento	Situação	Providência	Manifestação
RA0320004 (é a mesma recomendação nº 12 do PA nº 03/2019).	21/09/20	Concluída	Implementada	Ofício DCF nº 127/2020 de 20/08/20; e <i>link da internet</i> http://www.uff.br/?q=demonstrativos-contabeis-dcf

Achado nº 05. Aumento de 42,40% e 36,24% dos créditos a receber de dois cessionários, que juntos representam 26,68% do saldo total.

RA0320005. Recomenda-se ao DCF e ao DAP, que adotem procedimentos voltados aos processos de controle e cobrança dos “Créditos a Receber por Cessão de Pessoal”, a fim de evitar que os valores se convertam em Dívida Ativa; ou, futuramente, sejam alcançados em prescrição da dívida.

RA0320006. Recomenda-se ao DCF e ao DAP, que adotem procedimentos de controle sobre os processos de cessão de servidores a outros órgãos, a fim de evitar valores de cobrança a novos cessionários na conta “Créditos a Receber por Cessão de Pessoal”, que se apresentem em contradição à Indicação GAR UFF nº 002/2015.

Recomendação nº	Prazo de atendimento	Situação	Providência	Manifestação
RA0320005 (é a mesma recomendação nº 04 do PA nº 03/2019).	20/08/20	Concluída	Recomendação consolidada em outra recomendação (RA0520002)	Sem manifestação
RA0320006	29/09/20	Em edição	Não houve providência	Sem manifestação

Achado nº 06. Créditos a receber por cessão de pessoal sem a observância de pagamento da dívida. Conta Contábil: 1.1.3.8.1.12.00.

RA0320007. Recomenda-se ao DCF e ao DAP, que promovam revisão dos procedimentos de cobrança, na busca de obtenção da quitação dos valores devidos pelos cessionários à UFF.

Recomendação nº	Prazo de atendimento	Situação	Providência	Manifestação
RA0320007	29/07/20	Concluída	Recomendação consolidada em outra recomendação (RA0520002)	Ofício DCF nº 124/2020 de 17/08/20

Achado nº 07. Ausência de realização do inventário dos “Estoques” para as mercadorias adquiridas para venda ou revenda.

RA0320008. Recomenda-se ao DCF que verifique a conformidade da receita arrecadada com a venda dos produtos comercializados pela EDUFF.

RA0320009. Recomenda-se ao DCF que oriente a EDUFF sobre a obrigatoriedade de realização de inventário anual dos produtos em estoque.

Recomendação nº	Prazo de atendimento	Situação	Providência	Manifestação
-----------------	----------------------	----------	-------------	--------------

RA0320008	29/10/20	Concluída	Recomendação consolidada em outra recomendação (RA0520007)	Sem manifestação
RA0320009	29/10/20	Em edição	Não houve providência	Sem manifestação

Achado nº 08. Fragilidade no controle de processos judiciais extintos ou quitados, incorrendo em ausência de baixa de créditos e, por conseguinte, avaliação equivocada do Ativo. Conta Contábil: 1.2.1.1.1.05.00.

RA0320010. Recomenda-se ao DCF que adote rotina de acompanhamento dos processos judiciais com vistas a atualização contábil tempestiva dos mesmos.

Recomendação nº	Prazo de atendimento	Situação	Providência	Manifestação
RA0320010	29/07/20	Concluída	Recomendação consolidada em outra recomendação (RA0520009)	Ofício DCF 124/2020, de 17/08/2020

Achado nº 09. No exercício de 2019, restou inventariar 29,90% do montante do patrimônio mobiliário. Conta Contábil: 1.2.3.1.0.00.00

RA0320011. Recomenda-se ao DCF que, junto à CAP/SAEP, oriente e promova a realização do inventário anual de modo a garantir que os dados constantes do SISAP e, por conseguinte, os representados nas Demonstrações Contábeis reflitam o real valor do patrimônio mobiliário da UFF.

Recomendação nº	Prazo de atendimento	Situação	Providência	Manifestação
RA0320011	29/01/21	Em edição	Não houve providência	Sem manifestação

Achado nº 10. Inconsistência no saldo da conta “Depreciação Acumulada de Bens Móveis” no 2º Sem/2019. Conta Contábil: 1.2.3.8.1.01.00

RA0320012. Recomenda-se ao DCF que oriente e promova junto à SAEP, a adoção de procedimentos urgentes e necessários visando a atualização do SISAP com vistas ao registro mensal da depreciação dos bens móveis da Universidade, de forma que as informações contábeis (SIAFI) estejam em conformidade com as informações patrimoniais (SISAP), e a transparência destes nas Demonstrações Contábeis.

Recomendação nº	Prazo de atendimento	Situação	Providência	Manifestação
RA0320012 (é a mesma recomendação nº 05 do PA nº 03/2019).	21/12/20	Em execução	Não houve providência	Ofício SAEP 257/2020, de 08/07/2020.

Achado nº 11. Ausência de dados suficientes nos registros contábeis que permitam a adequada identificação do patrimônio imobiliário. Conta Contábil: 1.2.3.2.0.00.00

RA0320013. Recomenda-se de que a CAP/SAEP, ao efetuar lançamentos dos imóveis, junto ao SPIUnet e, por conseguinte, demandar a contabilização destes junto ao DCF, forneça dados suficientes para o registro, tais como: o número e a data do documento oficial; bem como, o respectivo órgão público, relativos à determinação da classificação/reclassificação, permitindo a correta identificação e a transparência dos bens imóveis da UFF.

RA0320014. Recomenda-se ao DCF, que ao efetuar lançamentos contábeis dos imóveis no SIAFI, que neles constem todas as informações necessárias à sua identificação e localização. De forma que, no campo “OBSERVAÇÃO” dos registros contábeis (notas de lançamento etc.), contenham informações suficientes à transparência dos bens imóveis UFF.

Recomendação nº	Prazo de atendimento	Situação	Providência	Manifestação
RA0320013 (é a mesma recomendação nº 06 do PA nº 03/2019).	30/07/20 (Imediato)	Cancelada	-	Ofício DCF nº 124/2020 de 17/08/20, Ofício nº 257/2020/SAEP, de 08/07/2020
RA0320014 (é a mesma recomendação nº 07 do PA nº 03/2019).	30/07/20 (Imediato)	Cancelada	-	Ofício DCF nº 124/2020 de 17/08/20, Ofício nº 257/2020/SAEP, de 08/07/2020

Achado nº 12. Ausência de informações importantes e obrigatórias nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, referentes à conta “Depreciação Acumulada de Bens Imóveis”. Conta Contábil: 1.2.3.8.1.02.00

RA0320015. Recomenda-se ao DCF que divulgue nas Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas da UFF, conforme as determinações do CFC, todas as informações constantes do item 88 da NBC TSP 07/2017. Destacamos que as seguintes informações que não estão sendo divulgadas: “as vidas úteis ou as taxas de depreciação utilizadas”; a “conciliação do valor contábil no início e no final do período”; “as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas no início e no final do período”, para cada classe de ativo imobilizado. Recomenda-se, ainda, observar normas emitidas no MCASP para este mesmo assunto.

Recomendação nº	Prazo de atendimento	Situação	Providência	Manifestação
RA0320015	21/09/20	Concluída	Implementada	Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas da UFF - 2º Trimestre de 2020

Achado nº 13. Ausência de registro de “Amortização Acumulada de Softwares”. Contas Contábeis: 1.2.4.1.0.00.00 e 1.2.4.8.1.01.00

RA0320016. Recomenda-se ao DCF que aplique o que determina o MCASP e promova a revisão dos valores do ativo intangível quanto à testagem de perda de valor destes.

RA0320017. Recomenda-se as áreas: Contabilidade; Patrimônio; Contratos; Compras; TI; e outras áreas pertinentes, a integração de procedimentos no sentido de regularizar as contas “Softwares” e “Amortização Acumulada de Softwares” do grupo Ativo Intangível, por meio de ações específicas em conformidade com o MCASP.

RA0320018. Recomenda-se ao DCF e a outros setores pertinentes, a elaboração do mapeamento do processo de classificação da vida útil dos ativos intangíveis, desde a sua aquisição até a sua contabilização; bem como, da amortização acumulada dos softwares.

Recomendação nº	Prazo de atendimento	Situação	Providência	Manifestação
RA0320016	29/10/20	Concluída	Recomendação consolidada em outra recomendação (RA0520010)	Sem manifestação
RA0320017 (é a mesma recomendação nº 10 do PA nº 03/2019)	20/08/20	Concluída	Recomendação consolidada em outra recomendação (RA0520010)	Sem manifestação

RA0320018	Prorrogado 30/11/20	Em execução	Não houve providência	Sem manifestação
-----------	------------------------	-------------	-----------------------	------------------

Achado nº 14. Ausência de representação da Propriedade Intelectual da UFF, nas Demonstrações Contábeis.

RA0320019. Recomenda-se ao ETCO/AGIR/PROPPI que promova o levantamento de todos os registros de Softwares, Marcas, Patentes etc. em vigência, realizados em nome da UFF, no banco de dados do INPI.

RA0320020. Recomenda-se ao DCF implementar, em conjunto com o ETCO/AGIR/PROPPI, o cronograma de execução para reestruturação administrativa com vistas a regularização contábil do patrimônio intangível da UFF.

RA0320021. Recomenda-se ao ETCO/AGIR/PROPPI que promova a divulgação, no site oficial, de todo o acervo de Propriedade Intelectual da UFF atualizado.

Recomendação nº	Prazo de atendimento	Situação	Providência	Manifestação
RA0320019	29/09/20	Concluída	Implementada	Ofício PROPPI nº 52/2020, de 18/09/2020.
RA0320020 (substitui parte da recomendação nº 09 do PA nº 03/2019).	29/07/20	Cancelada	-	Ofício DCF nº 124/2020, de 17/08/2020. Ofício PROPPI nº 52/2020, de 18/09/2020. http://uff.br/sites/default/files/paginas-internas-orgaos/proppi.pdf
RA0320021	29/10/20	Concluída	Implementada	Ofício PROPPI nº 52/2020, de 18/09/2020. http://etco.uff.br/patentes-uff/

Achado nº 15. Ausência de controle no acompanhamento e na apropriação de receitas advindas da exploração da propriedade intelectual da UFF, e das despesas provenientes dos pedidos de registro junto ao INPI.

RA0320022. Recomenda-se ao ETCO/AGIR/PROPPI, ao DCF/PROPLAN e à PROPPI que promovam apuração e contabilização do valor dos ativos intangíveis gerados internamente: *Softwares*, Marcas, Patentes etc

RA0320023. Recomenda-se ao DCF/PROPLAN e à PROPPI que promovam a apuração e contabilização das prováveis receitas advindas da comercialização de todos os itens referentes a propriedade intelectual desde o nascedouro do fato gerador.

RA0320024. Recomenda-se ao DCF/PROPLAN e à PROPPI que promovam a apuração e contabilização de todas as despesas incorridas em função dos custos com os registros efetuados junto ao INPI (solicitação de registro e anuidades).

RA0320025. Recomenda-se ao ETCO/AGIR/PROPPI, ao DCF/PROPLAN, à PROPPI e à CAP/SAEP que promovam controle operacional e patrimonial (registros INPI, despesas e receitas).

Recomendação nº	Prazo de atendimento	Situação	Providência	Manifestação
RA0320022	29/10/20	Em execução	Não houve providência	Ofício DCF nº 124/2020, de 17/08/2020. Ofício PROPPI nº 52/2020, de 18/09/2020.
RA0320023	29/10/20	Concluída	Implementada	Ofício DCF nº 124/2020, de 17/08/2020. Ofício PROPPI nº 52/2020, de 18/09/2020.
RA0320024	29/10/20	Em execução	Não houve providência	Ofício DCF nº 124/2020, de 17/08/2020. Ofício PROPPI nº 52/2020, de 18/09/2020.

RA0320025 (substitui parte da recomendação nº 09 do PA nº 03/2019).	Prorrogado 29/10/20	Em execução	Não houve providência	Ofício DCF nº 124/2020, de 17/08/2020. Ofício PROPPI nº 52/2020, de 18/09/2020.
---	------------------------	-------------	--------------------------	--

5. RECOMENDAÇÕES

RA0520001 - Recomenda-se à PROPLAN realizar os procedimentos necessários para a aprovação do seu Regimento Interno conforme destacado pela CGU no Relatório nº: 201700832, e, por conseguinte, na normatização das competências do DCF.

Achado nº 01.

Prazo de atendimento: 90 dias

RA0520002 - Recomenda-se ao DCF e ao DAP a adoção de procedimentos voltados aos processos de controle e cobrança dos “Créditos a Receber por Cessão de Pessoal”, a fim de evitar que os valores se convertam em Dívida Ativa; ou, futuramente, sejam alcançados em prescrição da dívida.

Achado nº 03.

Prazo de atendimento: 30 dias

RA0520003: recomenda-se ao DCF e ao DAP a publicação, no Boletim de Serviço da UFF, da Instrução de Serviço Conjunta PROPLAN/PROGEPE, referente às orientações dos procedimentos a serem adotados, em caso de inadimplência dos órgãos beneficiados com a cessão de servidores da UFF.

Achado nº 03.

Prazo de atendimento: 30 dias

RA0520004: Recomenda-se ao DCF a realização dos procedimentos necessários para cumprimento da atualização monetária e dos relativos à inscrição de dívida ativa, no tocante a Créditos a Receber por Cessão de Pessoal, com a finalidade de regularização dos registros contábeis.

Achado nº 04.

Prazo de atendimento: 30 dias

RA0520005 - Recomenda-se ao DAP a realização do desconto em folha de pagamento dos débitos apurados nos processos de acumulação de cargos indevida, assegurando a reposição tempestiva ao erário.

Achado nº 05.

Prazo de atendimento: 30 dias

RA0520006 - Recomenda-se ao DCF o cumprimento dos normativos legais que tratam de inventário anual dos Estoques.

Achado nº 06.

Prazo de atendimento: 180 dias

RA0520007 - Recomenda-se ao DCF promover a conformidade dos registros contábeis decorrentes da receita arrecadada com a venda dos produtos comercializados pela EDUFF.

Achado nº 07.

Prazo de atendimento: 60 dias

RA0520008 - Recomenda-se ao DCF e à EDUFF a realização do levantamento do estoque de mercadorias para venda e revenda e a apuração da receita arrecadada com os serviços de comercialização de livros, periódicos e assemelhados no período de 2018 até o 1º semestre de 2020, com a finalidade de salvaguardar os ativos e a sua correta representação nas demonstrações contábeis.

Achado nº 07.

Prazo de atendimento: 180 dias

RA0520009 - Recomenda-se ao DCF promover ações com o objetivo de atualizar o montante inscrito em Dívida Ativa Não Tributária, dos devedores da referida conta.

Achado nº 08.

Prazo de atendimento: 30 dias

RA0520010 - Recomenda-se ao DCF/PROPLAN, PROPPI, PROAD, SAEP e STI reorganizar as rotinas e o controle patrimonial, no que tange à aquisição e desenvolvimento de ativos intangíveis, como também, a reavaliação periódica das suas vidas úteis classificadas como indefinidas, para a contabilização da respectiva amortização.

Achado nº 09.

Prazo de atendimento: 180 dias

6. CONCLUSÃO

O cenário da atual contabilidade pública no Brasil apresenta-se em fase de adaptação, frente às mudanças inerentes à implantação da Nova Contabilidade Pública Brasileira, que se encontra em andamento e em constante aperfeiçoamento no Processo de Convergência da Contabilidade Pública Internacional para a Contabilidade Pública Brasileira. Esse processo é executado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). As Análises das Demonstrações Contábeis primam pelo enfoque Patrimonial, como determinam o CFC e a STN, e em observância ao enfoque Orçamentário pela lei nº 4.320/64, com as atualizações posteriores, que ainda rege o Direito Financeiro.

Enfatiza-se que o Processo de Convergência Internacional da Contabilidade Pública Brasileira ainda é incipiente, e o CFC estima que deva concluir esse Processo de Conversão da Contabilidade do Setor Público Brasileiro para a Contabilidade Internacional, em aproximadamente, dois anos (2021), que são previsões iniciais.

Do exame, mediante consulta ao SIAFI, observou-se restrição na conformidade contábil das Demonstrações Contábeis de junho de 2020. Essa situação demonstra existência nos registros contábeis de fatos que carecem de regularização.

Da análise das contas contábeis e das informações e manifestações recebidas sobre o 1º Semestre de 2020, constatou-se situações elencadas neste relatório, que podem pecar em fidedignidade à situação real, demandando assim maior ação de controle. Diante das recomendações, os achados que merecem maior destaque são: aumento de créditos a receber de cessionários e/ou ausência de pagamento de suas dívidas; créditos a receber decorrentes de folha de pagamento; ausência de inventário dos estoques; ausência de baixa no estoque de mercadorias adquiridas para venda ou revenda; créditos inscritos na dívida ativa não tributária sem a correspondente atualização monetária; controle deficiente dos bens patrimoniais intangíveis; bem como ausência de Regimento Interno da PROPLAN.

Ressalta-se que o atendimento intempestivo das solicitações desta Unidade de Auditoria Interna, pode configurar omissão de informação e ocasionar a emissão de ressalvas quando da análise das demonstrações contábeis do período seguinte, bem como, no parecer do processo de contas anuais.

Na reunião de encerramento do trabalho, são solicitados às unidades auditadas propostas de planos de ações, contendo objetivo geral, objetivos específicos, cronograma e responsáveis pela execução de cada ação, para atender as recomendações da Auditoria. Cabe ressaltar que a solicitação da proposta de plano de ação está fundamentada nos normativos da CGU:

163. As comunicações devem demonstrar os objetivos do trabalho, a extensão dos testes aplicados, as conclusões obtidas, as recomendações emitidas e **os planos de ação propostos**. [...] (grifo nosso) (CGU, IN nº 03/2017, Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal, p.29).

Tanto o **Relatório de Auditoria** quanto os outros instrumentos definidos pela UAIG **devem**:

[...]

b) **apresentar** os objetivos e o escopo de trabalho de auditoria, a extensão dos testes aplicados, as conclusões, recomendações e **os planos de ação propostos**; (grifos nossos)

[...]

(CGU, IN nº 08/2017, Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal, p. 112 e 113).

O plano de ação é um mecanismo de controle que permite a realização do monitoramento das recomendações. A ausência do plano de ação compromete a efetividade do acompanhamento das providências adotadas pela unidade auditada.

Não obstante, nenhuma unidade enviou a proposta de plano de ação no prazo estabelecido por esta Auditoria. Diante disso, a Auditoria Técnica estará solicitando às unidades auditadas, no prazo de 30 dias após o recebimento deste relatório, as providências adotadas em atendimento às recomendações.

Por fim, destaca-se que, o não atendimento das recomendações sem causa justificada importará na assunção dos riscos decorrentes pelo gestor (CGU, Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal, 2017, p.121).

É o nosso parecer.

À Chefia da Auditoria Interna (AT/CUR), para apreciação.

Niterói-RJ, 25 de setembro de 2020.

Claudia Maria Rodrigues de Souza
Contador
SIAPE 302997

Luise Lyra de Serpa Pinto
Auditor
SIAPE 1788246

Maria das Dores Lima de Souza
Auditor
SIAPE 1422233

Ruy Barbosa Cavalcanti de Amorim
Técnico em Contabilidade
SIAPE 1474775

1 – Aprovo o Relatório de Auditoria nº 005/2020.

2 – Ao Conselho de Curadores, para apreciação.

Patrícia Paula Carvalho de Azevedo
Chefe da Auditoria Técnica/CUR
SIAPE 1465608

ANEXO I – MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA E ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA

Achado nº 01: ausência de Regimento Interno da PROPLAN.

Manifestação da Unidade examinada:

A unidade não enviou plano de ação, nem se manifestou oficialmente.

Análise da equipe de auditoria quanto à manifestação:

Diante da ausência de manifestação, a equipe mantém a recomendação.

Recomendação RA0520001: recomenda-se à PROPLAN realizar os procedimentos necessários para a aprovação do seu Regimento Interno conforme destacado pela CGU no Relatório nº: 201700832, e, por conseguinte, na normatização das competências do DCF.

Achado nº 02: ausência de identificação e avaliação de riscos dos diversos processos e atividades realizadas pelo DCF.

Manifestação da Unidade examinada:

“Conforme manifestado em reunião voltamos a explicitar que em nosso entendimento as Demonstrações Contábeis são um produto resultante dos diversos processos que acontecem nas 10 (dez) divisões do DCF e nas divisões das 9 (nove) Unidades Gestoras Executoras da UFF. Desta forma, a recomendação voltada para o DCF de elaboração de um plano de ação para identificação de riscos destes processos seria o mesmo que um plano de ação para todas as atividades executadas no DCF e nas UG’s. Isto requereria ações das quais o DCF não tem alcance de competência técnica ou regimental, nem estrutura de pessoal, além do agravante da complexidade que envolve estas atividades em geral.

Mesmo assim, no DCF, através de uma Coordenação da PROPLAN, já foram realizados levantamentos de identificação de riscos nas áreas de suprimentos de fundos por Cartão corporativo e nos processos de pagamentos de concessionárias. Porém, este levantamento faz parte de um plano de ações implementado pela Coordenação de Avaliação, que tem competências relacionadas à área de gestão de riscos na PROPLAN. Neste plano, uma das premissas de ação é que a prioridade nos levantamentos estaria sendo dada aos processos que já estão com fluxogramas desenhados e também executados no Sistema Eletrônico de Informações – SEI. Considerando que já há um plano de ação neste sentido na PROPLAN, entendemos ser incompatível para o DCF a recomendação nestes moldes”. (Ofício DCF/PROPLAN nº 141/2020, de 18/09/2020).

Análise da equipe de auditoria quanto à manifestação:

Diante da manifestação da unidade auditada, verificou-se que a recomendação envolveria diversos processos e atividades realizados por outras unidades administrativas da UFF, uma vez que as Demonstrações Contábeis não representam um processo, mas sim, um produto, resultado final de vários processos da UFF. Devido ao de existir uma Coordenação específica na PROPLAN, envolvida com a implementação de um plano de ações relacionado à identificação de riscos das diversas áreas de gestão da Pró-Reitoria, incluindo o DCF e, ainda, compreendendo a necessidade dela seguir uma prioridade de atendimento no mapeamento de riscos, a equipe de auditoria entendeu que esse achado não gerou recomendação.

Achado nº 03: aumento dos Créditos a Receber por Cessão de Pessoal. Conta Contábil: 1.1.3.8.1.12.00.

Manifestação da Unidade examinada:

“Como informado na última reunião, O DCF em conjunto com o DAP elaborou em 2018 uma Instrução de Serviço, sob a orientação da Procuradoria, visando a cobrança dos processos relacionados à cessão de pessoal para outros órgãos. Desde 2018, estamos atuando em conjunto para evitar falhas na cobrança.

Porém, o pagamento pelos cessionários depende das prioridades que eles dão às suas dívidas. Dos três órgãos citados no Relatório de Auditoria, a ALERJ foi quitada em julho, a Prefeitura de Campos está em fase de cobrança pré-judicial e a Prefeitura de Niteroi foi quitada em agosto. Não entendemos ser necessário um plano de ação tendo em vista que a rotina já está estabelecida”. (Ofício DCF/PROPLAN nº 141/2020, de 18/09/2020).

Análise da equipe de auditoria quanto à manifestação:

A unidade se manifestou informando que há rotina de cobrança; no entanto, não foram informadas a esta Auditoria evidências que comprovem os processos de controle e cobrança, bem como a não comprovação dos pagamentos e da cobrança pré-judicial referentes aos cessionários citados. A Instrução de Serviço Conjunta PROPLAN/PROGEPE de 2018, mencionada na manifestação, ainda não possui validade por não ter sido publicada no Boletim de Serviço da UFF. Além disso, as unidades não enviaram plano de ação conjunto para a recomendação emitida. Diante disso, a equipe mantém a recomendação até que os procedimentos realizados sejam comprovados com efetividade.

Recomendação RA0520002: recomenda-se ao DCF e ao DAP a adoção de procedimentos voltados aos processos de controle e cobrança dos “Créditos a Receber por Cessão de Pessoal”, a fim de evitar que os valores se convertam em Dívida Ativa; ou, futuramente, sejam alcançados em prescrição da dívida.

Recomendação RA0520003: recomenda-se ao DCF e ao DAP a publicação, no Boletim de Serviço da UFF, da Instrução de Serviço Conjunta PROPLAN/PROGEPE, referente às orientações dos procedimentos a serem adotados, em caso de inadimplência dos órgãos beneficiados com a cessão de servidores da UFF.

Achado nº 04: créditos a receber por cessão de pessoal sem a observância de pagamento da dívida. Conta Contábil: 1.1.3.8.1.12.00.

Manifestação da Unidade examinada:

“O DCF é co-autor da IS Conjunta citada na recomendação e tem feito o que consta nos artigos 9, 10 e 11 Na conta de controle alguns saldos permanecem inalterados devido a diversos motivos.

Governo do Estado do Rio de Janeiro apresenta comprovante de pagamento do sistema estadual SIAFEN que ainda não foi possível atestar o crédito junto ao Banco do Brasil apesar das diversas tentativas de localizar o depósito.

Município de Itaboraí – O processo encontra-se na Proger desde 03/08/2007.

Município de Nova Iguaçu – Após esgotados os trâmites de cobrança pré-judicial o processo foi enviado à Proger em agosto de 2020 para inscrição em Dívida Ativa.

Município de Volta Redonda – O processo foi enviado à Proger em agosto de 2020. Estamos aguardando o retorno com as informações. O plano de ação para o cumprimento das normas não se faz necessário pois já faz parte da rotina dos dois departamentos o cumprimento desta instrução de serviço”. (Ofício DCF/PROPLAN nº 141/2020, de 18/09/2020).

Análise da equipe de auditoria quanto à manifestação:

Diante da manifestação da unidade, faltaram evidências que comprovem o pagamento citado, e os procedimentos realizados junto à PF/UFF. Além disso, não foi enviado o plano de ação da recomendação emitida. Diante disso, a equipe mantém a recomendação até que os procedimentos realizados sejam comprovados.

Recomendação RA0520004: recomenda-se ao DCF a realização dos procedimentos necessários para cumprimento da atualização monetária e dos relativos à inscrição de dívida ativa, no tocante a Créditos a Receber por Cessão de Pessoal, com a finalidade de regularização dos registros contábeis.

Achado nº 05: créditos a Receber Decorrentes de Folha de Pagamento sem a observância de registro periódico de reposição ao erário, referentes a pagamentos indevidos. Conta Contábil: 1.1.3.8.1.17.00.

Manifestação da Unidade examinada:

A unidade não se manifestou oficialmente. Apesar disso, o DCF informou que “O desconto já é realizado em folha de pagamento” (Ofício DCF/PROPLAN nº 151/2020, 18/09/2020).

Análise da equipe de auditoria quanto à manifestação:

Diante da informação obtida junto ao DCF, não foram evidenciadas a comprovação do desconto em folha de pagamento referentes aos créditos em questão. Por este motivo, a equipe mantém a recomendação até que os procedimentos realizados sejam comprovados.

Recomendação RA0520005: recomenda-se ao DAP a realização do desconto em folha de pagamento dos débitos apurados nos processos de acumulação de cargos indevida, assegurando a reposição tempestiva ao erário.

Achado nº 06: ausência de realização do inventário dos “Estoques”. Conta Contábil: 1.1.5.0.0.00.00.

Manifestação da Unidade examinada:

“Com relação ao inventário de estoque de mercadorias para venda e revenda, após entendimentos com a atual Direção da EDUFF, estão sendo realizados os lançamentos nesta conta relativo aos anos de 2018, 2019 e 2020. Tal atraso ocorreu devido ao não envio dos mapas de venda e revenda pela antiga Direção da Editora, apesar de o DCF ter enviado equipe de tomada de contas ao local e levantado o estoque naquele momento”. (Ofício DCF/PROPLAN nº 141/2020, de 18/09/2020).

Análise da equipe de auditoria quanto à manifestação:

A unidade manifestou-se informando que está realizando os lançamentos contábeis, referentes ao inventário de estoque de mercadoria para venda e revenda. No entanto, os referidos lançamentos não foram evidenciados, assim como a não comprovação do processo de tomada de contas. Além disso, não foi enviado um plano de ações para

cumprimentos dos normativos. Diante disso, a equipe mantém a recomendação até que os procedimentos realizados sejam comprovados.

Recomendação RA0520006: recomenda-se ao DCF o cumprimento dos normativos legais que tratam de inventário anual dos Estoques.

Achado nº 07: ausência de baixa no estoque de mercadorias adquiridas para venda ou revenda. Conta Contábil: 1.1.5.1.1.01.01.

Manifestação da Unidade examinada:

Referente à RA0520007:

“Não se faz necessário plano de ação para realização de tal conformidade, tendo em vista que trata-se de uma atividade de rotina que sofreu descontinuidade devido ao não envio dos mapas pela Editora. Com o retorno à regularidade dos envios os registros contábeis voltarão à sua rotina normal”. (Ofício DCF/PROPLAN nº 141/2020, de 18/09/2020).

Referente à RA0520008:

“Considerando a proximidade do encerramento do exercício será realizado o procedimento de inventário de estoque de mercadorias para venda, revenda e em consignação dentro das rotinas de final de ano. Além, disso será realizado a apuração das receitas arrecadadas pela Editora no ano de 2020 e nos dois anos anteriores. O resultado desta apuração, qualquer que seja, será comunicado a AT/CUR e à Direção da Editora para providências cabíveis”. (Ofício DCF/PROPLAN nº 141/2020, de 18/09/2020).

Análise da equipe de auditoria quanto à manifestação:

Referente à RA 0520007, a unidade manifestou-se justificando que a conformidade dos registros contábeis, decorrentes da receita arrecadada, não foi realizada devido a uma descontinuidade de rotina. Isso ocorreu devido ao não envio dos mapas pela Editora. Informou, ainda, que a rotina será regularizada com o envio dos mapas. No entanto, não foi enviado um plano de ações que demonstre como a execução será realizada para a regularização da conta. Diante disso, a equipe de auditoria mantém a recomendação até que a conta seja regularizada.

Referente à RA0520008, a unidade informou que realizará o inventário de estoque de mercadorias para venda, revenda e em consignação dentro das rotinas de final de ano; além da apuração da receita arrecadada do período solicitado pela recomendação. No entanto, não foi enviado um plano de ações conjunto. Diante disso, a equipe mantém a recomendação.

Recomendação RA0520007: recomenda-se ao DCF promover a conformidade dos registros contábeis decorrentes da receita arrecadada com a venda dos produtos comercializados pela EDUFF.

Recomendação RA0520008: recomenda-se ao DCF e à EDUFF a realização do levantamento do estoque de mercadorias para venda e revenda e a apuração da receita arrecadada com os serviços de comercialização de livros, periódicos e assemelhados no período de 2018 até o 1º semestre de 2020, com a finalidade de salvaguardar os ativos e a sua correta representação nas demonstrações contábeis.

Achado nº 08: ausência de atualização dos montantes devidos, de alguns devedores, inscritos em “Dívida Ativa Não Tributária/Créditos a Longo Prazo”, incorrendo em avaliação equivocada do Ativo. Conta Contábil: 1.2.1.1.1.05.00.

Manifestação da Unidade examinada:

“Esta conta foi atualizada em 30/06 e os valores nela presentes serão atualizados a cada 6 meses. Informamos que foi enviado um ofício à proger para que esta nos informe a situação jurídica dos processos judiciais dos créditos inscritos em dívida ativa”. (Ofício DCF/PROPLAN nº 141/2020, de 18/09/2020).

Análise da equipe de auditoria quanto à manifestação:

A unidade informou que a atualização do montante inscrito em dívida ativa é realizada semestralmente. Informou, ainda, que solicitou à PF/UFF a situação jurídica dos processos referentes aos créditos inscritos em dívida ativa. No entanto, não foi enviada cópia do Ofício DCF à PF/UFF, nem o plano de ações solicitado por esta Auditoria. Diante disso, mantém-se a recomendação até que a conta seja atualizada.

Recomendação RA0520009: recomenda-se ao DCF promover ações com o objetivo de atualizar o montante inscrito em Dívida Ativa Não Tributária, dos devedores da referida conta.

Achado nº 09: controle deficiente dos bens patrimoniais intangíveis da UFF. Conta Contábil: 1.2.4.0.0.00.00

Manifestação da Unidade examinada:

“Foram realizadas duas reuniões com a PROPPi, AGIR, ETCO, PROAD, CAP/SAEP e DCF com o intuito de conhecer as rotinas e o controle patrimonial

destas áreas e entender o processo de aquisição e desenvolvimento dos ativos intangíveis, como também, a correta classificação da vida útil desses bens e a mensuração do seu valor. O objetivo é verificar a necessidade de registro de cada intangível e a consequente amortização, se for o caso. Para que os intangíveis possam ser registrados é necessário que, com segurança e certa precisão, tenham seu valor mensurado, vida útil estimada e ainda constatado um potencial de benefício presente ou futuro ou potencial de serviços esperados. Para que possamos atender a recomendação RA0520012 é necessário eliminar este quadro de dúvidas e constatar que se faz necessário pensar em um plano de ação. Ao final da próxima reunião estaremos em condição de decidir sobre a necessidade de implementação ou não de um plano de ação". (Ofício DCF/PROPLAN nº 141/2020, de 18/09/2020).

Análise da equipe de auditoria quanto à manifestação:

A unidade manifestou-se informando que foram realizadas duas reuniões com as áreas envolvidas, com o objetivo de conhecer as rotinas e o controle patrimonial da aquisição e desenvolvimento de ativos intangíveis, vida útil e mensuração desses bens. Informou, ainda, que será realizada uma próxima reunião, em que será definida a implementação ou não de um plano de ação. Diante da complexidade, quantidade de ações e unidades administrativas envolvidas, esta Auditoria entende que a elaboração de um plano de ações conjunto é necessária para a recomendação emitida, conforme normas da CGU (Manual de Orientações Técnicas, pág. 108; e IN CGU nº 03, de 09/06/2017)

Recomendação RA0520010: recomenda-se ao DCF/PROPLAN, PROPPI, PROAD, SAEP e STI reorganizar as rotinas e o controle patrimonial, no que tange à aquisição e desenvolvimento de ativos intangíveis, como também, a reavaliação periódica da sua vida útil classificada como indefinida, para a contabilização da respectiva amortização.

ANEXO II - ACERVO VIRTUAL (PROPRIEDADE INTELECTUAL DA UFF)

N° INPI	Nome	Natu- reza	Inventores
09141-0	2DEE	Software	Fernando C. Peixoto
905181450	2DEE	Marca	Fernando C. Peixoto
BR 51 2013 001192 2	JNS Translator	Software	Esdras Caleb e Débora Chris- tina
907381596	JNS Translator	Marca	Esdras Caleb e Débora Chris- tina
13161-3	MEAVOX	Software	Gustavo Furtado
905313585	meaVox	Marca	Gustavo Furtado
BR 51 2013 001193 0	NCL4WEB	Software	Esdras Caleb e Débora Chris- tina
907382126	NCL4WEB	Marca	Esdras Caleb e Débora Chris- tina
11720-3	Processador de Template - Composição (Xtem- plate)	Software	DÉBORA CHRISTINA MUCHA- LUAT SAADE E JOEL ANDRÉ FERREIRA DOS SANTOS
905274512	Processador de Template - Composição (Xtem- plate)	Marca	Débora Christina e Joel
BR 5120130010306	SAPOS - Sistema de Apoio à Pós-Graduação	Software	Vanessa Braganholo, Leonardo Gresta, Tiago Manuel, Rodrigo Dias, Bruno de Pinho e Everton Moreth
907382177	SAPOS - Sistema de Apoio à Pós-Graduação	Marca	Vanessa Braganholo, Leonardo Gresta, Tiago Manuel, Rodrigo Dias, Bruno de Pinho e Everton Moreth
10298-1	SEMF - Simul. Escoam. Multi-Fásico	Software	Fernando C. Peixoto, Anália S. Paula e Lívia Paula
905181565	SEMF - Simul. Escoam. Multi-Fásico	Marca	Fernando C. Peixoto, Anália S. Paula e Lívia Paula
11119-1	SIMULALTE	Software	Eduardo Vale e Onésimo Fer- reira
905213831	SIMULALTE	Marca	Eduardo Vale e Onésimo Fer- reira
BR 51 2017 000016 6	ADACA-Ambiente digital de aprendizagem para crianças autistas	Software	Adriano Caminha

BR 51 2013 000051 3	CASOS CLÍNICOS DE MEDICINA INTERNA	Software	Pedro Gemal
BR 51 2017 000766 7	GEOCHALLENG	Software	Thainá Santos Coimbra e Antonio Henrique Bernardes
BR 51 2015 000581 2	JMPhase Pro	Software	Paulo Acioly
BR 51 2014 000684 0	Linguagem	Software	Esdras Caleb e Débora Cristina
BR 51 2019 000590-2	MDE Versão 1.0	Software	Sérgio Carvalho e Robison Damasceno Calado
BR5120170000867	Memória Periódica	Software	Lauro Kozovits
BR 51 2013 000876 0	MODELO ESTATÍSTICO DE DISPERSÃO ESPACIAL E TEMPORAL DO CANAL RÁDIO DE BANDA LARGA EM AMBIENTES INTERNOS	Software	Pedro Monteiro Bittencourt
BR 51 2015 000067 5	SIMULADOR MIMO (MULTI-PLATE INPUT MULTIPLE OUTPUT)	Software	Eduardo Rodrigues Vale
BR 51 2017 000878-7	SISSALA	Software	Marcelo, Edgar, Emanuel, Thiago, Leandro e Ilton
BR 51 2017 000879-5	SISTCC	Software	Marcelo, Edgar, Emanuel, Thiago, Leandro e Ilton
911064915	Cardiovisão	Marca	Jennifer Costa
902487582	CURSO PRÉ-UNIVERSITÁRIO POPULAR DA UFF	Marca	Universidade Federal Fluminense
911852921	GASA	Marca	Aldara César
907918905	GEUFF- Grupo de Eletroquímica e Engenharia da UFF	Marca	Gilmar Clemente da Silva
905274571	GTECCOM	Marca	Carlos Alberto e Milton Flores
909474087	JNS JSON NCL SCRIPT	Marca	Esdras Caleb e Débora Cristina
905186613	SCEG	Marca	Vania Vieira, Rosimere e Rodrigo Chagas
BR 20 2017 001543 8	Biodigestor: equipamento para a geração de energia e reciclagem de lixo	Patente	Sorele Batista Fiaux e Carlos Rodrigues Pereira

BR 10 2014 027272 0	COMPOSTOS INBIDORES SELETIVOS DA CALICREÍ-NA TECIDUAL HUMANA 1 (KLK1), COMPOSIÇÃO, PROCESSOS E USOS	Patente	Estela Muri
PI 1106509-5	Dengue: eficácia dos anti-vi-raís no tratamento da doença	Patente	Vitor Francisco Ferreira
PI 0704996-0	Dispositivo para Medição de deformações Dinâmicas e Métodos relacionados	Patente	Antônio Lopes Gama e Daniel Pontes Lannes
BR 102017019483-3	Kitaus: auxílio no diagnóstico precoce do autismo em lactantes	Patente	Gisele Soares Rodrigues do Nascimento, Sérgio Crespo Coelho da Silva Pinto, Diana Negrão Cavalcanti e Cristina Maria Carvalho Delou
PI 1012416-0	Prevenção do HIV através do uso de derivados quinolônicos	Patente	Izabel Paixão, Claudio Cirne-Santos e Caroline Barros
PI 0905124-4	PROCESSO DE CARACTERIZAÇÃO MICROESTRUTURAL DE AÇOS INOXIDÁVEIS DE ESTRUTURA AUSTENO-FERRÍTICA POR MEIO DE RÉPLICA METALOGRÁFICA	Patente	Juan Manuel Pardal, Sérgio Souto Maior Tavares, Maria da Penha Cindra Fonseca e José Adailson de Souza
MU 8901792-7	CONTÊINER PARA ACONDICIONAMENTO, EXPOSIÇÃO E TRANSPORTE DE LIVROS	Modelo de Utilidade	Tatiana Carneiro dos Reis

Fonte: ETCO/UFF³², formatação AT/CUR.

³² Disponível em: <<http://etco.uff.br/patentes-uff/>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

ANEXO III – RECEITAS PRÓPRIAS

RECEITAS PRÓPRIAS						
CÓDIGO	DETALHAMENTO	1º Sem/2020	AV %	1º Sem/2019	AV %	AH %
28802	ALUGUEL	1.306.806,95	9,27	1.348.499,00	7,62	-3,09
28804	TAXA DE USO DE IMÓVEIS	70.948,74	0,50	25.016,50	0,14	183,61
28812	RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL	3.392,55	0,02	737,00	0,00	360,32
28815	INDÚSTRIA EDITORIAL E GRÁFICA	43.732,73	0,31	500,00	0,00	8646,55
28817	SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS					
28818	SERV.COMERC.LIVROS,PERIOD,MAT ESC E DE PUBLIC	18.421,66	0,13	86.043,54	0,49	-78,59
28824	SERVIÇOS HOSPITALARES					
28826	SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS		0,00	844.950,00	4,78	-100,00
28829	SERVIÇOS TECNOLÓGICOS		0,00	60,00	0,00	-100,00
28830	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	1.323.651,41	9,39	3.251.733,11	18,38	-59,29
28831	SERVIÇOS DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO					
28832	SERVIÇOS EDUCACIONAIS	5.872.384,30	41,64	750.297,27	4,24	682,67
28833	SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS	61,00	0,00	300,00	0,00	-79,67
28835	SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS	197.413,08	1,40	193.760,47	1,10	1,89
28837	SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	63.700,00	0,45	148.296,60	0,84	-57,05
28838	SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	202.838,00	1,44	421.210,40	2,38	-51,84
28852	OUTRAS RESTITUIÇÕES	1.426.601,63	10,12	6.726.804,04	38,03	-78,79
28855	SERVIÇOS VETERINÁRIOS	7.184,00	0,05	20.822,00	0,12	-65,50
28872	OUTRAS INDENIZAÇÕES		0,00	1.000,00	0,01	-100,00
28883	TAXA DE INSCRIÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO	3.556.870,00	25,22	3.865.861,60	21,86	-7,99
28886	OUTRAS RECEITAS PRÓPRIAS	8.200,00	0,06	1.070,00	0,01	666,36
28900	TAXA DE INSCRIÇÃO EM VESTIBULAR					
28929	TAXA CONFECCAO DIPLOMAS		0,00	176,00	0,00	-100,00
78830	INTRA-SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	407,00	0,00	590,00	0,00	-31,02
78832	INTRA-SERVIÇOS EDUCACIONAIS		0,00	570,00	0,00	-100,00
TOTAL		14.102.613,05		17.688.297,53		

Fonte: Extraído do tesouro gerencial/ DCF

ANEXO IV – REAVALIAÇÃO DE ATIVOS (VALORIZAÇÃO E DESVALORIZAÇÃO)

Observação das Reavaliações por contas de Controle			
Mês/Ano	Documento	Doc/ Observação	1º Sem/2020
FEV/2020	153056152272020NS001402	REAVALIACAO DE BEM IMOVEL, CAMPUS VOLTA REDONDA - ATERRADO (5925.00053-500-1), BASEADA EM CALCULO TECNICO DE AVALIACAO IMOBILIARIA A VALOR JUSTO DE MERCADO NO NIVEL RIGOROSO DE 6 MESES, CONFORME DETERMINADO PELA IN CONJUNTA SPU E STN 703 DE 2014, NO VALOR DE R\$3.356.891,90	3.356.891,90
ABR/2020	153056152272020NS002054	REAVALIACAO DE BEM IMOVEL, CAMPUS VOLTA REDONDA - ENGENHARIA (5925000015008), BASEADA EM CALCULO TECNICO DE AVALIACAO IMOBILIARIA A VALOR JUSTO DE MERCADO NO NIVEL RIGOROSO DE 6 MESES, CONFORME DETERMINADO PELA IN CONJUNTA SPU E STN 703 DE 2014, NO VALOR DE R\$19.442.752,63, OFICIONO 220/2020/DPI/CAP/SAEP/UFF.	19.442.752,63
ABR/2020	153056152272020NS002055	REAVALIACAO DE BEM IMOVEL, CAMPUS VOLTA REDONDA - ENGENHARIA (0505 00005.500-2), BASEADA EM CALCULO TECNICO DE AVALIACAO IMOBILIARIA A VALOR JUSTO DE MERCADO NO NIVEL RIGOROSO DE 6 MESES, CONFORME DETERMINADO PELA IN CONJUNTA SPU E STN 703 DE 2014, NO VALOR DE R\$858.364,86, OFICIONO 222/2020/DPI/CAP/SAEP/UFF.	858.364,86
MAI/2020	153056152272020NS002323	REAVALIACAO DE BEM IMOVEL, IMOVEL DO CAMPUS ESR EM CAMPOS DOS GOYTACAZES(5819000055009) E (5819000865000), IMOVEL DA CASA DO ESTUDANTE (5865002315001), BASEADA EM CALCULO TECNICO DE AVALIACAO IMOBILIARIA A VALOR JUSTO DE MERCADO NO NIVEL RIGOROSO DE 6 MESES, CONFORME DETERMINADO PELA IN CONJUNTA SPU E STN 703 DE 2014, NO VALOR TOTAL DE R\$255.352,80, OFICIONO 236/2020/DPI/CAP/SAEP/UFF.	255.352,80
JUN/2020	153056152272020NS002534	REAVALIACAO DE BEM IMOVEL MORADIA DO CAMPUS RIO DAS OSTRAS(2921000155005), IMOVEL DO INSTITUTO DE EDUCACAO DE ANGRA DOS REIS(5801004075001), BASEADA EM CALCULO TECNICO DE AVALIACAO IMOBILIARIA A VALOR JUSTO DE MERCADO NO NIVEL RIGOROSO DE 6 MESES, CONFORME DETERMINADO PELA IN CONJUNTA SPU E STN 703 DE 2014, NO VALOR TOTAL DE R\$5.612.633,40, OFICIONO 247/2020/DPI/CAP/SAEP/UFF	5.612.633,40
Total			29.525.995,59

Fonte: DCF

ANEXO V – DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

Desincorporação de Passivos			
Mês/Ano	Documento	Doc/ Observação	1º Sem/2020
JUN/2020	153056152272020PF001012	RETORNO DO FINANCEIRO RELATIVO A 2020PF000086 - SNELIS - TED 35/2016, DE ACORDO COM MENSAGEM MEC 2020/0203763 E A IMPOSSIBILIDADE DE ANTECIPACAO DE DESPESA. SOLICITAMOS DEVOLUCAO DESSES RECURSOS A PARTIR DO DIA 01/07/2020.	1.271.228,65
JAN/2020	153056152272020PF000063	DEVOLUCAO DO FINANCEIRO REFERENTE AO TED 85/2019, PARA ACERTO DE VINCULACAO E POSTERIOR REENVIO A UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE.	1.413.807,00
JUN/2020	090048000012020NS000758	TRANSFERENCIA DA CONTA DE OBRIGACAO DA UG DE ORIGEM PARA UG DA JUSTICA FEDERAL, VALOR REFERENTE AOS PRECATORIOS (GND-5 - CAPITAL) 2020, CONTRA O UFF, CONFORME T2-MEM-2020/03028.	5.381.846,94
JUN/2020	090048000012020NS000771	TRANSFERENCIA DA CONTA DE OBRIGACAO DA UG DE ORIGEM PARA UG DA JUSTICA FEDERAL, VALOR REFERENTE AOS PRECATORIOS (GND-3) 2020, CONTRA A UFF, CONFORME T2-MEM-2020/03028.	10.035.900,19
JUN/2020	090048000012020NS000722	TRANSFERENCIA DA CONTA DE OBRIGACAO DA UG DE ORIGEM PARA UG DA JUSTICA FEDERAL, VALOR REFERENTE AOS PRECATORIOS ALIMENTARES 2020, CONTRA A UFF, CONFORME T2-MEM-2020/03028.	11.060.059,15

Fonte: DCF; formatação: AT/CUR

ANEXO VI – INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

Incorporação de Passivos			
Mês/Ano	Documento	Doc/ Observação	1º Sem/2020
ABR/2020	130148000012020PF000047	LIBERACAO DE RECURSO REFERENTE AO TED 25/2018, FIRMADO ENTRE A UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE E MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO, PROCESSO 55000.029561/2018-10.	1.000.000,00
FEV/2020	257001000012020PF000643	PAGAMENTO TED Nº 125/2019, CAPACITACAO EM POLITICA NACIONAL DE HUMANIZACAO, PARCELA 1 DE 2019, CONFORME AUTORIZACAO Nº 361/2020 DO NUP Nº 25000.191682/2019-08.	1.046.528,00
MAR/2020	180073000012020PF000049	REPASSE DE FINANCEIRO PARA ATENDER TED 34/2019. PROCESSO 71000.057823/2019-73. EM ATENCAO AO CONTIDO NO OFICIO Nº 28/2020/SEESP/SNELIS/DEGEP/CGAP/CMOF/MC (SEI 7260007).	1.163.712,70
MAR/2020	152734000012020PF001417	REPASSE FINANCEIRO PARA ATENDER AO TED 8973 CONTATO: SPO.SUPORTEORC@MEC.GOV.BR OU 61 2022-8922 OU 61 2022-8923	1.166.982,67
JAN/2020	152734000012020PF000243	699677 - FINANCEIRO PARA ATENDER TED Nº 8973	1.214.940,92
FEV/2020	152734000012020PF000659	REPASSE FINANCEIRO PARA ATENDER RESIDENCIA EM SAUDE - TED 8973	1.214.940,92
JUN/2020	152734000012020PF003245	REPASSE FINANCEIRO PARA ATENDER AO TED 8973 CONTATO: SPO.SUPORTEORC@MEC.GOV.BR OU 61 2022-8922 OU 2022-8923	1.223.005,90
MAI/2020	152734000012020PF002522	REPASSE FINANCEIRO PARA ATENDER AO TED 8973 CONTATO: SPO.SUPORTEORC@MEC.GOV.BR OU 61 2022-8922 OU 2022-8923	1.295.163,30
ABR/2020	152734000012020PF001985	REPASSE FINANCEIRO PARA ATENDER AO TED 8973 CONTATO: SPO.SUPORTEORC@MEC.GOV.BR OU 61 2022-8922 OU 2022-8923	1.310.493,34
ABR/2020	257001000012020PF002089	PAGAMENTO DA TED 125/2019, PARCELA 2 DE 2019 - CAPACITACAO EM POLITICA NACIONAL EM HUMANIZACAO-PNH - CONFORME AUTORIZACAO Nº 1576/2020 DO NUP Nº 25000.191682/2019-08.	1.377.115,00
JAN/2020	257001000012020PF000448	PAGAMENTO DO CONVENIO TED Nº 85/2019, CFE AUTORIZACAO Nº 359/2020, NUP Nº 25000.184796/2019-93 - ESTUDO E PESQUISA PARA APRIMORAMENTO DA REDE E PROMOCAO DO ACESSO AOS SERVICOS DE SAUDE	1.413.807,00
JAN/2020	257001000012020PF000453	PAGAMENTO DO CONVENIO TED Nº 85/2019, CFE AUTORIZACAO Nº 359/2020, NUP Nº 25000.184796/2019-93 - ESTUDO E PESQUISA PARA APRIMORAMENTO DA REDE E PROMOCAO DO ACESSO AOS SERVICOS DE SAUDE	1.413.807,00
MAI/2020	560005000012020PF000003	LIBERACAO DE RECURSOS REFERENTES AO TED Nº 699072, FIRMADO ENTRE A SNH E A UFF. MSG SIAFI 2020/0185492 - DESPACHO SNH(MDR)(1671981). PROC: 59000.005819/2019-24.	1.417.500,00
JUN/2020	257001000012020PF003119	PAGTO DA TED NR.85/2019 . PROC.: 25000184796201993. EM ATENCAO A AUTORIZACAO N. 1579/2020	1.674.309,00
JUN/2020	373001372012020PF001481	REPASSE FINANCEIRO REF. TED INCRA / UFF CONFORME AUTORIZADO DESPACHO DD 6297720 E DESPACHO DO 6297844, NUP SEI 54000.173680/2018-46.	2.100.000,00
MAR/2020	560005000012020PF000002	LIBERACAO DE RECURSOS REFERENTES AO TED Nº 699072, FIRMADO ENTRE A SNH E A UFF. MSG SIAFI 2020/0040671 - DESPACHO SNH(MDR)(1671981). PROC: 59000.005819/2019-24.	2.282.500,00
MAI/2020	257001000012020PF002481	PAGAMENTO DA TED 125/2019, PARCELA 3 - CAPACITACAO EM POLITICA NACIONAL DE HUMANIZACAO - CONFORME AUTORIZACAO Nº 2225/2020 DO NUP Nº 25000.191682/2019-08.	2.553.215,00
FEV/2020	257001000012020PF001138	PAGTO DA TED NR.84/2019. PROC.: 25000184368201961. EM ATENCAO A AUTORIZACAO N. 360/2020	5.325.061,00
MAI/2020	257001000012020PF002485	PAGAMENTO DA TED 84/2019, PARCELA 2 DE 2019 - ESTUDO E PESQUISA PARA APRIMORAMENTO DA REDE E PROMOCAO DO ACESSO AOS SERVICOS DE SAUDE - CONFORME AUTORIZACAO Nº 2227/2020 DO NUP Nº 25000.184368/2019-61.	5.423.185,40
JUN/2020	180073000012020PF000086	TRANSFERENCIA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ATENDER DESPESAS COM TED 35/2016 - REALIZACAO DO PROJETO ESPORTE E CIDADANIA PARA TODOS, CONFORME AUTORIZACAO CONSTANTE DO PROCESSO: 58000.009708/2016-81.	7.026.004,23

Fonte: DCF; formatação: AT/CUR

ANEXO VII – PERDAS INVOLUNTÁRIAS

Perdas Involuntárias			
Mês/Ano	Documento	Doc/ Observação	1º Sem/2020
JUN/2020	153057152272020NS001214	BAIXA CONTABIL DE MATERIAL PERMANENTE INSERVIVEL, AUTORIZADA CONFORME RESOLUCAO N 76/2019, DO CONSELHO UNIVERSITARIO DA UFF, CONFORME DEMONSTRATIVO AS FLS 24 A 26.SUB-ITEM 449052.28	6.500,00
JUN/2020	153057152272020NS001215	BAIXA CONTABIL DE MATERIAL P PERMANENTE INSERVIVEL, AUTORIZADA CONFORME RESOLUCAO N 76/2019, DO CONSELHO UNIVERSITARIO DA UFF, CONFORME DEMONSTRATIVO AS FLS 24 A 26.SUB-ITEM 449052.08	15.867,10
JUN/2020	153057152272020NS001216	BAIXA CONTABIL DE MATERIAL PERMANENTE INSERVIVEL, AUTORIZADA CONFORME RESOLUCAO N 76/2019, DO CONSELHO UNIVERSITARIO DA UFF, CONFORME DEMONSTRATIVO AS FLS 24 A 26.SUB-ITEM 449052.12	5.347,60
JUN/2020	153057152272020NS001217	BAIXA CONTABIL DE MATERIAL PERMANENTE INSERVIVEL, AUTORIZADA CONFORME RESOLUCAO N 76/2019, DO CONSELHO UNIVERSITARIO DA UFF, CONFORME DEMONSTRATIVO AS FLS 24 A 26.SUB-ITEM 449052.42	3.219,05
JUN/2020	153057152272020NS001218	BAIXA CONTABIL DE MATERIAL PERMANENTE INSERVIVEL, AUTORIZADA CONFORME RESOLUCAO N 76/2019, DO CONSELHO UNIVERSITARIO DA UFF, CONFORME DEMONSTRATIVO AS FLS 24 A 26.SUB-ITEM 449052.51	182,50
JUN/2020	153057152272020NS001219	BAIXA CONTABIL DE MATERIAL PERMANENTE INSERVIVEL, AUTORIZADA CONFORME RESOLUCAO N 76/2019, DO CONSELHO UNIVERSITARIO DA UFF, CONFORME DEMONSTRATIVO AS FLS 24 A 26.SUB-ITEM 449052.36	824,38
Total			31.940,63

Fonte: DCF

**ANEXO VIII - TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA (TED) – REPASSES
RECEBIDOS PELA UFF – 1º SEM/2020**

Termo de Execução Descentralizada - TED / 2020 - Saldo 1º Semestre									
Nº TED	Razão Social da Unidade Repassadora	Título do Objeto da Despesa	Objeto	Prazo para o cumprimento do objeto (dd/mm/aa)	Fonte de Recursos	Natureza da Despesa	Valor Contratual R\$	Vr. Repasse Recebido R\$	Execução Data da Liberação (mm/aa)
17-111-00/2017	Estado-Maior do Exército Setorial Orcamentaria	Realização de cursos de pós graduação lato sensu (MBA) para integrantes do Corpo Permanente da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)	Regular a realização de atividades de capacitação referentes a cursos de pós-graduação lato sensu em Estudos Estratégicos e Relações Internacionais, a serem ministrados pela UFF, por intermédio do Instituto de Estudos Estratégicos (INEST) e a Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional à Universidade Federal Fluminense (FEC/UFF), para integrantes do Corpo Permanente da AMAN	31/12/2020	0100	339039	84.000,00	84.000,00	jun-20
							84.000,00	84.000,00	
03/2017	Inst. Fed. de Educ.,Cienc. e Tec. do Mato Grosso	Mestrado em Administração na UFF	Execução das atividades previstas no Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Nível de Mestrado Profissional em Administração por meio do Programa de Pós Graduação em Administração (PPGA) do Instituto de Ciências Humanas e Sociais do Polo Universitário de Volta Redonda da Universidade Federal Fluminense (UFF)	09/10/2020	8100	339039	302.000,00	302.000,00	mai-20
							302.000,00	302.000,00	
6317/2018	Fund. Coord. de Aperf. de Pessoal Nivel Superior	Mestrado Profissional em História	Apoiar ações de pesquisa e pós-graduação dos professores da rede básica de ensino do ProfHistória para os anos de 2017 a 2020.	31/12/2020	8100	339018	1.600,00	-	
					8100	339039	9.363,80	-	
							10.963,80	-	
6985/2018	Fund. Coord. de Aperf. de Pessoal Nivel Superior	Mestrado em Profissional em Química	Tem como objetivo proporcionar formação continua da qualificada e atualizada em Química, considerando-se temas de pesquisa, desenvolvimento de produtos educacionais e material didático que sejam relevantes para os professores em pleno exercício da docência em química no ensino Médio do país.	31/12/2021	8100	339014	4.035,60	-	
					8100	339030	1.328,20	-	
					8100	339033	2.000,00	-	
					8100	339036	2.017,80	-	
					8100	339018	1.400,00	-	
					8100	339039	1.000,00	-	
		11.781,60	-						

**ANEXO VIII - TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA (TED) – REPASSES
RECEBIDOS PELA UFF – 1º SEM/2020 (Continuação)**

Termo de Execução Descentralizada - TED / 2020 - Saldo 1º Semestre									
Nº TED	Razão Social da Unidade Repassadora	Título do Objeto da Despesa	Objeto	Prazo para o cumprimento do objeto (dd/mm/aa)	Fonte de Recursos	Natureza da Despesa	Valor Contratual R\$	Vr. Repasse Recebido R\$	Execução Data da Liberação (mm/aa)
17-111-00/2017	Estado-Maior do Exército Setorial Orcamentaria	Realização de cursos de pós graduação lato sensu (MBA) para Integrantes do Corpo Permanente da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)	Regular a realização de atividades de capacitação referentes a cursos de pós-graduação lato sensu em Estudos Estratégicos e Relações Internacionais, a serem ministrados pela UFF, por intermédio do Instituto de Estudos Estratégicos (INEST) e a Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional à Universidade Federal Fluminense (FEC/UFF), para integrantes do Corpo Permanente da AMAN	31/12/2020	0100	339039	84.000,00	84.000,00	jun-20
							84.000,00	84.000,00	
03/2017	Inst. Fed. de Educ., Cienc. e Tec. do Mato Grosso	Mestrado em Administração na UFF	Execução das atividades previstas no Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Nível de Mestrado Profissional em Administração por meio do Programa de Pós Graduação em Administração (PPGA) do Instituto de Ciências Humanas e Sociais do Polo Universitário de Volta Redonda da Universidade Federal Fluminense (UFF)	09/10/2020	8100	339039	302.000,00	302.000,00	mai-20
							302.000,00	302.000,00	
6317/2018	Fund. Coord. de Aperf. de Pessoal Nível Superior	Mestrado Profissional em História	Apoiar ações de pesquisa e pós-graduação dos professores da rede básica de ensino do Profhistória para os anos de 2017 a 2020.	31/12/2020	8100	339018	1.600,00	-	
					8100	339039	9.363,80	-	
							10.963,80	-	
6985/2018	Fund. Coord. de Aperf. de Pessoal Nível Superior	Mestrado em Profissional em Química	Tem como objetivo proporcionar formação continuada qualificada e atualizada em Química, considerando-se temas de pesquisa, desenvolvimento de produtos educacionais e material didático que sejam relevantes para os professores em pleno exercício da docência em química no ensino Médio do país.	31/12/2021	8100	339014	4.035,60	-	
					8100	339030	1.328,20	-	
					8100	339033	2.000,00	-	
					8100	339036	2.017,80	-	
					8100	339018	1.400,00	-	
					8100	339039	1.000,00	-	
		11.781,60	-						

**ANEXO VIII - TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA (TED) – REPASSES
RECEBIDOS PELA UFF – 1º SEM/2020 (Continuação)**

Termo de Execução Descentralizada - TED / 2020 - Saldo 1º Semestre									
Nº TED	Razão Social da Unidade Repassadora	Título do Objeto da Despesa	Objeto	Prazo para o cumprimento do objeto (dd/mm/aa)	Fonte de Recursos	Natureza da Despesa	Valor Contratual R\$	Vr. Repasse Recebido R\$	Execução Data da Liberação (mm/aa)
8973/2020	Coord-Geral de Sup. a Gestão Orcament/Spo/Mec	Bolsas de Residência em Saúde (Simec)	Pagamento de bolsas de residências em saúde	31/01/2021	8100	339048	1.045.755,02	1.045.755,02	jan-20
					8100	339147	209.151,01	169.185,90	jan-20
								39.965,11	fev-20
					8100	339048	1.045.755,02	1.045.755,02	fev-20
					8100	339147	209.151,00	129.220,80	fev-20
								23.979,15	mar-20
								55.951,05	abr-20
					8108	339048	1.045.755,02	1.045.755,02	mar-20
					8108	339147	209.151,01	121.227,65	mar-20
								87.923,36	abr-20
					8108	339048	1.039.094,16	1.039.094,16	abr-20
					8108	339147	207.818,83	183.475,83	abr-20
								24.343,00	mai-20
8108	339048	5.195.470,80	1.270.820,30	mai-20					
			1.223.005,90	jun-20					
						11.246.196,03	7.505.457,27		
3/2017	Centro Fed. de Educ. Tecnol. Celso S. da Fonseca	Mestrado Profissional em Sistema de Gestão	Desenvolvimento de pesquisas em gestão pública aplicada às atividades de apoio, suporte e infraestrutura, no campo da ciência, tecnologia e inovação, com formação de mestres profissionais, incluindo a participação deste em curso de pós-graduação strictu-sensu.	31/08/2020	8100	339039	163.350,00	163.350,00	abr-20
					8100	339039	54.450,00	54.450,00	mai-20
					8100	339039	54.450,00	54.450,00	jun-20
								272.250,00	272.250,00

**ANEXO VIII - TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA (TED) – REPASSES
RECEBIDOS PELA UFF – 1º SEM/2020 (Continuação)**

Termo de Execução Descentralizada - TED / 2020 - Saldo 1º Semestre									
Nº TED	Razão Social da Unidade Repassadora	Título do Objeto da Despesa	Objeto	Prazo para o cumprimento do objeto (dd/mm/aa)	Fonte de Recursos	Natureza da Despesa	Valor Contratual R\$	Vr. Repasse Recebido R\$	Execução Data da Liberação (mm/aa)
9244/2020	Coord-Geral de Sup. a Gestão Orcament/Spo/Mec	Ações de Enfretamento ao COVID-19	As ações emergenciais, especialmente no Hospital Universitário Antônio Pedro, para o combate à pandemia, se darão através da produção de álcool gel a 70% pela Faculdade de Farmácia/UFF atendendo ao HUAP, demais setores da UFF e à população de Niterói; da ampliação da testagem para a COVID-19; da sanitização das áreas do HUAP e demais áreas da UFF e; da hospedagem dos servidores da saúde em hotéis de Niterói durante o período de combate à COVID-19 a fim de reduzir a mobilidade.	31/12/2020	0100	339030	1.158.975,72	1.067.026,23	jun-20
								-	
					0100	339039	1.105.862,52	67.500,00	jun-20
								-	
					0100	449052	35.160,00	35.160,00	jun-20
				0100	339037	656.893,51	134.393,79	jun-20	
						2.956.891,75	1.304.080,02		
9326/2020	Coord-Geral de Sup. a Gestão Orcament/Spo/Mec	Recuperação e Estabilização do Talude da Reitoria	As ações de intervenção se darão através recuperação e estabilização do talude aos fundos da reitoria da Universidade Federal Fluminense, que foi objeto de recente intervenção por demanda da defesa civil para realização de corte de um conjunto de eucaliptos que revestiam o talude em questão. A obra de infraestrutura está inserida no Monitoramento de Obras, ID 52903.	31/12/2020	8100	449051	3.721.810,40	-	
								3.721.810,40	-
							30.558.661,16	20.744.954,27	

Fonte: SIAFI; SIMEC e documentos / DCF; formatação AT/CUR.

